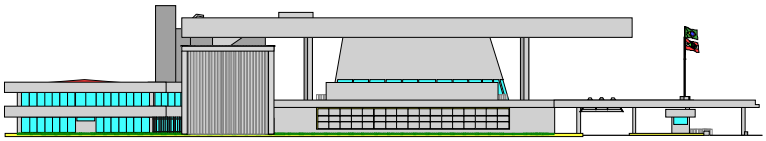
17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX | FLORIANÓPOLIS, 18 DE AGOSTO DE 2011 | NÚMERO 6.320

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dado Cherem

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta – Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos – Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherem

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherem

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Roberto Katumi Oda

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões oridnárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XX - **NÚMERO 2320**
EDIÇÃO DE HOJE: 60 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 072ª Sessão Ordinária realizada em 16/08/2011 2
Ata da 073ª Sessão Ordinária realizada em 17/08/2011 15

Atos da Mesa
Ato da Mesa 30

Publicações Diversas
Extratos 31
Mensagem Governamental 31
Ofícios 54
Portarias 54
Projeto de Emenda Constitucional 56
Projetos de Lei 56
Projeto de Lei Complementar... 59
Resolução 60

PLENÁRIO

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se a fatos positivos na área da Segurança Pública; reporta-se à situação do morro do Baú, em Ilhota.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda o problema das cirurgias eletivas represadas no estado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Contesta o posicionamento do deputado Jailson Lima com relação às cirurgias eletivas represadas.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Parabeniza o deputado Jailson Lima.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta-se a respeito do Sustentar 2011.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Faz considerações a respeito da Casan; reporta-se ao Pense Pesca.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Lamenta a não federalização da Furb.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Lamenta posicionamento do MEC.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Solidariza-se com o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do vereador Sebastião Borges dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Campo Erê.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à venda das ações da Casan.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à venda de ações da Casan; condena a redução de vagas no curso de Economia da UFSC.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Faz um balanço de sua participação na conferência do Parlamento dos estados americanos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Posiciona-se favorável ao projeto da Casan.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Contesta o discurso do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Faz um balanço de sua atuação parlamentar nos municípios.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Cumprimenta o deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI (pela ordem) - Registra a presença dos alunos do curso de Direito, da Unibave, de Orleans.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Associa-se à manifestação do deputado José Nei Ascari; saúda a vereadora Maria da Silva Kulkamp, de Braço Norte.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Reporta-se à ação impetrada pelo PP.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha votação do Requerimento n. 1.044/2011.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha votação ao Requerimento n. 1.044/2011.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha votação do Requerimento n. 1.044/2011.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Encaminha votação do Requerimento n. 1.044/2011.
DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Encaminha votação do Requerimento n. 1.044/2011.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha votação do Requerimento n. 1.044/2011.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à Saúde.
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Convida os para a reunião da comissão de Saúde com o secretário Dalmo Claro de Oliveira.
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Destaca a administração de Itapema.
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se a respeito de vários temas de interesse dos catarinenses.
DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se à sessão especial da Fiesc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, pessoas presentes aqui na tarde desta terça-feira, especialmente trabalhadores da Casan que estiveram pela manhã, neste Poder acompanhando uma reunião realizada pela comissão de Constituição e Justiça e que permanecem no local aguardando o desfecho do presidente da referida comissão quanto à continuidade, ainda nesta tarde, da audiência pública ou quanto à realização de uma reunião extraordinária daquela comissão. Essa foi a informação que obtive sobre esse encaminhamento.

Quero parabenizá-los pela luta e pelo esforço, pois vêm de cidades e regiões distantes da capital para fazer esse debate que interessa ao conjunto da sociedade catarinense, aos trabalhadores públicos deste estado e de forma muito especial aos trabalhadores públicos da Casan.

Quero referir-me a alguns fatos positivos da área da segurança pública. Temos acompanhado a dificuldade cada vez maior dos trabalhadores da Segurança Pública no sentido de garantir o mínimo de segurança que a sociedade precisa.

Na cidade de Angelina houve uma ocorrência no último sábado à noite, e apenas um policial militar estava de serviço. Aliás, apenas um policial militar trabalha, por dia, na maioria das cidades do estado de Santa Catarina, fora do horário de expediente. É apenas um, na maioria das cidades no estado de Santa Catarina.

Ele recebeu um telefonema da empresa seguradora do banco da cidade de Angelina que informava que o sistema de alarme teria sido interrompido. E o bom policial resolveu informar aos seus colegas, seus companheiros de trabalho que estavam de folga - uns residem na cidade e outros residem fora -, para montarem uma campana na madrugada. E os seis assaltantes que tentaram roubar o banco em Angelina foram presos. Houve troca de tiros. E foi uma ocorrência em que o risco de vida esteve presente.

Falo dessa ocorrência para que a sociedade possa perceber a situação em que os policiais estão trabalhando. Um policial sozinho, tendo que agir numa tentativa de roubo com assaltantes fortemente armados.

Se ele não tivesse tido essa sagacidade de montar essa campana, porque problemas técnicos em sistemas de alarmes são comuns... Essas empresas seguradoras, que, aliás, são muito eficientes para cobrar, não têm estrutura para agir no estado. Há escritório em São Paulo, em Porto Alegre, Curitiba. E quando o alarme é interrompido e não dispara, não fazem mais do que telefonar para a Polícia Militar. E ganham um dinheirão, vendendo esses equipamentos. Se não fosse a sagacidade do policial que estava de serviço em Angelina na hora em que o assalto ocorreu, ele provavelmente teria ido sozinho ao local e teria sido executado pelos marginais.

Houve uma ocorrência parecida, no bairro de Forquilhinhas, na cidade de São José, na Grande Florianópolis, no último final de semana. Dois assaltantes entraram num supermercado para roubar, tomaram pessoas como reféns, e a atuação dos policiais militares foi suficiente para que os agentes do assalto, os marginais, fossem presos. Também não houve feridos nem vítimas tanto da sociedade civil quanto da parte dos policiais.

Parabenizo, portanto, esses companheiros de Forquilhinhas, São José e de Angelina, pelo trabalho realizado no fim de semana. Passo em Forquilhinhas frequentemente, e é raro, muito raro, encontrar policial militar presente na base da Polícia do bairro. Por coincidência, por sorte, naquele dia, no fim de semana, havia um policial por ali que pôde atuar de forma a defender a sociedade da violência.

Para tratar também sobre esse assunto, recebemos as lideranças do complexo do Morro do Baú, da cidade de Ilhota. Todos os catarinenses e brasileiros sabem da tragédia que se abateu sobre aquela região em novembro de 2008. Nós estivemos lá, com a deputada Ana Paula Lima e outros deputados, analisando a situação, dois anos e meio depois, e constatamos que das obras que o Poder Executivo estadual realizou depois da tragédia a maioria foi perdida novamente. Pontes novas foram arrastadas pela enxurrada do mês de janeiro deste ano. Das três pontes que o estado construiu no Complexo do Baú, duas e meia foram arrancadas pela água. Isso é um absurdo, porque por certo foi pago muito dinheiro para a empreiteira construí-las. Mas veio a enxurrada e levou tudo. O concreto foi colocado em cima da areia, sem nenhuma sapata, nenhuma estaca. Colocaram o concreto em cima da areia. A água veio, cavou a areia, e a ponte foi embora.

Existe também a situação relativa à moradia das pessoas que ficaram desabrigadas. E, agora, há outro problema muito grave, a falta de segurança. Eu já citei exemplos de atitudes e da atuação de policiais militares, que mesmo sozinhos estão defendendo a sociedade. Mas, no Complexo do Baú, o problema não é a existência de apenas um policial, o problema é que não há nenhum. Não existe nenhum policial militar para fazer a segurança de toda a margem esquerda do rio Itajaí-Açu, no município de Ilhota, e não existe ponte ligando o centro de Ilhota à região do Baú. Não existe ponte. Há apenas uma balsa. Fora essa balsa, que provavelmente com tempo ruim também não funciona, precisa-se ir até Itajaí para voltar à Ilhota, para chegar até o complexo do Baú. Evidentemente, a bandidagem descobriu isso, e está atuando na região, que, além de ter sido massacrada pela enxurrada, sente-se abandonada pelas políticas públicas de socorro que chegaram de forma precária. Agora, virou uma região com grande ocorrência de furtos, roubos, assaltos contra agricultores, comerciantes. Além disso, tornou-se uma área de desova de cadáveres, uma palavra feia. Desovar é pegar corpos de pessoas mortas e jogar em algum lugar ermo, distante, de difícil acesso. Com a falta de comunicação, os bandidos da região, e talvez de uma ampla região do estado - de Blumenau, Itajaí e outras cidades do vale acima com direção ao litoral -, estão aproveitando para fazer a desova dos seus cadáveres na região do complexo Baú.

Evidentemente, os bandidos analisaram a situação e sabem que podem cometer qualquer crime ali, porque a Polícia vai demorar muito para chegar, porque há apenas um ou dois policiais militares de serviço no centro de Ilhota, que depois de comunicados precisam pegar a viatura, esperar a balsa ou, se o tempo estiver ruim, precisam ir a Itajaí, pegar a BR-101 e subir a SC-470 para chegar à região do complexo do Baú.

Pude falar um pouco, portanto, das agruras da população, do altruísmo e suplício dos policiais para realizar a segurança pública nessa conjuntura, nessa situação que estamos vivendo no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, nobres deputados, funcionários prioritariamente da Casan, que estiveram acompanhando a audiência pública da manhã e continuam presentes neste plenário.

Quero abordar, deputado Elizeu Mattos, a celeuma que está ocorrendo em Santa Catarina. Teve início três semanas atrás uma publicidade maciça no estado, nas rádios, nos jornais e na televisão, dando a impressão de que o problema das cirurgias represadas no estado seria resolvido agora. Mas estamos vendo que sequer os 10% da demanda de Florianópolis serão resolvidos, porque os próprios hospitais públicos ou filantrópicos da capital estão se posicionando de forma a não participarem do mutirão de cirurgias, por vários fatores. Colocou-se um programa de cirurgias sem definir critérios, sem acordar os detalhes. O tempo não ficou claro nem o tipo de cirurgias que seriam realizadas.

Na semana passada, estávamos ali atrás e perguntaram-me o que achava disso. Eu disse que, além de estar sendo feita uma propaganda enganosa, estava-se criando uma expectativa em cima do que inexiste. E vou citar o exemplo dos hospitais de Rio do Sul que não sabem se vão participar.

Os prefeitos estão ligando para os nossos gabinetes e perguntando como se faz para encaminhar os pacientes, porque não foi acordado nada com os secretários municipais da Saúde do estado de Santa Catarina. E esse não vai ser o primeiro mutirão nem o último, pois vários já foram executados, e todos os outros foram encaminhados de melhor forma. O ex-secretário, hoje deputado Dado Cherem, fez vários mutirões e em nenhum deles, que me recorde, ocorreu os tipos de questionamentos que está havendo agora.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado, na verdade, temos que colocar a questão das cirurgias eletivas como um todo. Primeiramente, é uma ação do governo Raimundo Colombo a mais na Saúde, ação que o seu partido, o Partido dos Trabalhadores, não está tomando em nível nacional. Por exemplo, com relação ao reajuste da tabela do SUS, o governo federal não faz nada nem aprova a Emenda n. 29.

O governo estadual está tomando uma iniciativa ao fazer um programa de cirurgia eletiva, e não é um mutirão como v.exa. está falando. A princípio, concordamos com um mutirão, mas não foi isso que conversamos inclusive com o deputado Volnei Morastoni. Estamos falando de um programa mensal de cirurgias eletivas, uma coisa que venha para ficar, deputado.

Se v.exa. começa a atirar pedras antes de começarem a realizar as cirurgias, já está tentando destruir um programa que nem começou ainda. O programa tem que ser efetivado. Antes de criticar, vamos ver o resultado, vamos ver quantas cirurgias serão feitas, quantos pacientes serão beneficiados. Agora, já estão detonando um programa que nem começou. Não é essa a intenção. A intenção é ajudar a população, levando recursos. O governo do estado vai pagar R$ 100,00 para os médicos e R$ 100,00 para os hospitais. São R$ 200,00 em média por cirurgia. Nas cirurgias mais complicadas será dado um reforço. Por exemplo, nas cirurgias ortopédicas vamos pagar a taxa do *Shaver* e assim por diante.

Então, acho que há ainda o desconhecimento de toda a estrutura e de tudo o que vai acontecer. Não podemos já chegar criticando um programa que não está totalmente instalado.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado Jailson Lima, gostaria de parabenizar v.exa. por estar abordando esse assunto. Também fizemos uma abordagem nesse sentido e gostaria de dizer o seguinte: o mutirão é importante, isso ninguém discute, pelo contrário, e é essa a sua preocupação.

Quando se fala em detonar o programa antes de começar, quero concordar com isso, pois quem detonou com esse programa, deputado Antônio Aguiar, foi, infelizmente, o governo do estado, que já saiu gastando o dinheiro com muita propaganda dizendo para as pessoas procurarem a secretaria municipal da Saúde. Mas os pacientes estão procurando a referida secretaria e o secretário ou a secretária não sabem como isso vai funcionar, porque ninguém os informou antes.

Então, quero somente fazer esse registro para dizer que apoio efetivamente essa ação. E tanto a apoiamos, pois ela é importante, que estamos preocupados, como v.exa está, deputado Jailson Lima, com a atitude do governo, que está detonando o seu próprio programa. Ele deveria paralisar imediatamente a propaganda, sentar com os gestores, conversar com eles, ver a lista, começar a trabalhar e depois fazer a propaganda.

Parabéns pela intervenção de v.exa.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Antônio Aguiar, quero dizer a v.exa., em primeiro lugar, somente para complementar, que desejo que o programa dê certo. A minha crítica, em nenhum momento, foi para detonar.

Em segundo lugar, quero dizer que a forma como está sendo executado o programa é equivocada, do ponto de vista de administração, extremamente equivocada. Como é que se desenvolve um programa de mutirão que é um mutirão? Já foram feitos vários outros. O deputado Dado Cherem é uma prova de que em inúmeras vezes executou esse programa, e muito bem executado, no então governo Luiz Henrique.

Então, quero que esse programa dê certo. Mas desejo que a população pare de me ligar para perguntar como deve proceder para fazer cirurgia. E mais, que os hospitais deixem de me ligar, porque eles é que têm que executar esse programa. E muitos não sabem como.

Deputado, quando coloco isso é porque quero que o programa dê certo, sem sombra de dúvida. Quero que este governo dê certo, porque Santa Catarina vai dar certo desse jeito. Agora, o secretário sequer discute com os secretários municipais da Saúde; sequer conhece o decreto que define o que tem que ser discutido na comissão de gestão interpartite desse processo. E quem está dizendo que é falta de informação da população não sou eu, são os jornais. Está saindo nos jornais há duas semanas que a população não está informada porque os hospitais não sabiam.

Estou colocando isso porque me preocupo. Eu quero um resultado efetivo, quero um processo de organização efetivo. E houve equívoco na forma de encaminhamento por não se ouvir o secretariado dos municípios, por não se discutir previamente com os hospitais, por não se estabelecer critérios. E qual a lista de espera para isso ser resolvido?

Sabemos o estado em que estão os hospitais da Grande Florianópolis, os quais não terão condições de atender à demanda efetiva que está sendo dita, e não vamos tapar o sol com a peneira.

Em relação à Emenda n. 29, quero dizer que ela não é de agora, do meu governo. Estamos sempre defendendo e temos que fazer com que o Congresso Nacional vote. Não é o governo federal que faz votar ou não, é o Congresso Nacional. E foi uma decisão da Unale, no último congresso realizado em Goiânia, definir a Emenda n. 29 como uma pauta nacional a ser defendida no Congresso Nacional.

Mas quero parabenizar a presidenta Dilma Rousseff por ter lançado hoje o programa e várias outras ações na área educacional, colocando escolas técnicas em Biguaçu, em Imbituba, em Navegantes, em Tubarão, em Palhoça e mais quatro universidades, sendo que uma delas será na cidade de Blumenau. Não será a federalização da Furb, mas uma ação efetiva de mais um centro universitário, um campus federal, a ser implantado em Blumenau.

No mais, vamos ver o que vai acontecer com esse mutirão que começou "desmutirado". Vamos ver se conseguimos corrigir o rumo disso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e pessoas que nos acompanham, talvez eu nem use os dez minutos para discursar porque daqui a pouco falarei em nome do nosso partido, mas quero aproveitar para agradecer a toda população catarinense e às lideranças dos trabalhadores da Casan e da Celesc e a outros trabalhadores que estiveram hoje, pela manhã, na audiência pública discutindo o tema da venda das ações da Casan e a mudança constitucional que está tramitando nesta Casa, aprovada no ano passado, que exige plebiscito para a privatização de patrimônio público.

Logo após falarei sobre isso, mas quero aqui reafirmar o convite à população catarinense, às pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e a todos que estão aqui, inclusive o prefeito José Bráulio Inácio, do alto vale, do Chapadão do Lageado, que, infelizmente, mais uma vez, sofreu muito com as chuvas da semana passada, que está em estado de emergência - além desse município, há um grande número de municípios do vale do Itajaí que mais uma vez sofreram com as chuvas torrenciais -, para participar de um grande evento, que é o Sustentar 2011, na cidade de Chapecó, que será realizado entre os dias 29, 30 e 31 de agosto.

Quero agradecer ao presidente Gelson Merisio e a toda a equipe da Assembleia Legislativa, à comissão de Economia, juntamente com o deputado José Milton Scheffer, que é o presidente dessa comissão, que tem colocado toda a estrutura à disposição para que esse evento se torne de fato o maior evento realizado.

Será o quarto Sustentar, o maior evento de todas as edições realizadas. Já estamos com mais de 500 pessoas inscritas no *site,* e a expectativa é de que iremos passar de mil pessoas nesse grande Sustentar 2011 que irá discutir Energias Renováveis e Consumo Responsável.

No momento em que o mundo discute esse tema ligado principalmente às questões ambientais, estamos fazendo um debate no oeste de Santa Catarina, que se vem tornando um importante pólo de debate, de construção, de organização do tema e da produção de energia renovável. Então, estou muito animado.

Como representante da Assembleia Legislativa, quero informar que estou puxando essa discussão junto com a comissão, com a Casa, com o Centro Científico e Tecnológico de Chapecó, com universidades, enfim, com um grande número de entidades, com a Câmara Federal, contando com a participação ativa do deputado Pedro Uczai construindo esse evento que, com certeza será um dos maiores do sul do Brasil e, quem sabe, do Brasil. Grandes experiências do Brasil e fora dele, em outros países, serão expostas no evento, além de visitas e exposições. E muitas experiências serão expostas, para conhecimento de todos.

Queremos reafirmar, então, mais uma vez, esse convite ao quarto Sustentar no final do mês em curso. A expectativa é de que tenhamos na abertura desse evento a presença da ministra do Meio Ambiente, para melhorar ainda mais essa agenda, essa atividade. Teremos também a contribuição do governo federal, do ministério do Meio Ambiente, nesse tema das energias renováveis e do consumo responsável, ocasião em que iremos apresentar o que o governo federal está tratando nessa área ambiental do Brasil, o que ele está propondo junto com outros países com relação a esse tema.

Então, quero dizer que logo após vamos trabalhar aqui e conversar sobre o grande evento de hoje, pela manhã, e sobre as propostas que serão encaminhadas.

Desde já quero agradecer a presença de todos os trabalhadores e trabalhadoras, principalmente da Casan e da Celesc, que ainda estão aqui acompanhando a sessão no dia de hoje.

Obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Conforme acordo de lideranças, com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras das empresas Casan e Celesc, gostaria, inicialmente, de parabenizar a mobilização, o debate que esses trabalhadores dessas duas importantes empresas do de Santa Catarina construíram na audiência pública no dia de hoje e, ao mesmo tempo, falar sobre o importante trabalho que desempenham dentro dessas duas importantes estatais.

Num rápido levantamento que a nossa assessoria de bancada tem feito de maneira especial e específica sobre a Casan, que gostaria de socializar, pois me parece importante, gostaria de dizer que essa empresa, claro, tem suas limitações, mas é uma empresa que está dando certo e que, com muito esforço, com muito trabalho, faz acontecer suas ações, suas políticas e, ao mesmo tempo, mantém-se dentro de um projeto positivo em vários aspectos.

A Casan teve um crescimento de 42,82% no ativo, nos últimos anos, de 2003 a 2010. De R$ 1,2 bilhão em 2003 para R$ 1,721 bilhão em 2010. Nesse mesmo período, o patrimônio líquido da empresa aumentou 53,36%, de R$ 654 bilhões para R$ 1,3 bilhão. Em seus 40 anos, as receitas operacionais também registraram um crescimento, e entre 2003 e 2010 a arrecadação da Casan cresceu 62,04%, saltando de R$ 332,5 milhões para R$ 538 milhões. Esses resultados positivos da empresa não param nesses elementos.

Acho que é importante também ressaltar que outro dado que registrou crescimento nesse período de 43,80% foi o capital social. Parece-me extremamente importante esse aumento significativo do capital social da própria empresa, que saltou de R$ 573 milhões para R$ 824 milhões, mesmo reduzindo o número dos municípios de 217, em 2003, para 197, em 2010, uma queda na participação dos municípios de 9,21%.

Portanto, quero trazer esses elementos para dizer à sociedade catarinense que não há razão nenhuma para se colocar a empresa pública na mão de qualquer que seja a iniciativa privada. Acho que esses dados são suficientes para dizer que a empresa não está tendo prejuízos e que esses poderiam se tornar uma ameaça à própria empresa, pelo contrário.

Então, quero deixar registrado, no dia de hoje, nesta tribuna, esse momento importante de debate, de reflexão, que tem acontecido por parte da audiência pública proposta pela bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

Quero também aproveitar esses três minutos para dizer que já fiz menção a esse assunto na semana passada, mas é importante para a sociedade catarinense ter isso presente, porque a primeira experiência em nível de país, a partir do momento da adesão do estado, será o lançamento do Suasa no extremo oeste de Santa Catarina. Será feita uma inspeção unificada em todos os entes, seja municipal, estadual ou em nível de União. Uma inspeção somente para os mesmos produtos, que são os alimentos industrializados e comercializados. Uma experiência extremamente positiva que irá ajudar em muito as pequenas iniciativas dos nossos agricultores e agricultoras das pequenas indústrias familiares, as agroindústrias familiares esparramadas por todo o interior de Santa Catarina.

Portanto, teremos agora, na próxima sexta-feira, o lançamento oficial dessa importante e grande iniciativa, em que muitas lideranças estiveram envolvidas naquela grande região do extremo oeste do estado.

Enfim, é o lançamento de um programa do governo federal em parceria com o governo do estado de Santa Catarina, extremamente benéfico e que, sem dúvida nenhuma, vai tirar preocupações, obstáculos, no que diz respeito à produção e comercialização de pequenas iniciativas de agricultores familiares do nosso estado.

Aproveito também esse espaço de um minuto para fazer o anúncio de uma importante atividade - em outros momentos irei aprofundar o debate -, um seminário que será organizado e promovido pela comissão de Agricultura e Pesca da Assembleia Legislativa, juntamente com esta Casa, o Pense Pesca, entre os dias 14 e 15 de setembro, na Assembleia Legislativa, ocasião em que receberemos personalidades importantíssimas que irão nos ajudar em todos os debates.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários da Casan que ainda se fazem presentes nesta Casa, entendo que essa é uma luta que, mais do que nunca, merece o debate, o diálogo e o bom senso.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer à Câmara de Vereadores de Criciúma, por ter aberto as portas, ontem, para a Frente Parlamentar de Combate às Drogas para a quinta audiência estadual. A Casa ficou superlotada, com a presença da maioria dos vereadores, da comunidade criciumense e de vários municípios da região, nesse debate sobre a prevenção e o combate às drogas no sul do estado de Santa Catarina.

Aproveito para convidar os nossos amigos de Itajaí e região para a audiência pública que vamos realizar na próxima segunda-feira, dia 22, às 19h, na Câmara de Vereadores daquele município.

Gostaria também, sr. presidente, de fazer uma rápida menção de reconhecimento à Portonave. Os srs. deputados também receberam o Relatório de Sustentabilidade 2010. Nós, que estivemos *in loco* visitando a empresa no ano passado, ficamos felizes com os resultados. E cito alguns deles aqui: R$ 252 milhões de receita operacional bruta, valor 57% maior do que o ano anterior; 348.920 *containers* movimentados no porto de Navegantes no ano passado; 20 mil pessoas beneficiadas pelo projeto Portonave: todos de mãos dadas pela responsabilidade social. Um dado interessante é a inclusão da Portonave na lista das 500 maiores empresas do sul do país. Isto é um orgulho para nós e para o Porto de Navegantes. Parabéns a essa administração.

Sr. presidente e srs. deputados, preciso, deputado Jailson Lima, lamentar. Embora o governo federal esteja anunciando a abertura de um *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina em Blumenau, preciso lamentar o desperdício que estão fazendo, deputado Maurício Eskudlark - e v.exa. é também da nossa região -, com a nossa Furb que tem uma estrutura física, um corpo docente qualificado, cursos com referência nacional na produção de conhecimento. E, portanto, ela teria todas as condições, deputado Aldo Schneider, que é da região, de receber o processo de federalização. Mas, infelizmente, nesta manhã, o ministério da Educação confirmou que não haverá essa possibilidade de inserção da Furb no cenário de uma federalização, porque vão abrir um *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina, naturalmente com poucos cursos que vão iniciar. E vão ficar lá ociosas pelo menos 15 mil vagas que poderiam ser imediatamente aproveitadas na nossa Universidade Regional de Blumenau.

Isso é lamentável, e queremos deixar aqui o nosso protesto. Vamos continuar nessa luta e na busca, quem sabe ainda, de um entendimento com o governo federal. Santa Catarina, Blumenau e a região de fato mereciam essa atenção por parte do ministério da Educação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eminente deputado Ismael dos Santos, é lamentável que o MEC tenha tomado esse posicionamento. O vale do Itajaí conta com um milhão de habitantes, e com esse número de habitantes é inacreditável que o governo federal tenha tomado essa decisão, principalmente pelo clamor da nossa comunidade por esse pleito de muitos anos, que é a federalização da Furb. Mas, infelizmente, fomos surpreendidos, nesta manhã, com essa notícia.

Solidarizo-me com v.exa. e sugiro que, em nível de Assembleia Legislativa, seja enviada uma manifestação ao ministro da Educação e à nossa presidente da República, Dilma Rousseff, no sentido de que esse posicionamento seja revisto e que contemplem o vale do Itajaí, até porque estamos falando em 25% da população de Santa Catarina. Quer dizer, merecemos e carecemos desse respeito.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deputado, não há dúvida de que a Furb tinha tudo para ser uma universidade de qualidade e gratuita.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Caro deputado, queremo-nos engajar à manifestação de v.exa. e dizer que recebemos inúmeras manifestações de alunos e da comunidade. E ontem acompanhamos a mobilização para a concretização desse projeto, uma vez que a Furb é uma das maiores universidades do país e, com certeza, seria uma universidade federal de referência.

Esperamos que o ministério da Educação tenha consciência, reveja esse posicionamento e adapte esse projeto ao que aquela região quer.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Lembro-me que houve um plebiscito na cidade, com a participação de 20 mil

eleitores, sobre a federalização da Furb. Tivemos 96,1% de adesões. De fato, havia esse clima na cidade e essa expectativa que, infelizmente, resultou frustrada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Apenas gostaria de me associar ao seu pronunciamento, pertinente e preocupado com o ensino superior de Blumenau, da região, sobretudo de Santa Catarina.

Em Joinville, há muitos anos lutamos pela federalização da Univille - bandeira que levantei com outras pessoas - e ainda não conseguimos. O ex-presidente Lula criou em Joinville um braço da universidade, a exemplo do que fez em Blumenau. Mas o caminho correto seria a federalização. É lamentável, mas acredito que, apesar de tudo, demos um passo importante, ou seja, Blumenau passará a ter um embrião de uma grande universidade futuramente, se Deus quiser.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado.

As informações foram socializadas, a reflexão foi promovida, a sociedade estava mobilizada nas suas diferentes categorias, em especial os nossos alunos da universidade regional de Blumenau, na sua maioria filhos de operários, e lamentamos esse desperdício que se fará naquela universidade. Serão 15 mil vagas que ficarão ociosas e que poderiam ser, de imediato, aproveitadas pelo governo federal, no sentido de acoplar a Furb ao sistema de universidades do país.

É claro que a Universidade Federal de Santa Catarina, através de um *campus*, também será bem-vinda, mas poderíamos ter avançado de uma forma muito mais ampla, muito mais segura e, certamente, muito mais convincente para quem está em Blumenau. Passei dez anos nos bancos escolares da Furb, cursei duas faculdades e uma pós-graduação, tenho filhos que são alunos da nossa Furb e tenho acompanhado o clamor da sociedade blumenauense e de todo o vale do Itajaí que, como disse o deputado Aldo Schneider, conta com um milhão de habitantes. É a única macrorregião de Santa Catarina que não havia sido contemplada pela inspeção de projeto de ensino superior. Vai ser contemplada agora, através de uma ampliação do *campus* da UFSC, mas fica aqui o nosso protesto e o nosso lamento pelo desperdício em não utilizar a estrutura da Furb que poderia, de imediato, iniciar as aulas numa parceria com o governo federal.

A luta continua!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, queremos registrar a presença do vereador Sebastião Borges dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Campo Erê, que veio tratar de assuntos referentes ao seu município e que visita a Casa do Povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são reservados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o seu líder, deputado Dirceu Dresch, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes, queremos registrar o grande evento que realizamos pela manhã, nesta Casa, ou seja, a audiência pública que tratou da PEC e do projeto de lei que aqui tramitam, que se referem à venda das ações da Casan e que necessitam ser melhor discutidos.

Além disso, sr. presidente, entendemos que nos foi dado um prazo muito pequeno para estudar a questão, até em função do regime de urgência requerido, o que faz com que ele se esgote na última semana de agosto ou, no máximo, na primeira semana de setembro.

Trata-se de matéria extremamente importante porque permite a entrega de 49% das ações da Casan, a nossa empresa pública que cuida do abastecimento d'água e do saneamento básico, à iniciativa privada. Pelo art. 5º o domínio da empresa é entregue ao sócio estratégico, porque lhe dá plenos poderes. Poderíamos chamar esse sócio estratégico de sócio negociador. Chamam de estratégico porque se trata de uma terminologia moderna.

O que ficou claro na audiência pública do dia de hoje? Ficou claro que não se sabe o que está acontecendo, porque o projeto não é claro. A própria justificativa do pedido de urgência fala apenas na relevância e premência da matéria. Ora, isso não explica nada e denota até desrespeito com esta Casa, porque tanto a Constituição quanto o Regimento Interno determinam que qualquer solicitação de urgência deve que ser acompanhada de uma boa justificativa.

Um dos debatedores que nos chamaram a atenção veio do estado do Paraná, onde foi, durante muito tempo, procurador-geral do estado. Refiro-me ao sr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, que ajudou o então governador Roberto Requião a defender a Sanepar num processo idêntico ao que está acontecendo em Santa Catarina. O sr. Carlos afirmou aqui que a Sanepar ainda sofre nos dias de hoje as consequências danosas do processo de privatização encaminhado em 1998 pelo então governador Jaime Lerner e revertido por Roberto Requião.

Na semana passada, sr. presidente, estive no gabinete do senador Roberto Requião, em Brasília, convidando-o para vir ao nosso estado para participar da audiência pública desta manhã. Infelizmente ele não pôde vir, mas gostaria que tivesse colocado toda a sua luta, como governador do Paraná, para reverter a situação em que haviam colocado a Sanepar e que se repete em Santa Catarina com a intenção de vender as ações da Casan aos sócios minoritários, ou seja, os sócios estratégicos, que têm autonomia para gerenciar e ditar as regras do jogo.

Hoje, já é bem conhecida dos catarinenses a situação da SC Parcerias e da própria Celesc, sendo que o tal sócio estratégico, há um tempo, chegou aqui e chamou toda direção da Celesc de incompetente, que não sabia administrar a empresa.

Então, é isso que está para acontecer, se nós, deputados desta Casa, não nos dermos o respeito, porque o projeto de lei também tira desta Casa o poder de legislar sobre mudança acionária, sobre mudança estatutária das empresas que ainda nos restam, que são a Casan e a Celesc.

Outra questão também foi muito debatida pelas entidades hoje pela manhã. E ela nos deixa muito preocupados e perplexos pelo que aconteceu nesta Casa, no ano passado, quando nós, conjuntamente, aprovamos a emenda constitucional para a privatização de qualquer empresa pública, seja Casan ou Celesc: precisaria passar por um plebiscito e também que esta Casa fosse ouvida. E agora, neste momento, estamos abrindo mão dessa função.

Como dizia, hoje, o dr. Carlos, o que aconteceu no Paraná foi o aumento do custo da água. A qualidade da água piorou. Havia um veto claro de não haver mais investimentos nos pequenos municípios porque não geram lucro para a empresa. E não somos contra, porque o investimento privado pode ter o seu papel de lucro mesmo, mas ele não pode assumir o papel do estado, do serviço público, que tem um papel social.

Esse é o exemplo que, há poucos dias, discutimos pelo estado afora na questão da Celesc. As comunidades do interior que não estão dando lucro para essa empresa estão abandonadas. Não há investimentos, e as comunidades ficam dias sem energia elétrica. Todo equipamento está sucateado porque lá não se gera lucro. O que dá lucro, hoje, para os acionistas é investir numa grande cidade.

Deputado Darci de Matos, v.exa. dizia hoje pela manhã que a sua preocupação é com os pequenos municípios. O que aconteceu com as outras empresas; o que está acontecendo, hoje, com a Celesc; o que aconteceu com a Sanepar, no Paraná, foi que os empresários vetaram investimentos que não davam altos lucros. Portanto, os pequenos municípios estão fora dessa estratégia.

Outra questão que nos preocupa é o custo da água no futuro para a nossa população. Eu falava há pouco que quem vai comprar ações da Casan vai investir com a perspectiva de tirar lucro e não de fazer os investimentos e distribuir lucro no final de ano, porque é com essa expectativa que os empresários vão investir aqui.

Por isso, entendemos que não há necessidade de vender essas ações da Casan. Com um investimento extraordinário para os próximos anos de mais de R$ 1,5 bilhão, poderíamos buscar alternativas, inclusive o financiamento junto ao BNDES e outras instituições, para dar a contrapartida na perspectiva desses investimentos. Então, não é necessário vendê-las.

Por último, sr. presidente, quero dizer que estou apresentando um requerimento para tirar, primeiro, o pedido de urgência, porque precisamos saber de fato o que está colocado com esse processo de venda das ações. Não estão claros os contratos. Não está claro para nós o que de fato se quer com essa privatização, com essa venda das ações da Casan. Não está claro e por isso precisa ser melhor esclarecido. Não se faz isso num período tão curto, e a sociedade catarinense precisa ter o direito de participar dessa discussão.

Hoje pela manhã, na audiência pública, foram encaminhadas duas propostas: a retirada do pedido de urgência do projeto e a criação de um grupo de trabalho, uma comissão representativa, para discutir alternativas para que essa empresa continue pública, investindo e gerando qualidade de vida à população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Altair Guidi, por até cinco minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Altair Guidi, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, a lógica de privatização é perversa em todas as áreas do serviço público, principalmente do serviço público essencial, porque subverte o objetivo social para o lucro mão econômico, porque aí estaríamos falando de uma expressão muito mais ampla, mas para um objetivo imediato de lucro, um objetivo financeiro por parte de investidores privados.

Acho interessante que ninguém fale em privatizar o que dá prejuízo. E, com certeza, como já foi citado aqui, os grandes municípios, que têm geografia apropriada, são de muito interesse por parte da iniciativa privada na questão da água e do saneamento. No entanto, a maioria das cidades ficará abandonada, porque o sistema precisa do aporte, da estrutura estadual, para se tornar viável.

Não por isso apenas temos posição contrária à privatização em qualquer circunstância. E tramita nesta Casa um PL proibindo a privatização sem plebiscito de qualquer privatização de patrimônio ou serviço público. Mas esse projeto não prosperou, anda por aí, em alguma gaveta.

A cidade de onde sou natural, Imbuia, com certeza não sobrevive sem um sistema estadual cujo objetivo é atender à população. E isso prevalece, isso vale, creio, para a maioria das cidades do estado de Santa Catarina.

Como dissemos há algumas semanas num debate de televisão, talvez parte importante da nossa população volte a ter que cavar um poço nos fundos de casa para ter abastecimento de água. E naturalmente essa não é a qualidade da água, não é a eficiência que a população precisa e merece, principalmente em tempos de solos e rios tão contaminados como temos hoje. Mas essa será a realidade para a maioria das pessoas para daqui a alguns anos se for instituída, numa empresa pública como a Casan, a lógica do lucro, que é sempre uma busca imediata por parte de investidores privados.

Mas quero debater outra questão, dando uma no cravo e outra na ferradura. Falava na semana passada sobre a redução de vagas no curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina pela metade. Havia 180 por ano e passou a ter apenas 90, como se o estado de Santa Catarina não precisasse de mais economistas e não houvesse estudantes querendo estudar Economia no estado de Santa Catarina. Mas qual é o problema resolvido de forma simplista pelo chefe de departamento que, infelizmente, é uma pessoa que diz participar da luta popular? O problema é a falta de recurso público por parte do ministério da Educação. Seriam necessários, hoje, 15 professores para dar conta do curso de Economia com 180 ingressos a cada ano.

Além disso, os concursos realizados ou que estavam em andamento foram cancelados pela presidente Dilma Rousseff, tão logo assumiu, e também a política instituída ainda no governo Lula, através do Reuni, tem, na nossa avaliação, o objetivo da expansão mediocrizante da universidade, ou seja, a meritocracia, a quantidade de publicação em detrimento da qualidade da formação e do conteúdo das pesquisas realizadas.

Tenho dito que Albert Einstein morreria de fome nas nossas universidades federais nos dias de hoje, porque ele não iria produzir um artigo a cada mês. Ou melhor, ele nem seria contratado em nossas universidades federais, não passaria num concurso, se houvesse, justamente porque não se enquadra nesse perfil.

Essa expansão mediocrizante está cortando a metade do curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, mas, ao mesmo tempo, está-se expandindo para Blumenau. Entenda essa lógica instituída no governo, no ministério da Educação, porque tudo que combatíamos nos governos de Fernando Henrique Cardoso, de Itamar Franco e de Fernando Collor de Mello foi implementado, como política, como princípio de educação, nas universidades federais pelo governo do Lula e agora por Dilma Rousseff também.

No entanto, não há como deixar de aplaudir a criação de uma universidade federal em Blumenau, embora a federalização...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, é uma alegria voltar a esta tribuna uma vez que, na condição de secretário da União Nacional dos Legislativos Estaduais, estive participando da conferência que congrega os parlamentares dos 50 estados dos Estados Unidos da América do Norte.

Da mesma forma que eles participaram da nossa conferência, deputado Elizeu Mattos, estivemos também participando, juntamente com o nosso presidente, deputado Luiz Tchê, com o deputado Alencar da Silveira, nosso tesoureiro, e demais membros da nossa diretoria, em San Antonio, no Texas, retribuindo a visita dos norte-americanos em nossa conferência.

Ficamos impressionados com o tamanho do evento: mais de cinco mil participantes. Evidentemente, lá o número de deputados estaduais é maior, porque dos 50 estados, 49 têm duas casas legislativas, ou seja, em 49 o sistema é bicameral.

Portanto, lá estavam deputados estaduais, senadores estaduais, delegações de mais de 30 países, e foi, deputado Edison Andrino, v.exa., que tem participado de vários eventos desse porte, extremamente importante a nossa participação. Ficamos impressionados com a manifestação do presidente da conferência americana dando conta do respeito que têm pela nossa entidade, a nossa Unale, assim como os mexicanos, os russos e várias delegações também se manifestaram de forma muito elogiosa à nossa organização no Brasil.

Tive a oportunidade, deputado Neodi Saretta, de participar de um seminário, eram diversos, sobre *bullying*, no qual havia mais de cinco mil participantes. Efetivamente, esse é um assunto que está mobilizando a mídia e os Parlamentos do mundo inteiro. Os depoimentos apresentados sobre a incidência e o aumento dos casos de *bullying* nos Estados Unidos são assustadores, o que estamos percebendo também no Brasil e em diversos outros países. Vários membros das delegações internacionais, deputado Silvio Dreveck, participaram desse painel de *bullying* para trocar experiências e contra-atacar esse problema velho que tem um nome novo e que em outras épocas nem a família nem a escola tratavam como um fenômeno que promove a queda do rendimento do aluno e que pode levar a consequências extremas, inclusive à morte. Há vários casos de homicídio e suicídio registrados no Brasil e no mundo, e fiquei contente ao chegar aqui e encontrar, por parte do governo do estado, uma campanha estadual de conscientização.

Deputado Kennedy Nunes, fizemos várias tentativas na gestão anterior junto à secretaria da Educação e não conseguimos, sequer, convencê-la a abraçar a campanha que a Assembleia Legislativa e o Ministério Público fizeram de conscientização, de combate ao *bullying*.

Agora, deputado Darci de Matos, preciso aqui, assim como anteriormente criticava, cobrava e não era atendido, cumprimentar o secretário da Educação, Marco Tebaldi, pela campanha que está sendo veiculada. Apenas ouvi nas rádios, não sei se está na televisão também. Essa é uma luta que estávamos fazendo através da Escola do Legislativo há muito tempo, e o governo do estado estava completamente omisso, fora desse processo, mas agora o secretário da Educação, Marco Tebaldi, finalmente determinou a sua realização.

Assim, quero cumprimentar o governo por realizar essa campanha de conscientização e espero que agora o secretário também mande confeccionar e distribuir aquele material que o Ministério Público, em parceria com a Escola do Legislativo, confeccionou, deputado Reno Caramori. A Assembleia Legislativa, por determinação do deputado Gelson Merisio, mandou confeccionar e distribuir todo o material para a rede escolar municipal. Foram mais de 12 milhões de cartilhas, marcadores de páginas, cartazes, *folders*, distribuídos para a rede municipal. Espero que agora, como o secretário Marco Tebaldi já determinou a realização da campanha publicitária de convencimento, de esclarecimento, que faça também a distribuição do material.

Também estamos realizando hoje, através da Escola do Legislativo, mais dois seminários sobre *bullying*, deputado Daniel Tozzo, nas cidades de Meleiro e Forquilhinha, pois eles solicitaram a nossa parceria. Hoje, portanto, estamos mobilizando os professores da rede escolar municipal desses municípios para fazer o treinamento, a capacitação e a orientação para que possamos cada vez mais combater o *bullying*, que afeta em nossos dias mais de 40% dos estudantes do Brasil. Os números são alarmantes, são preocupantes, e precisamos contra-atacar.

Por isso, repito, quero cumprimentar o governo do estado, porque coincidentemente participei do seminário sobre *bullying* em San Antonio e quando cheguei encontrei a campanha do governo do estado e a Escola do Legislativo empreendendo mais parcerias, dessa feita no sul do estado, assim como temos atendido a diversas regiões para combater esse mal.

Por fim, quero registrar que ontem iniciamos, na nossa Escola do Legislativo, mais um curso de formação política. Este é o sexto ano que o realizamos e desta feita estamos com 101 participantes, sendo que 30 são servidores da Assembleia Legislativa e 70 são profissionais liberais, estudantes, cidadãos de outras entidades e de outros municípios. É um programa que está absolutamente consolidado e que foi, deputado Maurício Eskudlark, o

nascedouro do curso de pós-graduação que vamos iniciar agora.

Deputado Gilmar Knaesel, há 11 anos, quando v.exa. concebeu, juntamente com o deputado Lício Mauro Silveira, a nossa Escola do Legislativo já pensava grande. E agora estamos tendo a oportunidade, graças a Deus, de estar vivos e com mandato para ver esse processo crescendo sempre.

O curso de pós-graduação que iniciou ontem teve o jornalista Moacir Pereira como conferencista da noite e hoje teve início o curso de educação para a cidadania.

Esse evento iniciou há quatro anos e agora conta com a participação das seguintes instituições: Centro Educacional Municipal Ceniro Martins, Instituto Estadual da Educação, Colégio Catarinense, Colégio Solução, Escola de Educação Básica Henrique Veras, Universidade Federal de Santa Catarina, Unisul, Colégio Ursulina Senna Castro, Escola Jurema Cavallazzi, Colégio Energia, Faculdade Assesc, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Cesusc, Universidade Municipal de Palhoça e Universidade Municipal de São José. Essas são as instituições que estão participando neste momento, aqui no plenarinho, do nosso curso de Educação para a Cidadania - Construindo um Novo Olhar -, que vai de hoje até o dia 6 de dezembro.

Sr. presidente, o bom é que as crianças e os adolescentes quando aqui chegam fazem uma redação colocando o que pensam sobre o Parlamento. É quase impublicável o que eles pensam, mas quando saem a visão que eles têm é completamente diferente, porque conhecem o nosso trabalho, convivem conosco e vão ajudar-nos a formar deputados do futuro melhor do que nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados e deputadas, telespectadores da nossa TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores, agora, com um pouco mais de calma, pretendo falar um pouquinho sobre o projeto que o governador Raimundo Colombo mandou para esta Casa, que propõe a efetivação de uma parceria da nossa empresa pública, Casan, com a iniciativa privada.

Deputado Silvio Dreveck, inicio dizendo e reforçando aquilo que disse hoje pela manhã: essa empresa tem que ter dois vieses. O primeiro, sr. presidente, é a preocupação com os seus funcionários, com os seus servidores, pagando bons salários, dando-lhes boas condições de trabalho, dando dignidade aos seus servidores. O segundo viés, sr. presidente, tão importante quanto o primeiro, é a empresa cumprir com a sua missão, com a sua atividade fim, ou seja, proporcionar efetivamente aos 198 municípios, médios e pequenos municípios, porque os grandes já saíram da Casan, abastecimento d'água e tratamento de esgoto. Essas são as duas vertentes de uma empresa pública estadual como a Casan, por exemplo.

Então, repito aqui, a nossa preocupação neste Parlamento é com os servidores, mas sobretudo com o abastecimento d'água e com o saneamento básico dos pequenos municípios, deputado Silvio Dreveck, aqueles municípios do interior de Santa Catarina que muitas vezes não têm recursos para investir em saneamento, que não têm capacidade de endividamento, que não têm condições de fazer frente às demandas do sistema de saneamento da cidade.

Portanto, sr. presidente, quero discordar de uma notícia que ouvi numa rádio ontem, porque é inverídica. A *CBN Diário* veiculou o seguinte: "O governo Raimundo Colombo está propondo a privatização da Casan". Deputado Joares Ponticelli, isso não é verdade! Isso não existe! Isso é uma mentira! Isso não é verdade, a não ser que o conceito de privatização tenha mudado; a não ser que a oposição tenha outro entendimento. Porque a Casan, no conceito do projeto que o governador Raimundo Colombo mandou para esta Casa, irá ter condição similar à Celesc. Ou estou falando alguma besteira aqui?

(Manifestações das galerias)

São 51% das ações, portanto, a maioria do capital da Casan ficará sob controle do governo do estado. Similar à Celesc, ao Banco do Brasil, enfim, similar a centenas ou milhares de empresas de economia mista que existem em Santa Catarina e no Brasil, algumas, inclusive, criadas pelo governo Lula. Aliás, estamos indo na linha da lei que foi criada em 2005 pelo governo dos trabalhadores, deputado Dirceu Dresch, que é a Lei das Parcerias Público-Privadas.

O projeto, deputado Joares Ponticelli, da parceirização da Casan empresa pública por iniciativa privada é um projeto mais moderno, mais evoluído, mais nacionalista, eu diria, do que o projeto do presidente Lula que efetivamente está privatizando os aeroportos do Brasil. Isso é um fato! E contra fatos não há argumentos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Darci de Matos, acho muito bom debatermos isso com muita responsabilidade, sem demagogia, sem jogo para a plateia e com coerência, porque vemos aqui discursos diferentes da prática em outros governos.

Não tenho nenhum preconceito contra a privatização, mas o governo que eu integrei, por exemplo, não privatizou nenhuma rodovia do estado. E estávamos até dois anos, três anos atrás sem nenhuma rodovia privatizada. Agora, para irmos ao sul do estado temos que pagar pedágio para entrar na estrada da morte. Pagar pedágio para entrar numa estrada que está em obras há quase dez anos é um absurdo. E o pio é que as obras vão levar mais dez anos no ritmo que estão indo. É uma vergonha, como diria Boris Casoy. É um deboche das empreiteiras. Devem estar querendo mais aditivos, mais aditivos e por aí vai.

A Petrobras é outro exemplo de que pode vender ação, pode abrir capital, não há problema nenhum. Os aeroportos, como v.exa. colocou, onde está o dinheiro da Infraero? É dinheiro o que se paga nessas taxas de embarque. Mas o nosso aeroporto é um exemplo do descaso, do abandono, das costas viradas para Santa Catarina.

Então, acho que tem que ter uma linha só. Se pode lá, pode cá, e aqui não é privatização. Aqui não tem privatização, aqui nós precisamos, sim, de um processo que dê à Casan condições de manter os municípios, porque eles irão embora! Os grandes municípios já foram. Agora, os médios estão sendo assediados com conversas republicanas e outras nem tanto.

Assim, acho que tem que debater às claras para a demagogia não virar verdade ou a mentira não virar verdade, como aconteceu no projeto do Magistério.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Também foi afirmada na audiência pública pela manhã outra inverdade: que a SCGás é comandada pelo capital privado. Isso não é verdade. O presidente é indicado pelo governo do estado. O governo tem a maioria no Conselho de Administração, e a SCGás tem 51% das suas ações, deputado Dirceu Dresch. São do governo do estado de Santa Catarina.

Ora, isso não é privatização! Quem falar ao contrário está tentando julgar a consciência do povo catarinense com maldade. Não é verdade! E a SCGas é uma empresa de sucesso, modelo para o Brasil, mais do que isso, vergonhosamente Santa Catarina e o Brasil, inclusive, são estados que tiveram gestão do Partido dos Trabalhadores. Os municípios possuem cobertura vergonhosa de tratamento de esgoto, e Santa Catarina possui 13%, muito parecido com a cobertura do Brasil.

Precisamos para universalizar o abastecimento de água e o tratamento de esgoto de R$ 6 bilhões, até 2025. O poder público não tem dinheiro para investir, não há recursos. Nós somente temos uma alternativa: fazer cumprir a lei que o Lula criou das parcerias públicas privadas, deputado Volnei Morastoni, ou estabelecer parcerias efetivas com o capital privado, para fazermos frente às homéricas demandas de saneamento básico do Brasil. Esse é o objetivo desse projeto que está nesta Casa.

Queremos fazer da Casan uma empresa similar à, por exemplo, Sabesp, que tem um patrimônio líquido de R$ 9 bilhões, à Sanepar, que tem um patrimônio líquido de R$ 2 bilhões, à Copasa, que tem patrimônio líquido de R$ 4 bilhões. E com a venda das ações teremos recursos para dar a contrapartida para que a Casan possa buscar os financiamentos devidos para atender ao saneamento de Santa Catarina ou então a Casan poderá passar por momentos difíceis como está passando atualmente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado, v.exa. trata de um assunto com certeza muito importante para o Brasil e para Santa Catarina.

Agora, é preciso separar o que é concessão e o que é privatização. Dizer que vender 49% das ações para a iniciativa privada não é privatização, esse discurso não pega. Outra é você ter que explicar a questão do sócio prioritário e os poderes que ele tem, porque na SCParcerias o governo não manda, tudo tem que ser por consenso. Se os empresários que investiram não tiverem acordo, não passa nada. Isso precisa ser explicado. Então, deputado, precisa explicar direitinho.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Concluindo, reafirmo para a população catarinense que a condição da Casan, assim que for votado esse projeto, neste Parlamento, se for aprovado, ficará numa condição similar à Celesc, que controlada pelo governo do estado, ao Banco do Brasil, que é um banco do povo brasileiro, controlado pelo governo federal. Portanto, estão tentando distorcer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados telespectadores da TVAl e ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação podermos estar aqui, neste momento, para discorrermos sobre alguns assuntos referentes à nossa atuação parlamentar.

Então, com referência ao debate que se trava na Casa Legislativa, a Casa do Povo de Santa Catarina, com referência a esta questão da Casan, aqui é o fórum apropriado, onde as pessoas podem discutir, onde estamos como os verdadeiros representantes da sociedade catarinense, através do voto, através da eleição. Nós nos submetemos à apreciação das urnas e obviamente que o nosso papel como deputado estadual também é ouvir a sociedade.

Portanto, a minha manifestação com referência ao debate em voga, neste momento, aqui, na Casa, exatamente no sentido de dar condições de todas as partes envolvidas discutirem o assunto. Esse é o papel da Assembleia Legislativa. Obviamente, quanto da votação, lá no dia da votação final, aí é outra conversa. Mas o que estamos falando, neste momento, é dar condições para que as partes que não concordam com a convergência desse assunto possam usar a tribuna da Assembleia Legislativa para manifestar as suas insatisfações, as suas satisfações. E a partir daí levar a toda Santa Catarina o debate profícuo, o debate efetivo, com referência ao que nós entendemos com relação a esse projeto de lei referente à Casan.

Então, a minha manifestação é no sentido de que entendemos que é importante, sim, o debate, para que Santa Catarina fique esclarecida sobre o que estamos, neste momento, aprovando ou não. Esse é um assunto no qual todas as entidades envolvidas merecem respeito, e esse respeito a Assembleia Legislativa está proporcionando exatamente no que tange as audiências públicas.

Hoje, tivemos a audiência pública capitaneada pela comissão de Constituição e Justiça, na próxima terça-feira vamos discutir na comissão de Finanças e Tributação, e estamos cumprindo todo o roteiro pertinente a essa discussão que Santa Catarina também está acompanhando atentamente.

Outro assunto que me fez ocupar esta tribuna, saindo um pouco da discussão sobre a Casan, é o que nos trouxe ao Parlamento de Santa Catarina, que são os nossos partidos políticos, todos, indistintamente. A legislação eleitoral é clara quando diz que todos os candidatos devem ter um partido e também se exige, através dos nossos estatutos partidários, a devida fidelidade. Mas gostaria de relatar um trabalho que o PMDB de Santa Catarina, através da nossa Fundação Ulysses Guimarães e através da presidência do partido, tem feito por toda Santa Catarina, um trabalho que eu diria muito importante, um trabalho de levarmos para a sociedade catarinense, principalmente para os filiados do PMDB, uma proposta de conhecer um pouco a história política do partido no Brasil, em Santa Catarina e em cada município.

Esse trabalho está sendo feito através da coordenação da Fundação Ulysses Guimarães, para levarmos aos nossos filiados a história e a essência do PMDB. A partir disso, estamos propondo em todas as 36 Regionais onde o PMDB tem a sua organização microrregional, um curso de capacitação para que os nossos candidatos conheçam um pouco da história político-partidária e, além disso, para podermos orientar qual o papel verdadeiro de um parlamentar, em todas as esferas.

O que vemos hoje na questão partidária brasileira é que quando temos uma simpatia por um determinado partido nos filiamos a ele e não somos preparados para falar de política. Então, esse é o trabalho que estamos fazendo na região do vale do Itajaí, juntamente com a Fundação Ulysses Guimarães, para levarmos, primeiramente, informação aos nossos simpatizantes, depois aos nossos companheiros e companheiras que gostariam de servir a sua comunidade local através de uma candidatura a vereador, prefeito ou vice-prefeito. Para que essa pessoa possa cumprir condignamente as comunidades catarinenses, o PMDB entende que é necessário prepará-la.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Gostaria de associar-me ao seu pronunciamento e dizer que é tão importante esse trabalho que o PMDB vem fazendo em Santa Catarina que esse reconhecimento já está partindo das pessoas que estão participando dos encontros.

No último final de semana estivemos, juntamente com o nosso presidente estadual do PMDB, Eduardo Pinho Moreira, organizando três importantes reuniões no extremo oeste. Começamos em Itapiranga, fomos a São Miguel d'Oeste e, no sábado à tarde, estivemos no município de Palmitos. Juntamos os municípios que congregam aquela secretaria de Desenvolvimento Regional para facilitar o trabalho.

Na primeira reunião, tivemos a participação de 300 pessoas; na outra, em São Miguel d'Oeste, no sábado pela manhã, contamos com aproximadamente mil pessoas e, no sábado à tarde, em torno de 150 a 200 pessoas na reunião realizada em Palmitos. Mas todo esse processo não se exime somente com essas reuniões, ele vem de um roteiro de programação onde vários cursos serão ministrados a esses alunos com o objetivo principal de preparar as candidaturas para enfrentarem o pleito e, acima de tudo, prepará-los também para assumir os ofícios do mandato, seja vereador, prefeito ou vice-prefeito.

Este é o objetivo principal de todo esse processo, de toda essa gama de reuniões que será feita em todo o estado de Santa Catarina: preparar as pessoas para que elas possam enfrentar não apenas o público, o rádio e a televisão, mas também os ofícios do dia a dia na qualidade de representantes eleitos pelo povo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço o seu aparte e continuando na linha de raciocínio que vinha desenvolvendo, a nossa meta, como partido político em Santa Catarina, é capacitar 35 mil pessoas até as próximas convenções municipais do PMDB. A nossa capacitação se restringe àquilo que o eminente deputado Mauro de Nadal disse, ou seja, estamos preparando as pessoas para todo tipo de diálogo. E cito, como exemplo, a questão da Casan. Se pudermos fazer com que nossos candidatos estejam preparados para discutir qualquer assunto inerente à administração, com certeza eles serão bons administradores, bons gestores públicos, bons representantes da comunidade.

Esse trabalho que estamos fazendo em Santa Catarina - e registro a presença quase que permanente do nosso presidente, vice-governador Eduardo Pinho Moreira, em todo o roteiro - é com muita vontade, muita disposição. E o mais importante, senhoras e senhores, é que o PMDB tem tamanha capilaridade que o aspecto da articulação é facilitado e realizamos grandes encontros em todas as regiões de Santa Catarina, posto que o partido está organizado praticamente em todos os 293 municípios. E além dessa organização, temos militantes movidos à paixão pela política partidária, no sentido de que sempre participam do processo eleitoral, seja municipal, seja estadual.

Sr. presidente, além dessa capacitação, estamos organizando a eleição de 2012 no que concerne aos planos de governo dos municípios, ao conhecimento da história do PMDB, ao lançamento das candidaturas e à mobilização partidária. Por onde a caravana do Instituto Ulysses Guimarães tem passado, juntamente com o nosso presidente, visa sempre a manter o diálogo aberto para que surjam as coligações tanto com as agremiações que pertencem à base do governo Raimundo Colombo/Eduardo Pinho Moreira como com os demais partidos.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados, o que tínhamos a relatar a respeito da caravana do nosso partido, para que ficasse registrado nos anais da Assembleia Legislativa o trabalho interessante que o PMDB vem desenvolvendo por todo o território catarinense.

Quero destacar ainda a dedicação dos nossos 115 prefeitos, dos quase 900 vereadores, dos nossos dez deputados estaduais, dos cinco deputados federais e dos dois senadores, que estão caminhando por todo o território de Santa Catarina estimulando a militância a manter acesa a chama partidária em todos os municípios.

Deixo registrado, repito, o trabalho incansável que estamos fazendo em prol da democracia catarinense, em prol da democracia brasileira.

Ao terminar, agradeço a atenção de todos os nobres colegas e afirmo que democracia se constrói desta forma: capacitando, orientando, conversando e abrindo espaço para que juntos façamos uma Santa Catarina melhor, com uma extraordinária qualidade de vida para a população!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, eu apenas gostaria de registrar a presença, nesta Casa, com muita alegria, dos alunos do curso de Direito, da Unibave, da querida Universidade Barriga-Verde, da cidade de Orleans.

A comitiva visitou o Tribunal de Justiça, a sede da OAB e agora está visitando a nossa Casa.

Sejam todos bem-vindos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Nei Ascari.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero me associar ao cumprimento do deputado José Nei Ascari e dizer que nessa discussão sobre saneamento Orleans tem sido citada como o melhor exemplo de Santa Catarina, por ter o melhor índice de esgotamento sanitário do estado. Portanto, a minha saudação a todos e à nossa vereadora Maria da Silva Kulkamp, de Braço Norte, que também nos visita no Parlamento catarinense no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Feito o seu registro, desejamos uma boa estada a todos os estudantes de Direito da Unibave.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, sr. presidente.

Sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que participam e que assistem à nossa sessão, quero fazer o registro da presença, nesta Casa, do vice-prefeito da cidade de Rodeio, Genor Girardi, que está acompanhando a nossa sessão e também trabalhando em prol do seu município, visitando várias secretarias de estado.

Quero fazer uma saudação aos alunos da Fedavi e deixar um abraço ao nosso amigo reitor, professor Celso de Oliveira Souza, pessoa com quem temos uma grande amizade. Conheço bem essa instituição de ensino que é muito importante para a região como para Santa Catarina.

Mas não poderia perder a oportunidade, ao assomar à tribuna na tarde de hoje, de agradecer pela cessão do horário ao deputado Dóia Guglielmi, uma vez que desejo transmitir a todos os srs. deputados e também aos catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital o resultado da votação pelo TRE, no dia de ontem, que, por cinco votos a um, julgou improcedente a ação que foi ajuizada inicialmente pelo PP e que depois foi encampada pelo Ministério Público Eleitoral. Segundo a ação, eu, como secretário de estado, juntamente com o então governador Luiz Henrique, teríamos cometido abuso de poder no que diz respeito durante a eleição passada, quando fui reeleito para o meu sexto mandato consecutivo.

Na verdade, a ação tem o seu escopo inicial numa representação de conduta vedada. Eu sei muito bem, deputado Joares Ponticelli, presidente do PP, e demais colegas deputados, que a ação não foi de autoria de v.exas., principalmente v.exa. que, como presidente, foi apenas o subscritor, porque eu o conheço e tive uma passagem longa da minha história política dentro do PP e com a minha saída talvez tenha ficado algum ressentimento, muitas vezes expresso por determinada pessoa através de ações judiciais contra o meu mandato. Infelizmente, essa pessoa não deixa a sua digital, apenas age nos bastidores, utilizando-se do mecanismo, e agora fica a grande frustração - primeiro a alegria da absolvição e agora a frustração.

Quero externar isso, primeiramente, ao juiz relator, dr. Irineu João da Silva que, juntamente com os demais juízes que acompanharam o seu voto, foi muito claro no seu parecer de que em momento algum houve a prática de conduta vedada e que estávamos amparados por lei aprovada na Assembleia Legislativa, sendo que todos os nossos programas na área de cultura, esporte e turismo eram programas de continuidade e não meramente políticos.

Mas volto a dizer que essa ação foi impetrada e agora fica essa frustração: o desgaste emocional que ao longo desse período sofri, o desgaste político que tive, e muito forte, juntamente com o então governador Luiz Henrique da Silveira, porque durante a campanha eleitoral a imprensa noticiou essa ação, muitas vezes já nos condenando como se tivéssemos cometido ato ilícito.

Então, ficou o grande desgaste político eleitoral, como também o desgaste financeiro, porque afinal de contas tivemos que contratar advogados para nos defender. E como fica agora? Isso foi reparado? Não! Não foi reparado. Fica uma mágoa muito grande, um sentimento de que temos que mudar a lei, porque autor de ação improcedente tem que ser responsabilizado. Ele tem que aparecer agora também para, publicamente, pedir desculpas, dizer que estava errado e também ser penalizado, ressarcindo aquilo que tivemos de gastos.

Volto a dizer, e quero ser muito claro, que essa ação é de autoria de um advogado fracassado, que se chama Gley Sagaz. Essa pessoa, sim, tem-se utilizado muitas vezes da boa fé da bancada pepista para impetrar ações não apenas contra mim, mas contra outros deputados, sempre no intuito de externar sua frustração pessoal e muitas vezes até profissional, porque todos sabem que ele já foi condenado recentemente e fica ainda se utilizando desse mecanismo.

Mas há também, atrás dele, o autor intelectual de uma série de coisinhas, de pegadinhas. É uma pessoa que se julga o mais inteligente dos políticos de Santa Catarina, que já foi governador e hoje é deputado federal. Todos sabem de quem estou falando. Muitas vezes ele é o padrinho dessas ações.

A bancada do PP soube reconhecer o erro e retirou a ação em tempo hábil. Infelizmente, ela teve continuidade na pessoa do promotor eleitoral, que talvez tenha até agido dessa forma por obrigação. Mas ele poderia também ter reconhecido a falha na ação porque viu que foi uma ação eleitoreira.

Feito esse registro, quero também fazer outro desabafo, digamos assim, porque soubemos agora à tarde que o ministério da Educação acabou de decidir, em Brasília, pela extensão da UFSC no vale do Itajaí. Claro que não podemos desmerecer essa ação, pois queríamos isso também, mas o caminho não era este, o caminho era mais fácil, ou seja, o da federalização da Furb, a primeira universidade do interior do estado, uma universidade pública, uma vez que a prefeitura de Blumenau, ao longo dos anos, é a sua tutora.

Entendo que houve um encaminhamento equivocado por parte do ministério da Educação, frustrando não apenas os 18 mil alunos que estão hoje matriculados, como todo o vale do Itajaí e toda a comunidade educacional, empresarial, política, que se mobilizou nos últimos anos no sentido de obter a federalização da Furb.

Quero aqui cumprimentar o trabalho feito pelo ex-reitor Eduardo Deschamps, hoje secretário adjunto da Educação, e também pelo atual reitor João Natel, que juntamente com os deputados, com a comunidade local, com todos os vereadores de Blumenau, estiveram lutando pela federalização da Furb.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0042/2011, 0058/2011, 0080/2011, 0256/2011, 0343/2011, 0396/2011 e 0425/2011.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0174/2011, de autoria dos deputados Padre Pedro Baldissera e Antônio Aguiar, que altera a Lei n. 15.449, de 2011, que institui a Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos sobre a mesa um requerimento assinado por vários srs. líderes, entre os quais o líder do governo, requerendo a votação da admissibilidade da PEC n. 0007/2011, que altera o § 4º do art. n. 13 e revoga o § 2º.

A PEC está com os prazos vencidos, e vamos votar apenas a admissibilidade. Uma vez que os prazos estão vencidos, é regimental e temos que votar, independentementedo parecer da comissão.

Discussão e votação da admissibilidade da PEC n. 0007/2011, que altera o § 4º do art. n. 13 e revoga o § 2º.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade com votos contrários da bancada do PT e também do deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s 0439/20ll, 0440/2011, 0441/2011, 0444/2011, 0445/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0442/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0443/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.031/2011, 1.032/2011, 1.033/2011, 1.034/2011 e 1.035/2011, de

autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.037/2011 e 1.038/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari; 1.039/2011 e 1.040/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 1.041/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.042/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 1.043/2011, de autoria do deputado Edison Andrino; e 1.060/2011, de autoria dos líderes partidários.

Requerimento n. 1.029/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem ao superintendente regional do DNIT, questionando a retirada da totalidade das árvores que se encontram na faixa de domínio na BR-282, trecho entre os municípios de Bom Retiro e Bocaina do Sul, propiciando risco de deslizamentos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.030/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem ao ministro dos Transportes e da Controladoria-Geral da União e ao superintendente do DNIT, questionando as obras na BR-282, no trecho entre a BR-101 e o município de Alfredo Wagner.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.036/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que solicita a suspensão das sessões plenárias durante a realização das audiências públicas regionais para o Plano Plurianual 2012/2015 e a Lei Orçamentária Anual 2012.

Isso é praxe e não requer votação. Não haverá sessão nos dias em que forem realizadas as audiências públicas.

Está, então, prejudicado o Requerimento n. 1036/2011.

Requerimento n. 1.044/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem ao governador do estado, solicitando a retirada do regime de urgência do PL n. 0236/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, hoje é praticamente unânime, nessa agenda que foi construída pela Casa, a realização dessa audiência pública da comissão de Constituição e Justiça. Há um apelo da nossa bancada que eu assinei, mas também há o apoio de toda a bancada para retirar o pedido de urgência do projeto de venda de ações da Casan, pois entendemos que esse projeto não justifica que haja urgência; o requerimento do governo do estado que pede a urgência não justifica claramente o porquê disso. Inclusive é uma questão de respeito a esta Casa justificar por que é necessária essa urgência.

Por isso, sr. presidente, srs. deputados e todos que nos acompanham, estamos pedindo a retirada da urgência desse requerimento, justamente para ter um tempo maior para debater esse projeto tão confuso de privatização de venda das ações da Casan.

Obrigado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Matos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, na verdade é chover no molhado. O requerimento é somente uma solicitação, porque não tem força de lei. Somente quem pode retirar aquilo que é constitucional em regime de urgência é o governador.

Estamos fazendo um faz de conta, pois na verdade é somente uma solicitação que vai para o governador, e ninguém aqui vai supor fazer uma solicitação ao governador. E quero deixar bem claro que o requerimento é para chover no molhado, pois ele não tem força de lei para retirar o regime de urgência. Somente quem pode retirar é o governador do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Isso é sabido, deputado Elizeu Mattos, mas quero saber qual é o encaminhamento que v.exa. dá ao tema.

Eu o estou submetendo à votação.

(O deputado Elizeu Mattos fala fora do microfone.)

Não, é um requerimento. O requerimento é votado. Para ser aprovado, precisa de maioria. Por isso ele vai ser deliberado.

É evidente que se aprovamos o requerimento pedindo a sua retirada, estamos pedindo que ele seja retirado do regime de urgência.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, vou ser bem claro: acho que está havendo um desencontro de datas. Falaram-me que temos que deliberar esse projeto até o final de agosto, o que não é verdade. Nós temos prazo até o final de setembro para debater o projeto da Casan.

No meu encaminhamento, acho que é uma boa conversa. Não é aprovar requerimento para o governador. Então, vou encaminhar contra o requerimento.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, seguindo a orientação do líder do governo, que diz que o requerimento não tem poder de lei, e não tem poder de lei mesmo, assim como todos nós sabemos, ele também já promoveu v.exa. a governador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Nem percebi, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aconteceu isso há menos de um minuto.

Poderíamos aprovar por unanimidade o requerimento da bancada do PT pedindo a retirada do regime de urgência da PEC relativa à Casan.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, no art. 24 do Regimento Interno está o seguinte:

"Art. 24. Os líderes de bancada ou de bloco parlamentar têm as seguintes prerrogativas:

VIII - retirar o regime de urgência."

Geralmente é uma prerrogativa do líder do governo aqui, que exerce essa prerrogativa, mas é possível entre o acordo de líderes fazer esse encaminhamento, esse pedido decorrente da audiência pública de hoje, para que essa matéria possa ser discutida sem pressa, sem açodamentos, com o tempo necessário.

Estamos aqui neste momento discutindo qual a decisão final a ser tomada. Mas que tenhamos tempo para discutir, nesta Casa, com a sociedade catarinense, até porque a empresa tem mostrado como prova da sua rentabilidade os investimentos realizados nos últimos anos, de 2003 até 2010, com um crescimento de 62% da sua receita operacional, e todos os investimentos previstos nesse período até 2017, com o objetivo de chegar a 2025 com a universalização do atendimento dos serviços na área de água e esgoto em todo o estado, com esse crescimento e com esses investimentos. É lógico que esses investimentos irão gerar mais retorno financeiro à empresa.

Na verdade, é para que possamos ter certeza, para que a sociedade catarinense possa ter certeza de que uma medida governamental dessa natureza seja necessária.

Então, o pedido é para que não se tenha pressa dos prazos que estabelecem o regime de urgência.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, quero somente contribuir nesse debate, porque há poucos instantes votamos aqui a admissibilidade da PEC. Regimentalmente, agora temos 45 dias para votar a PEC e também o projeto de lei. Quer dizer que o pedido de urgência do governador foi por terra. A partir de agora correm os dois juntos no prazo de 45 dias, porque não podemos aprovar o projeto de lei sem aprovar a PEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Do ponto de vista regimental, temos que deliberar o requerimento. Do ponto de vista da tramitação das duas matérias, não há uma associação impositiva das duas. Há o bom

senso de encaminharmos as duas em paralelo. Por isso, vamos deliberar o requerimento, que será aprovado ou rejeitado por maioria. Agora, é evidente que se vai manifestar a vontade da maioria da Casa, dizendo se quer ou não que tramite em regime de urgência. Esse é o fato!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Atualmente, o que há aqui é o requerimento do governo do estado para aprovar o projeto da venda das ações, e está correndo o prazo. O prazo é que na terça-feira o relator apresente o seu relatório na comissão de Constituição e Justiça, que na outra semana vá para a comissão de Finanças e Tributação e que na última semana de agosto e primeira semana de setembro seja votado. Digo isso pelo que está, hoje, tramitando nesta Casa, a não ser que o governo mude de estratégia e retire a urgência do projeto da venda das ações. O que vale, hoje, é isso. É isso que foi combinado com presidente da CCJ, inclusive, na semana passada, conforme os prazos do Regimento e o pedido de urgência do governo do estado. Então, é isso, a não ser que se mude essa estratégia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação o requerimento.

A votação será nominal, no painel eletrônico, até porque há um quórum dividido.

Os srs. deputados que votarem "sim" votam a favor do requerimento e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para reencaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para reencaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, vou fazer um novo encaminhamento: "não" ao requerimento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo econômico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DANIEL TOZZO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 24 srs. deputados.

Temos 18 votos "não" e seis votos "sim".

Está rejeitado o requerimento.

(Manifestações das galerias)

Moção n. 0065/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao presidente da Câmara Federal e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio ao Projeto de Lei n. 0597, de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os sr. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0104/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviado ao presidente do Deter, solicitando informações sobre o relatório demonstrando o faturamento mensal, com a arrecadação das licenças de viagem nos anos de 2010 e 2011.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, solicito a retirada desse pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está retirado de pauta o Pedido de Informação n. 0104/2011.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes.

(Pausa)

Como o deputado Kennedy Nunes está dando uma entrevista na sala de imprensa, concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, vejam a importância da representação do planalto norte, que eu represento: estaremos realizando, amanhã, uma audiência pública da Casan, no município de Canoinhas.

É claro que temos as nossas reivindicações. A Casan presta serviço ao município há mais de 30 anos e não temos nenhum metro de esgoto na nossa cidade. Precisamos que a Casan, amanhã, em Canoinhas, faça realmente valer o contrato, aquilo que foi assinado com a prefeitura. E, pelo que foi assassinado, a prefeitura de Canoinhas tem a haver da Casan aproximadamente R$ 8 milhões. Isso porque a Casan arrecada R$ 600 mil mensais e não devolve nada ao município de Canoinhas. Estaremos lá participando dessa audiência pública, fazendo com que a Casan cumpra o seu compromisso no município.

Temos certeza de que vamos continuar trabalhando com a Casan - essa é a intenção do município de Canoinhas -, porque ela tem um bom projeto para o município. Mas para que esse projeto se concretize, queremos o acerto financeiro da Casan com Canoinhas, que está em atraso. E temos certeza de que vamos fazer essa negociação amanhã à noite.

Certamente, na quinta-feira à noite estaremos em São Bento do Sul participando de uma bela sessão solene da Assembleia Legislativa, solicitada pelo eminente deputado Silvio Dreveck, para que se preste uma homenagem à Buddemeyer naquela cidade.

Haverá também, no município de Canoinhas, as comemorações pelo centenário de Canoinhas, sendo que será realizada uma sessão solene no dia 10 de outubro, quando será mostrada a história do município. E os deputados que lá se farão presentes receberão o troféu Centenário de Canoinhas. Vamos prestar uma grande homenagem a Canoinhas que, sem dúvida nenhuma, mostra, com a sua emancipação política, a sua história, a sua pujança e o seu trabalho.

No dia 11 de setembro foi feita a emancipação política de Canoinhas, que foi desmembrada de Curitibanos. Então, somos filhos de Curitibanos. E temos certeza de que os outros municípios que são filhos de Canoinhas também se farão presentes nessa grande homenagem ao município de Canoinhas.

Também, hoje, quero reportar-me à saúde. O dr. Dalmo Claro de Oliveira, secretário da Saúde, tem, sem dúvida nenhuma, reportado-se muito bem aos mutirões de cirurgias eletivas que serão feitas no nosso estado. Essas cirurgias eletivas, a princípio, serão realizadas na forma de mutirões, como já vinham sendo feitas anteriormente. Mas não são somente os mutirões que queremos. Queremos o programa de cirurgias eletivas mensal. Mensalmente temos que separar as cirurgias eletivas para que não acumulem novamente. E para isso estamo-nos organizando.

Então, acho que a comunidade tem que ter um pouco de paciência no que está sendo realizado, assim como também os políticos, porque ainda é muito cedo para vir aqui falar que as cirurgias eletivas não estão sendo realizadas, que isso, que aquilo! Vamo-nos programar e ajudar a nossa comunidade!

O governador Raimundo Colombo está dispondo a parte financeira para serem realizadas as cirurgias eletivas. O governo federal está pondo dinheiro a mais? Não! Ele não está colocando dinheiro a mais! Existe o programa do SUS, mas esse nosso programa requer dinheiro a mais do governo, e para isso aprovamos uma lei importante na Assembleia Legislativa, a do Revigorar. Essa lei vai fazer com que os recursos do Revigorar sejam drenados para a saúde, e através da saúde esses recursos vão ser drenados aos hospitais e aos cirurgiões, para que se consiga fazer um grande número de cirurgias eletivas, atendendo à demanda do povo catarinense.

No Brasil, somente o estado de Santa Catarina está fazendo isso. Então, vamos acreditar no nosso programa de cirurgias eletivas e, através da comissão de Saúde, ajudar a concretizar esse programa. Vamos

convocar as entidades médicas como o CRM, a associação médica, o Sindicato dos Médicos, que estão fora dessa disputa. Mas acho importante nessa hora a representação dos médicos para fazermos um grande programa.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Caro deputado Antônio Aguiar, quero aproveitar o pronunciamento de v.exa. para convidar os srs. deputados para amanhã, às 11h, estarem presentes na reunião da comissão de Saúde, quando o sr. secretário Dalmo Claro de Oliveira falará sobre o mutirão de cirurgias eletivas, sobre os critérios tanto para pacientes - temos pacientes esperando há muitos anos - como para atrair e conquistar os prestadores de serviços: os hospitais, os médicos clínicos, os cirurgiões, os anestesistas. E falará sobre o pagamento: qual será o outro critério de complementação, além da tabela do SUS.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Convidaremos também as unidades médicas.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Sim, v.exa. lembrou bem. Vou verificar, em seguida, junto à comissão de Saúde para que convidemos representantes do Conselho Regional de Medicina, do Sindicato dos Médicos, da Associação Médica Catarinense e da Associação dos Hospitais.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Com certeza, deputado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de elogiar o prefeito, do PT, do município de Itapema, pela administração que vem fazendo. Neste final de semana, completando cinco anos de governo, o prefeito Sabino Bussanello apresentou um relatório das suas atividades de gestão. E quero aproveitar a oportunidade para destacar alguns pontos importantes da administração da querida Itapema.

Cinco anos de governo construindo uma nova história, o município de Itapema é o que mais cresceu em Santa Catarina, no período de 2000 a 2010: 77%, segundo o IBGE.

Ninguém duvida que Itapema mudou, cresceu, desenvolveu-se e avançou. Por incrível que pareça, há cinco anos ninguém queria se identificar como um munícipe de Itapema, pois sentia vergonha de morar numa cidade com tantos escândalos e descalabros políticos e administrativos. Mas, diferente do passado, na prefeitura o novo governo teve a ousadia de encaminhar uma nova forma de governar, conciliando não somente as obras materiais - como costuma acontecer, que geralmente são importantes, imprescindíveis e inadiáveis -, mas também se preocupando com o lado social, com o lado humano da cidade.

É justamente nessa conjugação de esforços que Itapema, nos últimos cinco anos, tem realizado um governo autêntico, honesto e com muitas realizações importantes. Por exemplo, a cidade digital. Itapema conquistou a primeira posição entre os municípios de Santa Catarina no Índice Brasil de Cidades Digitais e a 18ª no *ranking* nacional, permitindo o acesso de cidadãos aos serviços e recursos tecnológicos de informática.

Essa é apenas uma parte do que já foi feito até agora. Tenho acompanhado de perto alguns desdobramentos, sei que esse é um item que ainda está sendo ampliado, está crescendo e, com certeza, a população vai usufruir ainda muito mais da chamada Cidade Digital.

Em relação à educação, Itapema já cumpriu a meta prevista pelo Ideb para 2015 e está entre os 100 municípios do Brasil com o menor índice de analfabetismo, ocupando o 57º lugar em alfabetização entre os 5.553 municípios brasileiros.

Em 2006, Itapema tinha 3.600 crianças sem creche pública. Hoje, com os investimentos em ampliação de creches e novas construções em andamento, até 2012 será praticamente zerada a fila de espera na educação infantil.

Foi implantada também a Universidade Aberta do Brasil, que oferece cursos superiores nos municípios, e através do projeto Primavera da Cidadania promove cursos de qualificação profissional e ensino fundamental para jovens e adultos.

Podemos destacar, na área do turismo, o calçadão da Meia Praia. A orla da Meia Praia, sr. presidente, e o parque do calçadão conquistaram o 2º lugar de melhor infraestrutura turística de Santa Catarina, ficando atrás somente de Jurerê Internacional, na capital. Além disso, Itapema é a terceira rota turística mais visitada, recebendo cerca de um milhão de turistas por ano.

Da mesma forma, podemos destacar o saneamento básico, pois as obras estão rasgando a cidade, uma vez que mais de 80km de tubulação para drenagem já foram instalados.

No que concerne às políticas de inclusão social, a assistência social, que era tímida e assistencialista, está a pleno vapor, tendo sido já implantado um Centro de Cidadania, que trabalha de forma integrada dentro do Suas - Sistema Único de Assistência Social -, além de um Centro de Referência de Assistência Social - Cras - e de um Centro de Referência Especializado em Assistência Social - Cres -, que desenvolvem diversos programas para as famílias de baixa renda, visando a sua emancipação social.

Estou apresentando apenas uma parte do relatório do município, pois poderia listar outras ações na área da cultura, do esporte, da infraestrutura urbana, da modernização da administração pública, da ampliação de serviços públicos e da qualificação dos servidores públicos municipais que estão com os salários em dia.

Em relação à saúde, sr. presidente, além de toda a atenção básica, que é exemplar, o prefeito teve a coragem e até a ousadia de assumir o Hospital Santo Antônio, que estava abandonado e que está passando por uma ampla reforma, logo podendo colocar à disposição da população 25 leitos.

No momento, o hospital atende, através de um serviço de pronto atendimento, a mais de 200 pessoas por dia, o que é muito importante, porque em todo o debate da saúde que fazemos nesta Casa percebemos que os municípios têm que fazer a sua parte no pronto atendimento, porque se eles não o fizerem na atenção básica como um todo, nos vários programas de saúde, na estratégia de saúde de família e também no pronto atendimento, vai sobrar para os hospitais de retaguarda, como para o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen.

Há pouco participei de uma audiência com o deputado Dado Cherem, com o governador Raimundo Colombo, também com a direção do referido hospital, que é de referência e cada vez mais aumenta a demanda. Por isso é necessário uma forma de atendimento que seja distribuída entre os municípios para não sobrecarregar os hospitais e os pronto atendimento.

Estaremos na sexta-feira em Araranguá, a comissão de Saúde, deputado Valmir Comin, e v.exa. que é membro da comissão de Saúde também está convidado. E na próxima sexta-feira, novamente, discutiremos a questão dos pequenos hospitais de toda a região sul do estado no fórum dos hospitais. Assim, saberemos a importância de um pequeno hospital em um município, e aqui aproveito para parabenizar as ações e obras do governo municipal de Itapema, um governo do PT...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria de, nesta tarde, registrar que estivemos, no último final de semana, acompanhando o governador Raimundo Colombo no roteiro pelo oeste do estado, nas regionais de Maravilha e de Palmitos, e tivemos a oportunidade de participar da inauguração da nova delegacia do município de Palmitos, um novo prédio funcional da segurança pública, que será ocupado pela Polícia Civil, para atender melhor aos seus cidadãos. Tínhamos em São Carlos um imóvel bastante antigo, sem as mínimas condições de trabalho aos servidores, especialmente de atender à população.

Nesse roteiro, além de outras atividades, como reuniões motivacionais para o trabalho, participamos de uma solenidade que contou com a presença da delegada-geral de Polícia, do diretor de Polícia do interior e de vários outros colegas policiais. Gostaria de parabenizar todos e desejar que aquele novo ambiente sirva para melhorar o trabalho em prol da defesa da população de nosso estado.

Queria registrar também que participei em São Miguel d'Oeste, na Câmara de Vereadores, da formatura de novos protetores ambientais da Polícia Ambiental, que promove cursos, principalmente para jovens e adolescentes, fazendo um trabalho de conscientização e de responsabilidade pelo meio ambiente. E lá vimos as famílias desses quase 30 jovens formados, com consciência ambiental.

Parabenizo o comandante da Polícia Ambiental, de São Miguel d'Oeste, o subcomandante do estado, Rodrigues, que esteve lá representando o Comando da Polícia Ambiental.

Gostaria de dizer também da satisfação de ver a mobilização daqueles jovens que fizeram cursos, visitas e conheceram vários locais do estado ameaçados pela questão ambiental.

Então, isso é muito importante, pois são jovens que deixaram o computador, deixaram o *Orkut*, o *Faceboock*, o *Twitter* um pouco de lado para ter mais consciência ambiental e agora utilizam esses mecanismos para difundir tudo aquilo que aprenderam. E isso é muito importante. Precisamos também fazer um trabalho de conscientização em várias outras áreas, inclusive na questão do trânsito no estado de Santa Catarina, nas escolas, começando pelas crianças, pelos adolescentes, que serão futuros motoristas e que precisam adquirir, desde já, senso de responsabilidade.

Estivemos, neste fim de semana, acompanhando várias outras ocorrências de acidentes com vítimas fatais em nosso estado, inclusive na região de Cunha Porã houve um acidente envolvendo um veículo e duas motos, em que os três condutores vieram a falecer. Foi um acidente gravíssimo, envolvendo pessoas que estavam passeando, utilizando motos de alta potência para percorrer a região, mas que, infelizmente, acabaram perdendo suas vidas num grave acidente.

Parabenizo, também, mais uma vez, a OAB de Santa Catarina pela realização da 16ª Conferência dos Advogados do Estado de Santa Catarina. Essa conferência, além de tratar da eficácia do direito e cidadania, também discutiu a importância do advogado no desenvolvimento do Brasil, assim como vários outros assuntos.

A Carta de Florianópolis reforçou um pedido de todos os catarinenses.

A federalização da Furb é uma luta que toda a população do estado, especialmente de Blumenau e região, que se tem empenhado muito. Uma universidade federal ajudaria, e muito, no desenvolvimento do município e região. Temos na Furb uma das maiores instituições de ensino do nosso país e a vontade daquela população, dos estudantes, dos professores, funcionários etc. é a sua federalização.

Entre alguns itens citados:

(Passa a ler.)

"Enfatizaram os advogados catarinenses a importância de manter a constante luta pela valorização da advocacia, pelo respeito às prerrogativas profissionais, pela manutenção da inviolabilidade dos escritórios de advocacia e pelo combate ao aviltamento dos honorários;

Demonstrar ao Poder Judiciário, Ministério Público e demais entidades representativas a urgência em garantir o acesso igualitário a uma Justiça plenamente efetivada e democrática, buscando uma imediata e profunda reforma do Sistema Judicial Brasileiro, que realmente emperra a prática da Justiça neste país, seja para aqueles que buscam os seus direitos ou para aqueles que o estado busca responsabilizar por algum tipo de ação;

Ampliar a divulgação da campanha da OAB/SC, 'Águas Limpas', que é uma campanha enfatizada e encaminhada pela OAB.

Alertar a sociedade catarinense para a legitimidade e legalidade do sistema de defensoria dativa."

Várias vezes já nos manifestamos nesta tribuna a favor do atual sistema catarinense, que é o melhor para o cidadão, o melhor para a sociedade, é o que melhor atende segundo fala a nota.

(Continua lendo.)

"O que melhor atende, e com mais amplitude, os carentes do estado inteiro, bem como para a irracionalidade de se criar mais um órgão público com o imenso custo necessário para tal."

Criar mais um elefante branco com grande peso para a sociedade catarinense seria investir numa estrutura, e hoje a OAB faz a prestação desse serviço à sociedade, ao nosso cidadão, na proteção e defesa do seu direito. A Constituição quis garantir o pleno acesso ao cidadão com a defensoria pública. E, felizmente, Santa Catarina tem um exemplo que é modelo para o Brasil e que deveria ser aplicado em todos os estados. Outros temas da carta:

(Continua lendo.)

"Repudiar os crescentes casos de corrupção no país, principal câncer que corrói as instituições nacionais, bem como a impunidade e o uso espúrio dos institutos de foro privilegiado e imunidade, os quais colocam os agentes políticos brasileiros numa espécie de redoma".

Além da Justiça cheia de recursos, cheia de benefícios e facilidades na defesa dos autores desses crimes, o fórum privilegiado e a imunidade devem desaparecer para que todos tenham o mesmo julgamento perante a Justiça.

Também há outros temas que foram abordados na Carta de Florianópolis, mas quero parabenizar a direção da OAB, o presidente Paulo Roberto de Borba, e toda a OAB de Santa Catarina por mais esse evento e pela preocupação com a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. O próximo orador inscrito é o deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos da nossa TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero saudar o meu amigo Rafael, que vem de Criciúma, é amigo do Guedes, e sempre nos prestigia com a sua presença neste Parlamento.

Sr. presidente, uso a tribuna na tarde desta terça-feira para falar sobre a sessão especial, ocorrida na sexta-feira passada, neste Parlamento, quando tivemos a presença da bancada federal catarinense, rio-grandense do sul e paranaense, e também das três associações comerciais: a Fiep, do estado do Paraná, a Fiergs, do estado do Rio Grande do Sul, e a Fiesc, do estado de Santa Catarina.

A sessão foi capitaneada pelo ex-presidente Alcantaro Côrrea, que passou a presidência da Fiesc para o seu sucessor, Glauco José Corte. Eles apresentaram todo um traçado de planejamento buscando a informatização de um banco de dados dentro de uma ação integrada dos três estados do sul, uma nova concepção do Sistema Modal dos tempos atuais, integrando desde rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, com o intuito de detectar as projeções, as vocações e a produção de cada região, dentro das suas características e das suas peculiaridades, preservando a sua autonomia, mas dando um panorama macrointegrado desses três estados, para efetivamente montar um planejamento adequado. As três bancadas do sul do Brasil, os três governos, independentementede partido, dentro de uma bandeira comum e com uma ação integrada, pretendem buscar, junto ao Congresso Nacional e à presidente Dilma Rousseff, e também dentro do planejamento Plurianual de Investimentos e do Orçamento, as obras estruturantes que compreendem essa integração dos três estados do sul e também a integração com o Mercosul e com o resto do país.

Vejo a iniciativa da Fiesc, Fiep e Fiergs como um feito importante dentro de uma visão macro de médio e longo prazo, preservando, com certeza, as qualidades dos gaúchos, paranaenses e catarinenses, a vocação da nossa indústria e a pujança do nosso povo. E também a parceria integrada das nossas universidades, usando um banco de dados, para que possamos nos preparar para o futuro, que já é o presente dentro dessa concorrência globalizada, mundial, em que asiáticos, chineses etc., com uma volúpia muito grande, estão competindo e integrando os seus produtos com um preço muito atrativo em relação ao mercado e à produção nacional...

A política para a viabilização dos recursos e outros investimentos são necessários para o desenvolvimento crescente e integrado do sul do Brasil.

Na sequência, tivemos um panorama integrado também com a bancada federal catarinense, coordenada pelo presidente Edinho Benz, e aqui tivemos a presença de senadores, deputados federais, estaduais, de empresários e deste Parlamento, com o prisma e a vertente do debate sobre o carvão mineral.

Estatísticas mostram, através de estudos feitos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, que temos no subsolo gaúcho, paranaense e catarinense mais de 32 bilhões de toneladas de carvão. Apenas no Rio Grande do Sul há três usinas licenciadas pelo Ibama, Fepam e órgãos ambientais competentes, que necessitam de uma segurança jurídica por parte do governo federal. E aqui falo da matriz energética específica dentro dessa cesta de combustível, de fontes alternativas, em colocar o carvão como forma de poder participar do Leilão A-5, que ocorrerá a partir de dezembro deste ano.

É crescente a demanda na produção de energia a partir do carvão mineral nos países desenvolvidos. A China, de 1990 a 2010, fez o seu trabalho de casa, tirou mais de 180 milhões de chineses da miséria proporcionando a inclusão social através da vertente da política e do carvão. Na Ásia, 400 milhões de pessoas estão sem acesso a uma lâmpada, ou seja, duas vezes o Brasil dentro de um país, praticamente um continente. Imagine uma família, nos tempos de hoje, não ter acesso a uma lâmpada, a uma geladeira, para dar condições e dignidade da existência humana ao nosso povo em nível de planeta e, de maneira especial, em nível de Brasil.

No Brasil, ainda passam de 10 milhões de brasileiros que não tem acesso à luz, portanto, não podemos desperdiçar qualquer tipo de fonte alternativa de energia, seja ela renovável ou não. É preciso que haja uma atenção específica dentro da matriz energética, uma política específica por parte do governo federal.

Fico entristecido quando vejo que, dentro do Sistema Modal, em 1960, o Brasil tinha 35.000 km de malha ferroviária, e, de 1960 para cá, em vez de expandirmos, reduzimos para 22.000 km. No entanto, está comprovado que o custo ferroviário está muito mais barato do que o custo rodoviário e que o custo do transporte hidroviário é muito mais barato do que o ferroviário.

Não podemos dispensar o sistema rodoviário, porque precisamos trazer os produtos da indústria, da agricultura, até os portos através do caminhão. Portanto, precisamos inverter essa posição. Houve uma política equivocada e um *lobby* internacional

sem se medir as consequências drásticas. E promoveu-se neste país a desigualdade quando se vetou a expansão do sistema ferroviário no país, enaltecendo o sistema rodoviário. Foi uma política totalmente equivocada que elevou o Custo Brasil. Hoje a média do custo por tonelada em nível nacional representa em torno de R$ 110,00, R$ 120,00. No transporte ferroviário cai para R$ 75,00 e no hidroviário para R$ 45,00.

Então, vejam o quanto precisamos e temos que avançar. E neste sentido a manifestação dessas três entidades de nomes renomados, de pessoas experientes, de técnicos *experts* no planejamento do sistema modal dentro dessa ação integrada nos três estados correlacionados na integração também com o Mercosul e nos demais estados da federação, tenho certeza de que haveremos de fazer um sul mais forte, mais promissor, com perspectivas reais, factíveis, possíveis de se alcançar.

Por isso, sr. presidente, vejo com muita satisfação, expectativa e perspectiva real a integração dessas unidades nessas entidades, trabalhando de forma integrada, associadas à questão política suprapartidária, para que possamos de uma vez por todas unir os esforços por uma única causa, para promover qualidade de vida, desenvolvimento, inclusão social, emprego e renda aos catarinenses, paranaenses e gaúchos desse grandioso sul do Brasil.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Analisou o resultado da reunião da comissão de Saúde sobre o mutirão de cirurgias eletivas represadas.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Fala da aprovação de projeto que criou a Semana Estadual dos Doadores de Sangue e Medula Óssea; reporta-se a seminário sobre aquicultura e pesca a ser realizado em setembro.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Repudia a privatização da Casan; critica a terceirização da alimentação escolar.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica a iniciativa da Facisc de criar o Deputadômetro.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Comunga da fala do deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Expressa sua revolta com a iniciativa da Facisc.

Partidos Políticos

DEPUTADO CIRO ROZA - Defende o projeto do governo com relação à Casan; reporta-se ao Deputadômetro.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (aparte) - Justifica sua solicitação de suspensão da sessão para a Facisc lançar o Deputadômetro.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Destaca a criação de um *campus* da UFSC em Blumenau; pronuncia-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comemora a conquista de um Instituto Federal de Educação pelo município de São Bento do Sul; aborda os 60 anos da Buddemeyer.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Lastima a não instalação da capital simbólica do estado em São Francisco do Sul, conforme determina a lei; comemora a promoção do coronel Edivar Bedin.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Elogia a atuar do coronel Edivar Bedin em Joinville.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Cumprimenta o coronel Edivar Bedin pela promoção.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Destaca as realizações do governo relativas ao extremo oeste.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Convida para encontro com o embaixador do Brasil junto ao Mercosul; pede solução para embarcações novas abandonadas pelo ministério da Aquicultura e Pesca.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (pela ordem) - Registra a presença do prefeito, do vice-prefeito e do secretário da Cultura de Cordilheira Alta.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Manifesta-se sobre o Deputadômetro.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa os critérios do Deputadômetro; aborda a crise na Segurança Pública.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Levanta solicitações da Uniarp e das corporações de Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Alerta para o grande número de mortes no trânsito; posiciona-se sobre a crise entre as Polícias Civil e Militar.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Tece críticas ao Deputadômetro.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Relata o conjunto de propostas levantadas na audiência pública que debateu a terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pede mais agilidade na isenção de impostos na troca de táxi.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Fala sobre o papel dos políticos na sociedade; reporta-se ao ofício da Acic pedindo mais sinalização na BR-101/sul; convida para audiência pública sobre o Hospital Regional de Araranguá.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sugere mudanças no *site* Deputadômetro, da Facisc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Registro a presença dos componentes da Câmara de Vereadores Mirins de Gaspar. São dez alunos e duass coordenadoras: Thaisa Quadros Pessanha e Andréia Morello. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o sr. presidente, deputado Gelson Merisio, os srs. deputados e as sras. deputadas.

Quero falar hoje sobre a audiência pública realizada, nesta manhã, na comissão de Saúde, na qual estiveram presentes o secretário Dalmo de Oliveira, dando explicações, o presidente da comissão, deputado Volnei Morastoni, bem como outros deputados.

Nessa audiência pública foram discutidos vários assuntos, mas o principal deles foi o mutirão de cirurgias eletivas no estado de Santa Catarina. Estamos fazendo um grande levantamento no estado de Santa Catarina para saber quantas cirurgias eletivas estão pendentes de verdade. Por quê? Porque foi apresentado um determinado número de cirurgias aos municípios, mas muitas dessas cirurgias já haviam sido feitas, em outras houve desistência, em alguns casos os pacientes já haviam ido a óbito.

Essa é uma ação do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que estão decididos a ajudar a Saúde e para isso as condições foram criadas. Assim, gostaria de parabenizar o governador Raimundo Colombo pela criação do Revigorar, pois é através desse programa que virá o dinheiro para incrementar as ações de saúde. Esse dinheiro vai ser aplicado no mutirão de cirurgias eletivas represadas, mas não é apenas isso que queremos, desejamos um programa mensal de cirurgias eletivas.

Ora, o que é um programa mensal de cirurgias eletivas? Seria chegarmos ao final do mês tendo feito todas as cirurgias eletivas necessárias para que não haja acúmulo para o futuro, como existe agora.

Então, esse programa de cirurgias eletivas deve ser feito pelo governo estadual e federal. E hoje tivemos a notícia de que o governo federal cortou 50% das AIHs das cirurgias eletivas. No ano passado tivemos 12 mil cirurgias eletivas e neste ano foram cortadas seis mil. Então, somente seis mil foram liberadas pelo governo federal.

Mas por que a saúde não vai bem no Brasil? Porque 60% dos serviços são financiados pelo povo brasileiro e somente 40% pelos poderes públicos nas três esferas: federal, estadual e municipal. Precisamos ter um maior engajamento da união, dos estados e dos municípios. De parte do governo federal, como disse ontem, estamos precisando do reajuste da tabela do SUS e da regulamentação da Emenda n. 29, mas desde a época do presidente Fernando Henrique Cardoso nada foi feito. Essa regulamentação está sendo pedida pelos deputados e pelo povo brasileiro há 11 anos. Isso é um desrespeito aos brasileiros. Estamos cobrando isso não apenas da presidente Dilma Rousseff, mas também cobramos dos presidentes Lula e FHC.

Nessa audiência pública de hoje esteve presente o representante da Federação Brasileira dos Hospitais, dr. Tércio Egon Paulo Kasten, mas faltou a representação médica. Quem representa os médicos é o sindicato e a associação dos médicos, mas nenhuma dessas entidades esteve presente, apesar de terem sido convidadas para participar do debate, no dia 30 de junho, sobre o mutirão de cirurgias eletivas. Portanto, 45 dias atrás já haviam sido chamados a participar, mas não o fizeram. Não está havendo diálogo entre os médicos, a secretaria da Saúde e os deputados porque os médicos não comparecem às reuniões.

Sendo assim, queremos saber - e o dr. Tércio já o fez - por que os médicos não apresentaram uma proposta para a realização das cirurgias eletivas e por que os hospitais não receberam uma contraproposta. O Sindicato dos Médicos e a Associação Catarinense de Medicina têm que sentar para conversar com o secretário Dalmo Claro de Oliveira, têm que sentar para conversar com a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. Tem que haver esse intercâmbio, essa conversa. Tem que haver diálogo entre os médicos, a secretaria da Saúde e a Assembleia Legislativa.

Hoje, na comissão de Saúde, vários segmentos da imprensa estivessem presentes. E os jornalistas saíram sensibilizados com o que foi discutido, ou seja, uma maneira de melhorar o atendimento da Saúde aos catarinenses.

Sabemos quantas cirurgias eletivas efetivamente precisam ser feitas. Existe dinheiro para isso? Claro que existe dinheiro, porque o governador Raimundo Colombo, com a sua inteligência, providenciou recursos através do programa Revigorar, destinado aos empresários que estão inadimplentes com a Fazenda estadual e que desejam acertar suas contas. E temos que fazer com que esse dinheiro arrecadado seja bem aplicado para satisfazer as necessidades na área da saúde da sociedade catarinense.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Antônio Aguiar, na direção do que v.exa. abordou sobre a importância da defesa da vida, parece-me que essa deveria ser a essência da atividade pública.

A partir de um projeto de lei de sua autoria, que tratava da Semana Catarinense dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea, fizemos uma pequena mudança estabelecendo a última semana do mês de junho como a data a ser comemorada, exatamente para distanciar um pouco da semana nacional de divulgação.

Mudamos esse evento para a última semana do mês de junho por uma questão muito simbólica: naquela semana faleceu de leucemia um jovem de 20 anos de idade, que foi uma pessoa que sempre batalhou em defesa da saúde e da vida.

Assim, estou fazendo essa segunda menção à data para lembrar o Patrick, que foi um jovem que perdeu a vida exatamente como milhares de outras pessoas no estado, no Brasil e no mundo afora e que incansavelmente lutou e buscou a sua sobrevivência.

Sr. presidente justamente no dia de hoje votaremos a redação final desse projeto de lei, que esta Casa já aprovou em primeiro e segundo turnos, o qual será encaminhado, posteriormente, para a sanção do governador do estado de Santa Catarina.

Quero aproveitar também para comentar, e já falei em outros momentos, sobre o seminário que a comissão de Aquicultura e Pesca da Assembleia Legislativa realizará no mês de setembro, intitulado Pense Pesca, entre os dias 14 e 15, no auditório Antonieta de Barros desta Casa. Nesse seminário, durante um dia e meio de debates e reflexão, serão exibidos três importantes painéis, ocasião em que receberemos como palestrante, no primeiro momento, dom Mauro Morelli, que foi um dos primeiros grandes fomentadores da proposta de segurança alimentar já na época do presidente Lula, ocasião em que foram dados todos os encaminhamentos.

Dom Mauro Morelli fará o debate sobre a produção de pescados como demanda estratégica para a segurança alimentar. Será um debate extremamente importante, que envolverá muitos trabalhadores ligados a esse ramo, sejam do interior do estado ou pescadores que vivem da pesca extrativa. Esse debate vai ajudar-nos a compreender a importância de criar políticas para sustentar com eficiência a questão da alimentação, que é um dos grandes problemas estaduais. Vamos tratar da alimentação em defesa da vida, e quando se fala em defesa da vida queremos uma alimentação de qualidade, uma alimentação saudável.

O segundo painel tratará das políticas que o próprio ministério dispõe para a sociedade brasileira e do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da aquicultura e da pesca, além das suas perspectivas para o Brasil e para o mundo.

Estará presente no nosso seminário, deputado Reno Caramori, v.exa. que faz parte da comissão de Aquicultura e Pesca desta Casa, o ministro da Aquicultura e Pesca, Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, para fazer esse grande e importante debate, colocando um pouco a perspectiva da aquicultura e da pesca tanto nacional quanto internacionalmente.

O terceiro painel refere-se ao estado de Santa Catarina, e não podia ser diferente, tendo em vista que a partir deste ano tivemos a criação, dentro da estrutura da secretaria da Agricultura, do departamento de Aquicultura e Pesca. Esse painel contará com a presença do secretário da Agricultura, João Rodrigues, abordando o tema As Perspectivas da Aquicultura e da Pesca do estado de Santa Catarina.

Portanto, será um seminário extremamente importante e desde já convidamos todos os parlamentares e a comunidade catarinense para participar.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, visitantes, hoje vou falar mais uma vez sobre a alimentação escolar, mas não posso deixar de falar também sobre outro assunto tratado no dia de ontem principalmente pelos deputados Darci de Matos e Joares Ponticelli, que comentaram que estávamos jogando para a torcida quando criticávamos a privatização em Santa Catarina, enquanto o governo federal está privatizando os aeroportos, as rodovias etc.

Quero deixar muito clara aos srs. deputados que não sabem a diferença de concessão e de privatização a nossa posição quanto à privatização da Casan, ou seja, quanto à venda das ações da empresa e a entrega do seu controle à iniciativa privada. Entre quatro paredes vai ser definido o controle acionário, a divisão de lucros e de investimentos e o governo não vai mais ter autonomia para decidir nada. Essa é a diferença entre privatização e concessão!

Eu, que sou agricultor e entendo bem de agricultura, vou dar um exemplo de concessão. Tendo uma propriedade de três hectares e meio, vou buscar alguém para

arrendá-la por 20 anos. Esse arrendatário vai explorar a minha propriedade por 20 anos, mas sabe que depois do tempo estipulado no contrato a terra voltará a ser minha. Isso é muito diferente da venda das ações da Casan, pois serão alienados 49% das ações e o sócio passará a mandar em tudo. É isso!

O que o governo federal está fazendo na concessão de rodovias? Concede a exploração e o cuidado com a rodovia por determinado tempo, depois a rodovia voltará a ser pública. Com os aeroportos é a mesma coisa! Por isso, quero que me provem que o governo federal está vendendo aeroportos! Não está! A união está fazendo concessões por um determinado tempo.

Foram citados os exemplos da Petrobras, do Banco do Brasil, mas esses exemplos não são verdadeiros, pois quem tem o controle é o governo federal e é ele que decide sobre os investimentos e a política dessas instituições. Não existe aquele nome bonito: sócio estratégico. Poderíamos dizer sócio especulativo, porque ele vai ficar o tempo todo pensando em como ganhar dinheiro com a água, que é um bem público.

Privatizar uma rodovia ou terceirizá-la, conceder uma rodovia por tempo de exploração, não é privatização, é concessão, isso tem que ficar claro. Sem água ninguém vive, mas sem banco, sem rodovia as pessoas vivem. O pobre que quiser tomar água tem que pagar para tomá-la e aquele que não tiver dinheiro para pagá-la morrerá de sede. Esta é a tese do capital: quem não tiver dinheiro para pagar a água terá o fornecimento cortado.

No entanto, o estado tem que cumprir a sua função social de fornecer água para a população. Por isso é diferente falar de banco, é diferente falar da Casan, que cuida da água dos catarinenses. Então, não podemos confundir!

Jogar para a torcida é justamente isto: confundir a opinião pública. E não querem nem dizer que é privatização! Por que não? Qual é o problema? Assumam publicamente! Por que não assumir? Deram um nome bonito. Dizem que vão capitalizar a Casan vendendo as ações, mas vão privatizá-la. O estado até poderá propor investimentos, mas se os acionistas não concordarem, não sairá o investimento. E aí como ficarão os pequenos municípios? Como ficará Campo Erê, por exemplo? No futuro, como será? Em vez de investir em Campo Erê, investirão numa grande cidade.

Quero lançar um desafio aos deputados Darci de Matos e Joares Ponticelli: vamos fazer a concessão. A Casan vai a Tubarão procurar uma parceria público-privada para fazer um contrato e assumir a água e o saneamento daquela cidade durante 20 anos. Durante esse tempo ela fará investimentos, cobrará um valor pela água e terá lucro. Com isso concordamos.

O que me deixa triste é quando se fala que o estado não tem R$ 250 milhões para dar como contrapartida num período de sete anos. Está-se criando muita confusão e isso precisa ser esclarecido. O governo não precisa de R$ 250 milhões agora, de R$ 35 milhões por ano. Um estado que arrecada R$ 16 bilhões por ano e não tem R$ 35 milhões para investir em saneamento básico é uma vergonha!

Lanço este desafio: se ficam 65% dos recursos em Brasília, então o governo federal entra com 65% e o estado entra com os 22% que ficam aqui. Não é natural, não é sério? Então, é isso!

Portanto, falar bobagem, envolver a população, achar que ela é tão atrasada que não sabe o que é vender patrimônio público e alugar patrimônio público...

Então, quero deixar isto muito claro: a Casan é uma empresa que tem um ativo de R$ 1,7 bilhão, estando previsto um investimento da ordem de R$ 1,5 bilhão. O que não se admite é o estado não conseguir dar uma contrapartida, em sete anos, de R$ 250 milhões. O Fundo Social, somente este ano, vai aplicar R$ 333 milhões em subvenções, em politicagem pelo estado afora, mas dizem que o estado não tem R$ 35 milhões para aplicar em saneamento básico! Se for verdade, tem mais é que fechar as portas, pois não tem futuro!

Portanto, falta gestão, seriedade, administração e menos dívida perdoada. São mais de R$ 4 bilhões por ano em perdão de dívidas. Isso é muito para Santa Catarina. Não somos contra o perdão, mas isso é demais! Setores que não precisam de perdão de dívida estão recebendo. O próprio deputado Antônio Aguiar citou o Revigorar, que também é um programa de perdão de dívida dos maus pagadores, porque os bons pagam a conta. E aí o estado, é claro, não tem dinheiro para investir. Estamos alertando sobre isso há vários anos!

Por último, deputado Reno Caramori, quero aproveitar para agradecer o grande evento que houve hoje pela manhã. Este Parlamento, afinal, está fazendo grandes atividades. Ontem tivemos um grande público discutindo a privatização da Casan e hoje de manhã tivemos a presença de grande número de lideranças de todo o estado discutindo a terceirização da alimentação escolar, que é mais uma política equivocada do governo estadual. Felizmente, o atual governador está anunciando que vai revogar essa famigerada terceirização da alimentação escolar, pois não é possível que o estado de Santa Catarina continue jogando mais de R$ 100 milhões pela janela.

Então, ficou muito claro durante o debate um conjunto de informações e de propostas. Vamos realizar, nos próximos dias, outro evento em Chapecó para discutir a questão com a região oeste, grande produtora de alimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito, que fez uma permuta de horário com o deputado Jailson Lima, é o deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, estou antecipando a minha fala, deputada Dirce Heiderscheidt, por uma situação particular, pessoal, e também devido ao Instituto Paternidade Responsável.

Hoje é o aniversário do Instituto Paternidade Responsável, um grande programa lançado na região serrana em que aqueles que não têm o sobrenome do pai terão a oportunidade de tê-lo. Vou a Lages para participar desse lançamento e também por uma questão familiar. Resolveram prestar uma homenagem ao Dia dos Pais no colégio do meu filho, que tem cinco anos, e não posso dizer-lhe que não vou estar presente. Quase não paro em casa, deputada Dirce Heiderscheidt, e não posso dizer para uma criança de cinco anos que, no dia em que haverá uma apresentação na escolinha dela, o pai não poderá estar presente. Então, estarei lá!

Sr. presidente, parece que agora todo mundo resolveu nos pegar como boi de piranha. Parece que nesta Casa há um monte de moleques. Viramos saco de pancada de todo mundo. Parece que dá ibope falar mal de deputado, falar mal do Parlamento.

Causa-me estranheza que a Facisc invente um *site* para atribuir nota a deputado. Quem dá nota ao deputado é o povo nas urnas. Temos o *site* Portal da Transparência recentemente aberto, disponível na página da Alesc, e existe o *site* Transparência Brasil. Ninguém quer esconder nada. Mas parece que agora falar mal de deputado é coisa boa.

A quem interessa isso, deputado Ciro Roza? A quem interessa enfraquecer o Parlamento? O Poder mais transparente do país é o Legislativo. Isso, com certeza, não é democracia, porque não interessa à democracia enfraquecer o Parlamento.

Nesta Casa todos entram, o jornalista não é parado na portaria, entra nos gabinetes, não avisa na portaria a sua chegada. Esta é uma Casa transparente, aberta, todos sabem onde estamos, o que fazemos, quem somos. Somos cobrados todos os dias e a cada quatro anos somos julgados pelo povo. Então, não é um cidadão, uma instituição que vai começar a julgar os deputados desta Casa. Vivemos da imagem, precisamos de votos. Se alguém escrever alguma coisa no *site* que não seja verdade, quem vai ser responsabilizado? Depois de plantado um erro, não se consegue corrigi-lo facilmente porque vivemos da imagem.

Agora vão dar nota aos deputados, vamos ser julgados e receber nota de alguém. Que critério será usado? Isso me preocupa. Se for para ser transparente, que todos sejam! Vamos instalar esse site também no Tribunal de Contas, no Tribunal de Justiça, no Poder Executivo. Este nome que deram parece um deboche com esta Casa: Deputadômetro. A que ponto chegamos!

Nesta Casa está a verdadeira democracia que o meu MDB pregou com Ulysses Guimarães; aqui está aquela democracia pela qual lutamos; aqui está aquela democracia que deu liberdade à imprensa de se expressar; aqui está aquela democracia que deu liberdade às pessoas de se reunir e debater. O Parlamento tem a cara do povo, representa o povo. Se existe um lugar onde o povo está bem representado - bem ou mal, não vamos discutir isso - é no Parlamento.

Sinto-me envergonhado porque parece que virei um moleque, todo mundo me julga, acusa-me, dá-me tiros. Até perdi a vontade de ser deputado. Parece que viramos um bichinho feio e todos querem dar um tiro. Aonde vamos parar?

Democracia é Parlamento forte. Uma instituição brigar com este Parlamento não é democracia. Não tenho medo, não. Na democracia, quando uma coisa é para um, é para todos. Não existe diferença entre os poderes, mas o Legislativo é o maior poder, porque aqui está a verdadeira representação do povo.

Gostaria de fazer algumas indagações ao presidente da Facisc. Será que esse *site* é para fazer média para o povo e brincar conosco? Ou é para fazer uma coisa séria, mostrar quem é quem? Mas quem dá nota ao deputado é o povo, não é qualquer instituição que vai dizer se a nota é 10 com estrelinha ou sem estrelinha, ou que é 8. Não é assim, não existe parceria de mão única. Agora todo mundo resolve invadir o gabinete de todo mundo? Vamos parar de brincar! Lutamos pela democracia, mas não é essa a democracia pela qual lutamos. A transparência é importante, não temos nada a esconder, já criamos o nosso *site*, mas não podemos virar boi de piranha e todo mundo resolver fazer dos deputados um saco de pancada.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado, é com satisfação que corroboro com as suas palavras e quero, inclusive, lembrar as palavras do deputado Gilmar Knaesel, na tarde de ontem, quando reclamou da ação que foi interposta contra ele no período eleitoral e da qual agora foi absolvido. Perguntou o nosso colega quem iria reparar os danos que sofreu por ter sido alvo de uma acusação absolutamente inverídica. E a mesma pergunta faço agora: quem vai reparar o prejuízo que a nossa imagem porventura venha a sofrer em função de uma notícia danosa que depois é desmentida? Ninguém! Nem a Justiça poderá fazer isso!

Então, deputado Elizeu Mattos, entendo que o Portal da Transparência está funcionando, está no *site* da Alesc e não há necessidade de outros instrumentos. Além disso, cada um de nós tem um jeito de trabalhar: uns são mais atuantes na tribuna, outros, nas comissões técnicas, outros ainda, nos órgãos governamentais.

Concordo com v.exa., nobre líder, no sentido de que se for para julgar, devemos julgar todos os poderes e todo o empresariado nacional, até porque a Facisc representa um segmento do empresariado catarinense. Vamos julgar os bons empresários e os não tão bons assim!

Considero que se entrei nesta Casa através do voto popular e é ele que efetivamente representa a democracia brasileira.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Aldo Schneider, não estou aqui me manifestando contra ninguém, mas não concordo com o discurso para o aplauso fácil. O Parlamento tem que ser forte, temos que ser companheiros! Isso é bom! Temos em Santa Catarina, graças a Deus, um grande Parlamento. O nível dos deputados catarinenses está, com certeza, acima da média nacional. Orgulho-me de tê-los como colegas, sejam da base, sejam da Oposição.

Agora, ficamos triste muitas vezes com certas coisas e até temos vontade de pegar a mala e ir embora. E isso não é bom para a democracia. É preciso ter respeito com os deputados, é preciso respeitar o Parlamento. Somos julgados de quatro em quatro anos e temos de prestar contas ao nosso povo, aos nossos eleitores. Diariamente temos que dar respostas sobre as mais variadas questões e vivemos da nossa imagem.

Outra coisa, não quero que um dia, em função de um erro, meu filho chegue em casa chorando na volta da escola porque alguém falou mal do pai dele. Se isso tiver que acontecer, prefiro ir embora!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Cumprimento v.exa., eminente deputado Elizeu Mattos, pelo seu discurso, pois tenho 29 anos de vida pública, como têm também outros deputados, e posso dizer que o parlamentar que não trabalha corretamente em prol do povo não volta para uma terceira ou quarta legislatura. Assim é também com o empresário, se ele não trabalha com competência, vai à falência.

Agora, se querem controlar, que controlem os demais poderes também. E esta Casa tem que tomar algumas medidas, porque todos trabalhamos, lutamos e não podemos admitir que façam piquenique em cima de pessoas corretas que atuam em favor da população. Tenho 29 anos de vida pública, deputado, e orgulho-me daquilo que faço.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero que fique muito claro, sr. presidente, que não há ninguém aqui contra a transparência, mas não podemos admitir que criem um *site* em cima de outro que esta Casa já implantou. Até parece que o que foi colocado no Portal da Transparência é uma mentira e que é preciso fazer outro portal em cima daquilo que já está sendo feito com correção. Até parece um deboche com a Assembleia Legislativa, que acaba de inaugurar o seu *site* aberto à população.

Um grande abraço e obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Ciro Roza, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Dirceu Dresch, que trouxe a sua preocupação com relação à questão da Casan.

É preciso dizer que o meio ambiente é uma questão que atinge todo o planeta e todos partem do princípio de que não adianta os países do primeiro mundo fazerem os seus investimentos nas questões relacionadas ao meio ambiente, se os países emergentes não tiverem condições para fazê-lo também. Por isso, foram assinados tratados internacionais para aportar recursos nos países que têm dificuldades de investir em atividades que, na prática, representam solução para as questões ambientais.

O presidente da República, em 2005, aprovou as PPPs para proporcionar aos municípios e aos estados a oportunidade de estabelecer parcerias público-privadas como uma forma de alavancar recursos para investir em áreas estratégicas.

Não é verdade afirmar que após o vencimento do prazo da concessão de uma estrada, por exemplo, a rodovia voltará ao poder público. O que acontece é que ela será novamente licitada. E assim ocorre com todos os contratos de concessão.

Portanto, a Casan não está sendo privatizada, apenas está procurando ajustar-se ao que a lei determina com vistas à busca da solução das questões ambientais.

Por outro lado, os municípios por si só não têm condições financeiras de arcar com os custos do saneamento básico. Algumas prefeituras até já romperam seus convênios com a Casan. Foi o caso de Balneário Camboriú, Itajaí e Itapema, porque não há investimento. Mas os municípios não podem esperar, notadamente os que recebem grande fluxo de turistas no verão, em função da sua orla marítima. Só lhes restou romper com a Casan e buscar a iniciativa privada, amparados nessa lei de 2005, para resolver seus problemas de abastecimento de água e de saneamento.

Então, essa é a ideia do governo, além do que o comando da Casan não vai sair da mão do poder público, que continuará tendo de 50,3% a 51% das ações. É claro que todo investidor quando faz esse tipo de negócio, além da segurança jurídica, ele busca o lucro.

Agora, esperarmos que o setor público faça os investimentos visando às soluções na área ambiental é ser inocente, porque o valor necessário é assustador, passa dos R$ 100 bilhões. É claro que o governo tem sua arrecadação, mas tem também seus compromissos com as áreas da educação, da saúde, da infraestrutura e do saneamento básico, que foi, naturalmente, repassado à Casan, que não tem recursos para investir.

Então, com muita responsabilidade, o governador Raimundo Colombo mandou a esta Casa projetos para que possamos, através do amparo jurídico, buscar parceiros na iniciativa privada e, com certeza, num prazo determinado, solucionar esses pontos tão importantes relacionados ao meio ambiente.

Quero parabenizar o deputado Elizeu Mattos por sua preocupação. E não me refiro ao fato dessas notícias terem sido veiculadas através de um *site* da internet, que hoje faz parte do sistema desta Casa, pois isso está presente na mídia nacional e até mundial para que as pessoas possam expressar suas opiniões, inteirando-se dos problemas. Mas o que me entristece é quando algumas pessoas falam coisas que não são verdadeiras ou transmitem algo de que não têm conhecimento, porque estamos esforçando-nos para buscar o melhor caminho. O nosso esforço é para que os resultados sejam os melhores possíveis para o povo catarinense, para o povo brasileiro. Às vezes, tomamos decisões achando que são as mais acertadas, mas na prática percebemos que há necessidade de correção. Então, temos que ter humildade, responsabilidade e buscar os ajustes.

Portanto, com muita tranquilidade, digo que faço parte do Parlamento catarinense e que as minhas posições jamais são tomadas por pressão de quem quer que seja, busco o melhor caminho para que o povo sempre saia ganhando.

Por isso, quero parabenizá-lo, deputado Elizeu Mattos, pela preocupação de trazer à tribuna um ponto de vista tão importante. Com certeza, não nos amedrontaremos, mas temos, sim, responsabilidade para tomar decisões de cabeça erguida, pois muitas vezes já tomamos posições diferentes das pessoas aqui presentes, mesmo com o plenário lotado. Além disso, o nosso grande julgador é o povo, a nossa grande prova é a urna.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Gostaria também de cumprimentar o deputado Elizeu Mattos e falar sobre a nossa preocupação com o Deputadômetro.

Recebemos um ofício em nosso gabinete dando conta do assunto e pedimos um espaço para que a Facisc compareça, hoje, a esta Casa para fazer o lançamento desse programa e mostrar-nos quais ferramentas serão usadas para fiscalizar e acompanhar o nosso trabalho.

Quero dizer, deputado Elizeu Mattos, que nós, deputados, não temos medo da transparência e por isso esta Casa dispõe de um *site* ao qual todo o povo de Santa Catarina tem acesso e pode acompanhar a vida dos parlamentares.

Então, acredito que a Facisc terá a oportunidade de mostrar como é o seu trabalho, mas gostaria que quando tivermos que a questionar sobre algumas situações, tenhamos a devida oportunidade.

Então, acredito que ninguém desta Casa tem medo ou vergonha do processo de transparência, mas realmente nos preocupa o que a imprensa vai fazer e de que forma vai atingir a vida dos deputados, pois temo pelas

informações falsas, erradas, a exemplo do que aconteceu com o deputado Gilmar Knaesel e comigo, como suplente, pois fui processado indevidamente, injuriado, mas consegui sair vitorioso.

Muito obrigado, deputado Ciro Roza, pelo espaço e repito que esta é a oportunidade de ser transparente com a Facisc, o pedido foi meu, assumo a responsabilidade e serei parceiro da transparência que esta Casa merece porque não temos medo.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Muito obrigado, deputado Daniel Tozzo.

Para encerrar, sr. presidente, gostaria de dizer que democracia se faz com liberdade de expressão, mas, acima de qualquer coisa, temos que ter responsabilidade para fazer jus àqueles que nos elegeram. Tenho certeza de que nosso compromisso é com a verdade e com a defesa não apenas dos que votaram em nós, com a defesa dos interesses do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ciro Roza.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os colegas e dizer que esta é uma Casa transparente, plural e democrática e que não tememos embates, debates, seja com fascistas, seja com qualquer entidade. Estamos preparados para tudo, deputado Elizeu Mattos, mas após a intervenção da Facisc, vou pronunciar-me a respeito e dar a minha posição sobre o tema.

Gostaria de falar sobre o lançamento de uma universidade federal em Blumenau, pois ontem, desta tribuna, houve uma série de questionamentos.

A presidente Dilma Rousseff mostrou novamente a importância da educação para este país, não apenas no lançamento de quatro novas universidades federais, diferentemente do que foi dito aqui, mas pelo projeto desenvolvido em parceria com a Furb. O governo federal foi recriminado, mas não analisaram sequer a abertura de novas vagas, os investimentos na educação, a visão que tem o nosso governo com a ampliação do número de vagas em universidades federais.

Na audiência pública realizada ontem em Brasília, com a presença do deputado Décio Lima, da deputada Ana Paula Lima, da nossa ministra Ideli Salvatti, do deputado Esperidião Amin e do deputado Rogério Mendonça, salientou-se a importância dessa universidade. E a Furb, que é uma universidade comunitária municipal e que já tem uma estrutura instalada, pode ser o alicerce para o pontapé inicial da instalação da nova universidade federal no vale do Itajaí.

O próprio reitor Álvaro Prata, da UFSC, também esteve na audiência em Brasília - daqui a pouco vou estar com ele na universidade - e colocou que vai ser o primeiro passo para que a Universidade Federal de Santa Catarina, extensivamente, coloque o pé dentro da Furb, após o que se construirão, tranquila e pacificamente, todas as questões jurídicas sobre de que forma ocorrerá a sua integração à UFSC.

O que temos que ter claro é que o vale do Itajaí, com aproximadamente um milhão de habitantes, terá a sua universidade federal. Não importa se neste momento será ou não através da federalização da Furb, porque, deputado Jorge Teixeira, trata-se de um processo gradativo de incorporação e sabemos como são intrincadas as questões jurídicas relativas ao corpo técnico, ao seu corpo funcional e ao corpo docente.

Então, temos apenas que enaltecer, neste momento, as lideranças políticas de Santa Catarina e parabenizar o nosso deputado federal Décio Lima, que foi uma das figuras mais importantes nesse debate, juntamente com a nossa ministra Ideli Salvatti, que diferentemente do que disse o ex-ministro Nelson Jobim, não é nada fraquinha.

Além das quatro universidades, foram lançados mais 11 institutos tecnológicos, e neste momento, aproveito para parabenizar o prefeito Ronério Heiderscheidt, deputada Dirce Heiderscheidt, porque a cidade de Palhoça vai ter a primeira escola técnica bilíngue do país, pois serão ministrados cursos em *braille*, sistema de comunicação de sinais para cegos.

Quando vemos esses avanços, inclusive com a concepção da inclusão dos deficientes físicos, diria que este governo está propiciando um novo momento para este país. Companheiro Alcimar de Oliveira, prefeito lá de São Domingos, v.exa. sabe que o governo federal nos orgulha e a todos os catarinenses, pois este estado está sendo olhado como merece. Foi assim no governo Lula e está sendo assim no governo da nossa presidente Dilma Rousseff.

Quando olhamos a questão da Casan, tema aqui abordado pelo deputado Ciro Roza, verificamos o volume de recursos investidos pelo governo federal, através do PAC, em saneamento básico, sem a devida contrapartida do governo do estado. Isso mostra não a forma republicana, mas a forma responsável como este governo está lidando com as questões prioritárias da nação brasileira e com as particularidades de cada estado.

Por isso, neste horário dos Partidos Políticos, em que expressamos as ações dos nossos governos, das nossas bancadas, das classes políticas que representam cada governo e cada instituição, quero fazer esse registro, dizendo que, primeiramente, a nossa presidente nas últimas três pesquisas mostra que tem apoio popular, obtendo quase 50% de "ótimo" e "bom" e um índice de aprovação do governo entre 68% e 70%. A aprovação pessoal da presidente é superior à de seu governo.

Não importa que as instituições, as entidades ou as empresas, cumprindo o seu papel, fiquem divulgando a sua forma de avaliação ou reverberando os casos de corrupção que estão acontecendo no governo, e que acontecem em todos, diga-se de passagem, porque na medida em que há ações, há obras e há recursos, maiores são as distorções, porque isso é inerente à condição humana. Agora, sempre que há corrupção, não podemos esquecer, há corruptor. E o corruptor não é público. Normalmente o corrupto é público.

E até vou fazer uma sugestão: já que existe o Impostômetro, já que vão fazer o Deputadômetro, quem sabe deva ser feito o corruptômetro, no qual se colocaria tanto o corrompido quanto o corruptor, pois assim nomearíamos o segmento empresarial que corrompe para fazer as leis. Ao mesmo tempo, deveríamos propor a instituição do sonegômetro, que caberia muito bem junto ao corruptômetro.

Então, é com muita tranquilidade que nós, homens públicos, temos que lidar com isso. A Facisc cumpre o seu papel, e logicamente faremos um questionamento, assim como fazemos em outras questões. Nesta Assembleia fizemos o Portal da Transparência e se formos verificar os portais do Brasil, o nosso é um dos mais transparentes.

Eu pertenço ao Partido dos Trabalhadores, lutei por este governo, ajudei a construí-lo, assim como tantos outros companheiros. Para todas as ações requeridas pela população são necessários recursos, ou seja, fazer universidades, contratar professores, contratar corpo técnico. Também para incorporar gradativamente a Furb precisa haver recursos, na medida em que se incorporam novos cursos para o ano que vem. Esse é o desafio do reitor Álvaro Prata, no sentido de que no ano.

Mas, ao mesmo tempo em que existem essas demandas sociais, o governo tem que arrecadar e para arrecadar precisa haver tributos, que terão que retornar para a população através de obras, de ações sociais, de investimentos, de mais saúde e educação etc.

Por isso, é importante que este país continue firme, que os tributos sejam transparentes na sua aplicação, para que possamos trilhar caminhos sólidos, principalmente nessa crise que estamos enfrentando, quando observamos os Estados Unidos e a Europa passarem por situações extremamente críticas do ponto de vista de suas economias. E o Brasil, com o seu superávit, o seu colchão, eu diria, de reserva cambial, vai transitando com muita tranquilidade neste momento de turbulência mundial.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, há vários assuntos em pauta, mas não poderia deixar de registrar desta tribuna uma grande conquista do município de São Bento do Sul e do planalto norte, a instalação do Instituto Federal de Educação pelo governo federal. Essa conquista pertence a todas as lideranças de São Bento do Sul, prefeito, vereadores, empresários, lideranças comunitárias, que há muito tempo vinham fazendo essa solicitação ao governo federal.

São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre são cidades que têm a economia basicamente pautada na indústria de transformação, ou seja, transforma produtos de origem bruta em produtos acabados. E uma das necessidades da indústria como um todo, deputado Daniel Tozzo, é a mão de obra qualificada. São Bento do Sul já teve algumas conquistas importantes nesse aspecto, como a Udesc, a Escola Técnica e a própria Univille, que é uma universidade que está lá há 28 anos, mas a procura tem sido muito maior por cursos técnicos. Portanto, o Instituto Federal de Educação era um pleito de mais de dois anos e foi confirmado, com a assinatura de um protocolo pelo prefeito Magno Bollmann e pela presidente Dilma Rousseff, em Brasília.

Quero reconhecer o trabalho de todos, mas não poderia furtar-me de reconhecer o esforço do deputado federal Pedro Uczai, que foi nosso colega nesta Casa por muito tempo. Em uma conversa que tive com ele, reforcei essa reivindicação de São Bento do Sul e ele reconheceu que era justo e meritório que o nosso município tivesse essa conquista.

Por isso quero, de público, reconhecer o seu trabalho, reconhecer o seu

empenho, e dizer que essa conquista não é somente do município de São Bento do Sul, é do planalto norte catarinense, é de Santa Catarina e beneficiará principalmente os jovens, que terão a oportunidade de uma formação técnica de qualidade, reconhecida nacionalmente, através do Instituto Federal de Educação.

Portanto, parabéns a São Bento do Sul, ao planalto norte, ao governo federal, através da presidente Dilma Rousseff, ao deputado Pedro Uczai e às demais lideranças que colaboraram para essa conquista.

Outro assunto que me fez assomar a esta tribuna é a passagem dos 60 anos, no próximo dia 19, da Buddemeyer, que tem uma história de sucesso. Amanhã, dia 18, estaremos realizando uma sessão solene no município de São Bento do Sul e aproveitamos para convidar os deputados para participarem desse evento em homenagem a essa empresa que, além do que representa economicamente para Santa Catarina e para o Brasil, é muito importante para a comunidade do nosso município.

A empresa possui 1.150 colaboradores e faturou R$ 166 milhões em 2010. É uma empresa que valoriza muito o seu colaborador, que lhe dá oportunidade profissional, que faculta a sua participação em grupos de trabalho, contribuindo para a eficiência através de métodos de redução de custos e com isso permitindo também a sua participação nos lucros.

A Buddemeyer contribui ainda com a comunidade, através de atividades filantrópicas, através de ações de saúde em parceria com o município e através do patrocínio de atividades esportivas são-bentenses, como a natação, oportunizando que crianças, adolescentes e jovens se destaquem no cenário catarinense e nacional.

Além disso, a Buddemeyer é digna de destaque em termos de responsabilidade social. E vou citar um exemplo. Em uma de suas unidades, instalada no município de Campo Alegre, a empresa investe em tecnologia, em equipamentos para preservar o meio ambiente, especialmente a água. Faz a captação no rio Negro e depois de usá-la devolve-a ao rio para depois captar novamente.

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, amanhã vamos render uma homenagem à Buddemeyer pelo transcurso dos seus 60 anos de existência.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está reservado ao deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, no dia 18 de janeiro de 2010 foi publicada a Lei n. 15.109, aprovada por esta Casa, quando era presidente deste Poder o hoje deputado federal Jorginho Mello.

Essa lei criou um dia especial, ou seja, determinou que todo dia 11 de agosto São Francisco do Sul será a capital simbólica de Santa Catarina. A lei, no seu conteúdo, dispõe sobre a transferência simbólica da capital para a cidade mais antiga de Santa Catarina e uma das mais antigas do Brasil, São Francisco do Sul. Infelizmente, neste ano acabou acontecendo um esquecimento.

No ano passado, quando o governador era Leonel Pavan, o governo foi transferido simbolicamente para São Francisco do Sul e lá o governador despachou normalmente, obedecendo à lei aprovada por esta Casa e sancionada pelo Poder Executivo.

Eu gostaria que ficassem registrados a nossa tristeza, o nosso sentimento de frustração pelo que houve este ano, até porque temos São Francisco do Sul como berço de todos os catarinenses. Assim, quero que fique registrado na Casa o sentimento de frustração que tomou conta de todos francisquenses que esperavam no dia 11 de agosto a presença do governo do estado ou, pelo menos, de uma representação do governo do estado para ali despachar e dar andamento aos trabalhos do Poder Executivo, de uma forma simbólica, homenageando a cidade de São Francisco do Sul.

Em nome de todos os francisquenses, gostaria que ficasse registrado, na Casa, esse nosso sentimento de frustração pelo que não aconteceu. E espero que no próximo ano, com antecedência, o governo do estado já se organize para se instalar em São Francisco do Sul por um dia.

Quero aproveitar a oportunidade, sr. presidente, para prestar uma homenagem a uma pessoa que nós, joinvilenses, aprendemos a admirar. Este deputado, particularmente, acabou, ao longo desses anos, incluindo esse oficial como um dos seus grandes amigos.

Quero prestar uma homenagem ao tenente-coronel Edivar Bedin, hoje promovido a coronel, que desde 2007 está no município de Joinville, onde assumiu o comando do 8º BPM. Quando chegou lá encontrou uma situação muito difícil, assaltos, crimes e desordem de toda ordem e com muita dedicação, já no seu primeiro ano de trabalho, criou o Pós-Crime.

O que é o Pós-Crime? É um trabalho realizado depois de acontecido o crime. Normalmente quando acontece um arromba-mento, um furto, um assalto, a vítima faz o registro na delegacia de polícia e acaba tendo como herança o seu Boletim de Ocorrência. Mas é difícil, muito difícil, que as ocorrências, os acontecimentos nessa área progridam e que se chegue aos culpados, aos elementos que praticaram o delito. Com o Pós-Crime, o coronel Edivar Bedin conseguiu uma nova dinâmica, diminuindo substancialmente a criminalidade no município de Joinville.

Amanhã pela manhã, às 10h, estarei representando esta Casa na solenidade. Com certeza absoluta, farei questão de representar os deputados que não estiverem presentes de maneira honrada e digna e colocarei ao coronel Bedin o nosso sentimento de orgulho por vê-lo promovido.

Nós, este deputado e os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes, lutamos tanto para vê-lo promovido, não por querer fazer política, mas pelo sentimento de gratidão de uma cidade ao seu esforço, ao seu trabalho e à sua dedicação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Nilson Gonçalves, quero fazer coro às suas palavras e pedir a v.exa. que faça isso mesmo, pois amanhã estaremos aqui com o embaixador do Brasil junto ao Mercosul. Eu, como faço parte da comissão, terei a responsabilidade, junto com os demais membros, de estar na palestra, logo depois do almoço. Por isso gostaria que v.exa. desse o meu abraço ao nosso coronel Edivar Bedin, com quem tomarei um chimarrão em Chapecó.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Farei questão de citar o seu nome.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não, deputado Darci de Matos!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Nilson Gonçalves, parabéns pelo seu pronunciamento. O coronel Edivar Bedin é uma pessoa íntegra, dedicada e competente, que conquistou o coração de todos os joinvilenses e realizou um excepcional trabalho na área da segurança pública em nossa cidade. Portanto, foi promovido merecidamente.

Parabéns, deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O coronel Edivar Bedin foi promovido, mas ao mesmo tempo em que ficamos alegre, ficamos triste também, porque foi transferido para o município de Chapecó. E quem ganhará com isso, na verdade, em nível de comunidade, será aquele município, pois terá um dos melhores policiais militares que já conheci em toda a minha vida.

Mas receberemos, sr. presidente, de braços abertos, evidentemente, com o mesmo sentimento e com a mesma vontade de ver sendo executado o trabalho de segurança pública em Joinville, o comandante Eduardo Luiz Valles, que assumirá o 8º Batalhão da Polícia Militar, com a grande responsabilidade de dar continuidade ao trabalho do nosso amigo Edivar Bedin. Que Deus o acompanhe e que Chapecó o receba de braços abertos, porque estará recebendo um grande policial militar, um grande cidadão catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente e srs. deputados, eu lhe asseguro, deputado Edison Andrino, que respeitarei o horário e permitirei que o tempo do partido seja dividido com v.exa.

Quero ressaltar, nesta tarde, a importante reunião que realizamos no extremo oeste de Santa Catarina, na semana que passou, quando tive a oportunidade de acompanhar o governador do estado, Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, e toda a sua equipe, no projeto, na proposta de governança.

Tivemos a oportunidade de colher com a nossa sociedade a prioridade das prioridades, mas tivemos também, acima de tudo, a felicidade, nessa passagem do governador por aquela região, de inaugurar obras importantes para o extremo oeste catarinense. Dentre elas, cito a delegacia de Polícia Civil da comarca de São Carlos e também o asfaltamento ligando o município de Saudades ao município de Cunhataí. Com essa obra inaugurada pelo governo do estado conseguimos ligar todos os municípios do extremo oeste de Santa Catarina com asfalto.

Além dessas inaugurações, deputado Edison Andrino, tivemos o anúncio de importantes obras que já estão começando a sair do papel. Dentre elas, cito as que foram tema de debates trazidos a esta Casa através

deste parlamentar e de parlamentares da nossa região, como também através dos deputados Maurício Eskudlark, Marcos Vieira e Daniel Tozzo.

O asfaltamento do município de Maravilha a Bom Jesus do Oeste é reivindicado há muitos anos por aquela comunidade. Agora, segundo palavras do nosso secretário de Infraestrutura Valdir Cobalchini, teremos essa obra viabilizada, atendendo às comunidades e aos municípios da nossa região, facilitando o tráfego e o escoamento da produção de todo o extremo oeste de Santa Catarina. Além disso, o secretário também informou aos oestinos a construção da ligação asfáltica entre os municípios de Romelândia e Anchieta, uma obra reivindicada há mais de 50 anos, não somente pelos municípios como por toda aquela grande região.

Por outro lado, também tivemos boas novidades trazidas pelo secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, e vou citar as três de maior importância para a nossa região: através de convênio que já está sendo estudado pelo secretário, conseguiremos colocar definitivamente em funcionamento os oito leitos de UTI que foram construídos no hospital de Maravilha, leitos esses que há dois anos já estão prontos, deputado Volnei Morastoni, aguardando simplesmente esse pacote de recursos do governo do estado, para que junto com a comunidade, junto com os municípios possam efetivamente entrar em funcionamento.

É claro que o governo do estado não poderá desenvolver esse tipo de atividade em todos os hospitais, mas o único pedido feito pelo hospital de Maravilha foi que pelo menos, pelo prazo de um ano, o estado auxilie, para que possa colocar em funcionamento. O governador do estado se sensibilizou com a situação e será parceiro nessa melhoria da qualidade de vida das pessoas do nosso estado, porque os leitos de UTI da cidade de Maravilha não servirão somente para aquele município, mas para todo o estado de Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul e para o Paraná.

Somente na saúde foram R$ 14 milhões conveniados com o Hospital Regional de Chapecó, recurso importantíssimo pelo trabalho que vem fazendo naquela região; foi feito um repasse, através de um convênio com o Hospital Regional de Palmitos, de R$ 1,86 milhão para concluir a construção do terceiro piso e poder colocar toda a infraestrutura que necessita para prestar um atendimento de forma regionalizada. É a resposta para tudo aquilo que a comunidade estava solicitando.

Mas quero salientar a presença do governo do estado, que passou esses primeiros meses estudando como governar e hoje já está mostrando as ações através de atividades, de convênios e de parcerias, que com certeza vão beneficiar toda a nossa comunidade.

A nossa preocupação é exatamente com o trabalho que estamos fazendo e colhendo através de informações nos fóruns que estamos realizando nos hospitais dos pequenos municípios. Sabemos que a Câmara Federal vem colocando na mídia a possibilidade de votar a Emenda Constitucional n. 29 ainda no mês de setembro, mas acredito que Santa Catarina pode contribuir, porque precisamos que essa emenda seja aprovada.

Assim, deflagramos a coleta de assinaturas em todo o estado num abaixo-assinado, contando com a força e o apoio dos prefeitos, dos hospitais, das Câmaras de Vereadores, dos postos de saúde, para que seja aprovada essa emenda, mas não somente isso, mas que seja reajustada também a tabela de repasses do SUS. Porque hoje os valores que o SUS vem repassando para os procedimentos médicos estão levando ao sucateamento os hospitais dos pequenos municípios, além de impedir os seus investimentos em outras áreas, uma vez que têm que dar suporte a algumas áreas que seriam da competência do estado e da união.

Afirmo com toda segurança que em Santa Catarina não temos sequer um município que gaste menos de 15% na Saúde. Os dados estão aí para todo mundo ver: a União gasta 3,9% em saúde, o que é pouco. Temos que avançar e precisamos de respostas rápidas. As pessoas estão morrendo e o povo não vê lá na frente uma alternativa que possa socorrê-lo.

Por isso acredito que esse abaixo-assinado servirá como suporte para que os nossos parlamentares de Brasília possam defender uma bandeira que vem do apoio e da força da comunidade catarinense.

Obrigado pela oportunidade, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do espaço destinado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, pelo tempo restante ao partido.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para convidar todos os srs. deputados, não somente os deputados da comissão do Mercosul e da comissão do Meio Ambiente e Turismo, para participar, amanhã, de um encontro que será realizado na Assembleia e que contará com a presença do embaixador Régis Arslanian, que é o representante brasileiro junto à Aladi e ao Mercosul, no Uruguai, ocasião em que fará uma palestra, deputado Volnei Morastoni, sobre a importância do Mercosul e sobre um fundo que é bancado pelo Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil, o Focem, que financia projetos de infraestrutura e projetos na área cultural, do meio ambiente.

Esse encontro, sr. presidente, será de suma importância para Florianópolis, que é tida como a capital do turismo e do Mercosul. Então, amanhã pela manhã, às 9h30, no plenarinho da Alesc, teremos a oportunidade de ouvir o embaixador, os deputados, as entidades civis representativas de classes, o CDL, a ACIF, a Facisc, o secretário de Turismo da capital e fazer uma proposta ao embaixador pedindo seu apoio logístico para que possamos fazer no ano que vem, em Florianópolis, o I Festival Cultural do Mercosul.

Além disso, Universidade Federal de Santa Catarina, através do professor Luiz Fernando Scheibe, fará a entrega de uma proposta, sendo que em novembro esta Casa vai patrocinar um encontro internacional no Dia da Água.

Pela segunda vez a Assembleia Legislativa, sr. presidente, vai organizar esse encontro com palestrantes nacionais e agora também com palestrantes internacionais, envolvendo os países do Mercosul. Esse encontro será realizado em novembro e contará com a participação e o apoio do deputado Dóia Guglielmi, que é o presidente da comissão do Mercosul, juntamente com a comissão do Meio Ambiente, que é presidida pelo deputado Neodi Saretta.

Teremos também a oportunidade de ouvir amanhã, nesse encontro, a dra. Ingrid Tremel Barbato, presidente da Associação Catarinense da Síndrome do X-Frágil. Há dois anos esta Casa aprovou uma lei criando o Dia Estadual da Síndrome do X-Frágil. É uma doença muito pouco conhecida e é parecida com a Síndrome de Down.

Mas esta Casa saiu na frente fazendo três encontros apoiados pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e amanhã a dra. Ingrid Tremel Barbato vai ter a oportunidade de fazer um pedido ao embaixador para que possamos fazer o encontro para discutir essa doença envolvendo os quatro países do Mercosul.

Por isso, quero aproveitar a oportunidade para convidar todos os srs. deputados que participam ou não da comissão do Mercosul, para tratar de assuntos que merecem a atenção de Santa Catarina, das prefeituras. A deputada Dirce Heiderscheide é esposa do prefeito de Palhoça e de repente, quem sabe, como há recursos a fundo perdido do Focem, talvez possamos fazer um bom projeto para a cidade que mais cresce em Santa Catarina, que é a Palhoça.

Por isso, sr. presidente, quero aproveitar para ratificar o convite e dizer que esse encontro é de uma importância muito grande, o presidente da Assembleia está dando todo o apoio, não somente para o evento de amanhã como para o Encontro da Água, que acontecerá em novembro nesta Casa, e também o 5º Encontro da Síndrome do X-Frágil, que acontecerá no dia 22 de setembro, também nesta Casa.

Rapidamente, sr. presidente, para aproveitar os dois minutos que me sobram, quero fazer um pedido aos deputados Volnei Morastoni e deputado Padre Pedro Baldissera, que já me procurou, inclusive, duas vezes para marcar uma reunião na Assembleia Legislativa com o ministério da Pesca e Aquicultura, para vermos qual será o destino que daremos para as embarcações, deputado Volnei Morastoni, que se encontram jogadas numa marina em Florianópolis, pois cada barco custou R$ 1 milhão para o governo federal.

São 25 embarcações bem equipadas com tecnologia de ponta, de geração moderna. Nove barcos, quando trouxe esse assunto a esta Casa há quase dois meses, encontravam-se numa marina de Biguaçu, expostos ao sol, à chuva, ao vento, sem nenhum tipo de proteção. Pois continuam no mesmo lugar!

Achei que eram somente essas nove embarcações, depois, por informação, descobri que 25 embarcações foram construídas pelo ministério da Pesca e Aquicultura. Assim, gostaríamos de saber onde estão essas embarcações e qual a finalidade da sua construção. Parece-me até que não há pessoal contratado para trabalhar nessas embarcações.

Estamos preocupados porque acreditávamos que depois do que falamos na tribuna a esse respeito, da nossa pergunta ao ministério da Pesca e Aquicultura sobre o que seria feito com essas embarcações, eles, no mínimo, iriam cobri-las, colocá-las em um galpão. Mas, não, continuam lá na chuva, no sol, estragando, deteriorando-se.

Esperamos, quem sabe, que ainda no mês de agosto ou de setembro seja realizada nesta Casa uma audiência pública ou um encontro com o ministério da Pesca e Aquicultura para saber qual o destino dessas embarcações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Daniel Tozzo.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Cordilheira Alta, Ribamar Alexandre Asssonalio, do vice-prefeito

Clodoaldo Briancini e do secretário da Cultura, Mauro Moresco.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) Está encerrado o horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0081/2011 e 0437/2011, de autoria de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0174/2011.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, temos três projetos oriundos das comissões prontos para deliberação. Consulto os srs. líderes se podemos votá-los.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0160/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Mondaí (construção de um posto de saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0214/2011, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de São Carlos (construção e instalação do pelotão da Polícia Militar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Resolução n. 0008/2011, de autoria da Mesa Diretora, que altera o art. 1º da Resolução n. 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência suspenderá a presente sessão por dez minutos, atendendo à solicitação de vários srs. líderes, para que o presidente da Facisc, sr. Alaor Tissot, possa fazer uso da palavra.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero saudar e afirmar ao dr. Alaor Tissot que seria interessante que esse primeiro passo dado com o Parlamento, fazendo a mensuração do nosso trabalho, fosse estendido, pela Facisc, aos demais poderes de Santa Catarina: Executivo, Judiciário, TCE e Ministério Público, dos quais se faria também uma mensuração.

Apesar de estar bem colocado no ranking, quero discordar desse ranqueamento porque, afinal de contas, cada deputado tem um estilo: uns atuam mais na base, outros mais nas comissões técnicas, outros mais legislando e outros na tribuna. Quer dizer, são muito subjetivos os critérios que levam ao posicionamento de cada parlamentar.

Mas o poder mais transparente que existe, sem dúvida alguma, é o Parlamento, porque nele estamos abertos para debater e o Parlamento catarinense tem produzido, sim, muitos projetos. Aliás, há poucos dias aprovamos um projeto de fundamental importância para Santa Catarina, o Revigorar, que deu condições de centenas de empresas que estavam inadimplentes acertaresm, com redução de juros e multas, as suas contas com o estado. Portanto, esta Casa tem produzido.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também não tenho nenhuma preocupação e nenhum medo de transparência, pois temos, inclusive, o Portal da Transparência, a TVAL e a Rádio Alesc Digital. Acho muito importante isso, mas estou percebendo que a concentração da vigilância é sobre o Poder Legislativo, pois não vejo isso com relação aos demais poderes. Não sei por que essa preocupação tão excessiva, se temos instrumentos de acompanhamento e de fiscalização. Repito, não tenho nenhuma preocupação, o que faço está no Portal da Transparência.

Agora, acho que seria importante também um impostômetro para ver empresa que sonega impostos - há muitas que sonegam -, empresário que sonega imposto. Essas coisas todas também têm que ser acompanhadas, também têm que estar à disposição da sociedade.

Não tenho nenhuma preocupação, repito, de me acompanharem, respondo pelos meus atos, tenho muita responsabilidade sobre eles. Agora, acho que temos que criar instrumentos também para fazer o ranqueamento de empresário que sonega, de empresário que paga em dia, além de outros questionamentos que têm que ser feitos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é uma satisfação podermos estar aqui, neste momento, discutindo, enquanto a sociedade de Santa Catarina tem condição de, através dessa ferramenta do Deputadômetro, avaliar a nossa atuação na Casa do Povo de Santa Catarina.

As nossas considerações são as seguintes: em primeiro lugar, avaliar a atuação de um parlamentar é praticamente impossível porque o fato de haver dez comissões permanentes e eu participar de duas, não quer dizer que não seja um deputado atuante. Em segundo lugar, como se vai medir a minha presença no governo do estado e na base, se praticamente a minha atuação parlamentar diz respeito àquilo que levo para minha região, em termos de obras, serviços e ações?

Então, é uma questão muito difícil de ser julgada. Obviamente, concordo plenamente com os meus colegas que me antecederam e gostaria de deixar bem claro que a Assembleia Legislativa, entre todos os poderes, é o mais transparente, até porque a condição que nos fez estar aqui é uma questão social, uma vez que havia 500 candidatos disputando 40 vagas. Portanto, a sociedade já nos conhece.

Em terceiro lugar, quero dizer que deveríamos levar isso a todos os poderes e também às entidades que...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, as empresas que não trabalharem corretamente - e são muitas - quebrarão. Os deputados que não trabalharem corretamente não conseguirão três, quatro, cinco, seis, sete mandatos nesta Casa. Então, evidentemente, essa avaliação é muito complexa, até porque pelo Revigorar poderá o estado arrecadar até R$ 6 bilhões de empresas que estão inadimplentes. Se levantarmos 50 empresas e pegarmos dez auditores da Fazenda, com certeza eles acharão muitos problemas nas empresas!

Acho que fomos eleitos para representar o povo e não vamos admitir que as pessoas fiquem dizendo de que forma temos que fazer. Está na hora de darmos um basta nessas coisas, com transparência, com ética, como sempre tive na minha vida, mas nunca deixando que me colocassem no cabresto. Acho que estão equivocados e vão pagar um alto preço!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero dizer que toda a pesquisa tem um resultado conforme o método e os critérios utilizados. Então, em hipótese alguma, embora o resultado apresentado, posso concordar com aquilo. Mesmo porque se mediu o quê? O tempo em plenário, a quantidade de uso da tribuna, a quantidade de comissões de que se participa - participo de cinco por necessidade - as manifestações e os posicionamentos a respeito dos projetos que tramitam?

Acredito que todos os deputados dos outros partidos estão fazendo outra coisa que talvez não esteja aparecendo aqui e talvez com mais eficiência, especialmente deputados da base do governo. Eu trocaria o primeiro pelo último lugar para ver aprovado um dos projetos meus aqui, como, por exemplo, a lei da anistia para os praças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esse projeto tem alguma relação com a anistia? Não tem nenhuma, não é, deputado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Srs. deputados, vejo que toda forma de avaliação da atuação parlamentar é importante, mas ninguém tem o direito de ser a corregedoria da Assembleia. Quem tem esse direito é o nosso eleitor, é o povo. Quanto à atuação do deputado, cada um tem uma peculiaridade. Dependendo da região, o deputado, durante o dia acompanha a liberação de verbas, projetos e muitos benefícios, em várias secretarias de estado, para a comunidade, coisas que não há como mensurar. Somente sua própria região, seu próprio eleitor, que tem confiança de que aquele deputado está cumprindo seus compromissos, pode fazer isso.

Então, isso é muito subjetivo, a imprensa faz esse acompanhamento e a transparência tem que existir, mas a avaliação é muito pessoal, e somente o eleitor, aquele que acompanha o deputado, efetivamente, sr. presidente, tem condições de dizer se ele está trabalhando, correspondendo às expectativas.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero apenas registrar que, assim como os demais parlamentares, também sou favorável à transparência. Quero parabenizar a atitude da Facisc, mas quero fazer uma sugestão, e acho que vai ao encontro do que foi colocado pelos srs. parlamentares.

Mostrar transparência é natural e tem que ser feito, ninguém pode ter medo das suas ações, cada um é responsável pelos seus atos, mas fazer um ranqueamento entre os deputados, não sei se é certo, pois há situações que devem ser analisadas. Cito como exemplo o fato de o deputado Sargento Amauri Soares participar de cinco comissões, enquanto este deputado apenas pode participar de duas. E aí, como fica? Ele fica melhor do que eu no ranking? Esse critério é justo?

Hoje pela manhã, por exemplo, houve uma reunião da comissão da qual sou membro. Tive que pedir a um deputado que me representasse porque fiquei a manhã inteira na secretaria de Segurança Pública resolvendo problemas da delegacia regional de Blumenau, cuja obra está parada há um ano. Se não resolvesse esse problema, não sairia de lá! Por isso pedi, com muita responsabilidade, a um deputado representar-me enquanto resolvia o referido problema.

Para o povo da minha cidade era mais importante resolver o problema de uma obra parada, deputado Manoel Mota, ou vir à reunião da comissão na qual fui representado por um colega?

Então, esse critério de avaliação se torna injusto! Sou totalmente favorável à transparência, mas não posso concordar com comparações feitas dentro de critérios desiguais. Não consigo participar, nem que queira, das mesmas reuniões que o deputado Sargento Amauri Soares ou que os líderes de bancada participam. Ou seja, é um critério desigual. Devemos fazer análises, sim, mas dentro de critérios iguais e não com critérios injustos.

Repito, a transparência é necessária, sim, e repito aquilo que o deputado Maurício Eskudlark disse. Cabe ao eleitor, ao cidadão julgar quais os parlamentares que trabalham, mas quero ser avaliado numa condição de igualdade...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, nem precisaria falar depois de ouvir o deputado Jean Kuhlmann e os demais deputados que já falaram, mas apenas gostaria de complementar dizendo que precisamos colocar a situação de forma clara, principalmente com relação aos membros da Mesa Diretora, que não podem participar de comissão alguma. Não podem! Nenhum dos membros da Mesa Diretora pode participar de comissão. Talvez os senhores que criaram esse ranqueamento na Assembleia Legislativa não tenham esse conhecimento e, sendo assim, precisam aprofundar-se um pouco mais para não cometer injustiças.

Prefiro o julgamento da população da minha região. Tenho seis mandatos consecutivos e a minha nota sempre foi acima da média.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Daniel Tozzo.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, respeitamos a Facisc e conhecemos o seu belo trabalho, inclusive assinei o documento, assim como os outros deputados, para que a Facisc pudesse apresentar esse programa e falar de que forma vai fiscalizar-nos, pois também sou favorável à transparência, assim como todos os outros colegas.

O que me preocupa, mesmo tendo chegado recentemente a esta Casa, é se outros órgãos também serão fiscalizados. A Facisc registrou hoje que somos a Casa com maior transparência do estado de Santa Catarina - e parece que quanto mais transparente, mais fiscalizada -, mas quero endossar as palavras dos colegas que me antecederam e dizer que outras instituições precisam ser fiscalizadas para levar essa transparência à população.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, na verdade todos somos a favor da transparência. Todas as manifestações foram nesse sentido, mas temos que ser justos no momento em que elaborarmos um ranking de avaliação, quer seja de parlamentar, quer seja de qualquer autoridade do governo municipal, estadual ou federal.

Temos que ter racionalidade no momento de colocamos isso ao público. O juiz, no momento da sentença, na dosimetria da pena, tem que ser racional para não cometer excessos e muito menos permitir a impunidade.

Agora, quero ver como vão avaliar a nossa atividade nas bases. Saio daqui às quintas-feiras à noite e passo as sextas-feiras, os sábados e os domingos trabalhando. Como será avaliada essa nossa atividade parlamentar? Será que tem peso? Quem avalia o tempo que ficamos correndo de um lado para outro nessas estradas perigosas que temos na busca da satisfação do nosso eleitor? Porque representamos aqui a comunidade, o povo do estado de Santa Catarina.

Por isso, acho que tem que ser revisto todo esse processo, pois ele tem que ser justo, do contrário, acho que é demagogia barata, sem eficácia alguma.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, tenho 35 anos de vida pública com mandato, uma passagem rápida pela prefeitura de Florianópolis e não tenho, graças a Deus, nenhum processo judicial que desabone a minha conduta. Mas nunca vi nada semelhante. Conheço Alaor Tissot, um empresário bem sucedido, que como os outros, paga os seus impostos em dia. Mas como se pode fazer esse tipo de avaliação da atuação dos deputados dando notas? Isso aqui não é uma escola, onde o professor dá notas e o aluno passa em matemática, roda em geografia etc. Acho isso um absurdo! Um *site* de transparência? Acho que a Facisc pode ter, como outras entidades têm, provavelmente a Facisc tem, um *site* também dos seus empresários. Por exemplo, hoje a Polícia Federal, numa megaoperação nacional, prendeu mais de 200 pessoas, em função de uma sonegação de R$ 1 bilhão, entre elas há 17 empresários envolvidos, inclusive de Santa Catarina.

Creio que não haja nenhum empresário da Facisc envolvido, mas é importante que esteja no *site* o nome dos empresários de Santa Catarina que estão envolvidos nesse processo de sonegação, até para tirar os bons empresários desse processo. Agora, creio que a Facisc, como as outras entidades, estão preocupadas com isso.

Qual o critério que será usado para dar notas aos deputados? Não consigo entender uma coisa: quando cheguei neste Parlamento, no meu segundo mandato de deputado estadual, havia um deputado, que não interessa dizer o nome, que era o primeiro a se inscrever para usar a tribuna, falava todos os dias sobre assuntos que interessavam e assuntos que não interessavam; ele aprovou vários projetos autorizativos, que não têm validade alguma, porque não há lei autorizativa, não existe isso**.** Apesar disso, acho que estaria muito bem ranqueado no Deputadômetro da Facisc.

Tenho problemas em Florianópolis, não com a Justiça, mas estou processando um dito jornalista, que resolveu detonar todo mundo. Esse cidadão poderá entrar no *site* da Facisc, como qualquer outro cidadão, e escrever o que bem quiser. Eu acho que deve haver um cuidado muito grande com esse *site*. Avaliar quem está presente, quem não está porque é malandro é uma coisa, mas dar nota e abrir perspectiva para um cidadão entrar no *site* e fazer comentários sobre qualquer coisa, é gerar uma polêmica, que entendo, não é a finalidade da Facisc.

Então, creio que esse programa deve passar por um processo de reavaliação para que não cause mais problemas ao Poder Legislativo.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, inicialmente quero dizer que talvez a intenção do presidente Alaor Tissot, juntamente com a sua diretoria, tenha um intuito diferente, mas da forma como foi colocada, sem dúvida, vem na contramão de uma série de coisas. Primeiramente, falo com muita propriedade porque quando fui presidente desta Casa abri a possibilidade de os catarinenses acompanharem o trabalho dos deputados através da TVAL, que hoje está mostrando todo o nosso trabalho em plenário e nas comissões. Da mesma forma, a Rádio Alesc Digital hoje propicia a qualquer cidadão do mundo acompanhar o trabalho da Assembleia Legislativa. E foi a primeira, em nível nacional, no Parlamento. Também temos o nosso jornal informativo, que toda semana traz a resenha dos principais pontos aqui debatidos, com acompanhamento diário da imprensa. Temos todos os mecanismos possíveis.

Acredito que a intenção dos nossos empresários tenha sido boa, mas da forma como foi colocada está na contramão dos fatos. Até o nome sugerido, e aqui isso já foi bem colocado pelos srs. deputados, dá a entender que seremos avaliados por não sei quem. Como disse o deputado Edison Andrino, não fazemos a mesma coisa que os empresários, mas quantas vezes acontece um processo de fiscalização por parte do fisco, muito embora em Santa Catarina a minoria dos empresários tenha esse tipo de problema.

Então, sr. Alaor Tissot, nosso particular amigo, que também já foi um homem do governo, um homem público, convença a sua diretoria, desista dessa ideia, porque ela não contribui nem com a democracia nem com a política de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, também quero manifestar-me, não que tenha medo dessa avaliação, até porque já fui avaliado por oito vezes nas urnas e, graças a Deus, continuo sempre trabalhando para a sociedade catarinense. Mas os critérios preocupam um pouco, até porque sou presidente da comissão de Constituição e Justiça e estamos sendo criticados ao longo do tempo pelo fato de lutarmos contra os projetos de iniciativa parlamentar inconstitucionais, os chamados projetos autorizativos.

Agora, da forma como estão colocando as coisas, que o número de projetos que o deputado apresenta é o que vale no ranking, vamos incentivar novamente que os parlamentares voltem a criar projetos sem futuro algum, projetos ilegais, inconstitucionais.

Então, acho que a pessoa que vai alimentar esse *site* tem que vir fazer um estágio na Assembleia Legislativa para ver o que fazemos; deveria embarcar num carro de um deputado num final de semana para ver o trabalho feito fora daqui, porque o nosso trabalho, na grande maioria do tempo, é fora do plenário. Não é a presença do parlamentar em plenário, o discurso diário na tribuna, que vai dizer qual o deputado que mais trabalha por Santa Catarina.

Então, não estou contra a transparência. Ainda bem que o nosso presidente foi muito categórico e leal ao dizer que não há um Poder mais transparente do que o Legislativo no estado de Santa Catarina. Não há uma instituição pública no estado mais transparente do que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Não estou com medo disso, mas o critério que se estabeleceu não é justo e vai penalizar aqueles que fazem muito por Santa Catarina.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - A iniciativa da entidade no sentido de garantir a transparência é positiva, no entanto, peca muito com relação aos critérios. Senão, vejamos: os deputados da Oposição são nove contra 31 da Situação. Então, provavelmente receberemos nota zero no quesito projetos aprovados. Com isso, desceremos muito no ranking porque a maioria dos projetos que apresentamos não é aprovada.

Também podemos falar de presença em audiências públicas. Se cada deputado faz 40 audiências, terei que correr o estado inteiro para participar de todas e ficar no topo do ranking. Serve para que isso? Para nada, não dá qualidade ao nosso trabalho.

Hoje de manhã tivemos audiência na comissão de Finanças e Tributação, da qual sou membro. Também coordenei uma audiência pública realizada nesta Casa sobre a terceirização da merenda escolar, na qual levantamos dez propostas que desencadearão o debate em todo o estado sobre a relação entre a produção local, a geração de renda dos agricultores e a alimentação saudável. Mas isso não vai ajudar em nada a minha posição no ranking porque faltei à reunião da comissão de Finanças e Tributação realizada hoje.

Finalizando, o que quero dizer é que esses critérios não vão demonstrar a qualidade do trabalho de cada deputado, mesmo porque cada um tem um perfil de atuação distinto.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, sabemos da boa vontade da Facisc, mas é preciso aprender a interpretar e saber qual a função de cada instituição.

Acredito que na medida em que existir o Deputadômetro - e o nome já é pejorativo -, deveria haver também o sonegômetro e o justiçômetro, para ver, por exemplo, quantos processos cada juiz julga por mês, mas sabemos que, às vezes, um processo leva muito mais tempo que outro para ser julgado. Além disso, deveria existir ainda o vereadômetro. E aí perdemos a lógica da política e da democracia.

Não desqualifico a ideia, desqualifico o conceito. E aproveito para fazer um pedido de informação ao estado, solicitando a relação de todos os devedores da indústria e do comércio, porque essa informação também deverá constar do *site* das instituições.

Acho que a ideia pode ser positiva, mas desqualifica a democracia. Cada deputado tem seu jeito, sua forma e seu método de trabalhar, cada segmento avalia os seus pareceres e entendo que se esse portal é transparente, podem fazer o que quiserem na aferição de cada deputado, porque cada parlamentar vai continuar muito tranquilamente fazendo o seu trabalho. Esse método precisa de um matemático para avaliar teoricamente o trabalho de cada um. Acho que o método de aferição não democratiza a avaliação nem da instituição nem dos deputados.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, comentava hoje sobre esse assunto e vou pedir que o pessoal do Deputadômetro, aliás vou exigir, coloque no meu nome o *link* do meu *twitter*, porque quem quiser saber onde estou e o que estou fazendo é só me acompanhar no *twitter*. Assim, a pessoa vai poder saber não apenas da minha presença aqui ou não, mas todas as minhas ações.

Estou chegando agora do Iprev, onde estive resolvendo questões de Joinville, mas isso não vai constar no *site*. Por isso, vou exigir que eles coloquem um *link* para o meu *twitter,* a fim de que o cidadão possa acompanhar realmente o meu trabalho.

Por isso, peço que coloquem o *link* - twitter.com/deputadokennedy no meu nome no *site* da Facisc. Quem quiser me acompanhar, siga-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Edison Andrino.

(Pausa)

Na ausência do deputado Edison Andrino, com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, fico feliz, sr. presidente, de ser o primeiro a falar sobre essa questão do Deputadômetro ainda com a presença de muitos deputados em plenário, muito embora tenha vários assuntos sobre os quais gostaria de me pronunciar.

Em primeiro lugar, quero dizer que aqui não há nenhum deputado malandro, nenhum! Somos 40 deputados, representando seis milhões de catarinenses e mais de quatro milhões de eleitores, e nenhum de nós é malandro, mesmo porque um malandro não chegaria a esta Casa portando um mandato parlamentar. E não chegaria nem a primeira vez, quanto mais a segunda, a terceira e assim por diante!

Sou um dos deputados mais presentes às sessões plenárias e nesta tribuna? Sou, mas porque é o que sobra para um deputado de oposição bastante isolado fazer. Os deputados da base do governo estadual, no tempo em que não estão nesta Casa, estão articulando com os secretários regionais, com os prefeitos, com o Centro Administrativo questões de interesse das suas bases sociais.

Gostaria de ter a mesma oportunidade que eles têm de articular, trocaria qualquer posição nesse ranking por conseguir aprovar alguns dos meus projetos mais importantes, o que dependeria de uma relação diferente com o governo, mas gastaria mais tempo noutros trabalhos, noutras articulações.

Participar de cinco comissões não é necessariamente uma coisa que eu escolhi, mas como tive a oportunidade, esforço-me para conseguir desempenhar a tarefa a contento. Da comissão de Finanças e Tributação, por exemplo, faço parte por falta de outro deputado do nosso bloquinho, do bloco dos singulares, que se tenha prontificado a participar. Mas essa mesma condição não está colocada para as grandes bancadas, porque com seis, oito ou dez membros, os deputados disputam as vagas

existentes nas comissões técnicas. Assim, deputado de um partido grande não poderá nunca fazer parte de cinco comissões.

Com relação à questão de apresentar projetos e emendas nas comissões, é também uma condição do deputado singular, é necessidade sua! Porque ele não tem colegas de partido, ele é o único na Casa para se pronunciar. Além disso, os deputados que fazem parte da Mesa Diretora não podem participar de nenhuma comissão técnica.

Então, sr. presidente, os critérios são objetivos, mas há outros elementos, outras variáveis que precisariam ser consideradas e somadas numa pontuação para se chegar a um ranqueamento razoável.

Quero repetir, tenho plena certeza, deputado Kennedy Nunes, de que não há nenhum deputado malandro nesta Assembleia Legislativa. Nenhum! E talvez, para nós, que somos minoria, deputada Luciane Carminatti, seria bom que os parlamentares governistas fossem malandros, porque ganharíamos uma votação de vez em quando. Mas a questão é que eles, quando há votação importante, comparecem, assim como estão debatendo na base da sociedade as suas posições.

A questão central - e aí a pesquisa da Facisc não pode mensurar - não é essa, a questão central é o programa, é a concepção que cada deputado tem, porque todos estão trabalhando muito mais do que a média de um trabalhador normal. O deputado trabalha mais de 40 horas semanais. Muito mais! Possivelmente todos os deputados passem de 100 horas semanais trabalhando! Então, esse não é o problema, o problema é o programa. O que cada deputado defende? E aí não dá para mensurar o programa que cada um defende, de que lado da sociedade está colocado, que setor da sociedade representa, que classe social defende. Isso a proposta da Facisc não pode medir e nem é sua intenção.

Somente quero deixar muito claro que entre os meus 39 colegas deputados desta Casa não há nenhum malandro. Não sei se felizmente ou infelizmente, porque no dia de votação importante estão todos aqui para votar naquilo que consideram adequado ou na posição do governo.

Quero aproveitar estes minutos que me restam para falar da polêmica que envolve a Segurança Pública no estado de Santa Catarina, ou seja, o conflito entre a Polícia Civil e a Polícia Militar e, mais especificamente, a questão de Jaraguá do Sul.

Inclusive, srs. deputados, a questão do Deputadômetro da Facisc também me traz ao debate, porque ninguém quer ser observado. Não obstante tudo que considerei quanto à legitimidade, acho que todos na sociedade têm o direito de saber o que o deputado está fazendo, assim como têm o direito de saber o que o desembargador, o juiz, os secretários, o governador e os empresários estão fazendo. Todos na sociedade têm o direito de saber o que está sendo feito pela iniciativa privada. Então, todos que queiram saber sobre os deputados têm esse direito, assim como também podem saber sobre o conjunto das instituições sociais.

O debate sobre a Segurança Pública nos remete a isso porque existe o sentimento de que estamos sendo espionados. No entanto, em Jaraguá do Sul, e não somente ali, houve a determinação do comando regional de instalar câmeras e equipamentos de áudio e de escuta dentro de algumas viaturas, na de todas. A câmera está voltada para dentro da viatura, deputado Aldo Schneider, mas o normal seria instalar a câmera voltada para fora da viatura, justamente para acompanhar a forma de abordagem do policial quando vai trabalha na rua, o que serviria de proteção contra possíveis abusos de abordagem, mas também de proteção ao policial.

Digamos que o policial tenha sido agredido e fez uso da força necessária diante da agressão. Isso, sim, mereceria aplauso. Agora, colocar a câmera virada para dentro da viatura, instalar um equipamento de escuta dentro da viatura, de forma que, nas 12 ou 24 horas de serviço, qualquer assunto que o policial converse com o seu colega, com quem trabalha há dez anos, tenha alguém escutando é algo bom?! Estar-se-ia escutando tudo o que se pronuncia dentro dessa viatura, todo o som que ocorra dentro dela e captando toda a imagem, todo o movimento dos dois policiais durante um turno, uma jornada de trabalho. Isso é um absurdo! E isso estava sendo feito em Jaraguá do Sul.

Pois bem, essa bomba estourou de ontem para hoje no estado por causa da gravação das palavras de um oficial, de um comandante de batalhão, que foi afastado em função desse pronunciamento indevido. O feitiço virou contra o feiticeiro.

Agora, imaginem se colocassem uma câmera e um equipamento de escuta dentro das salas de todos os gestores públicos do estado ou dentro dos seus veículos de transporte, seja do governador, seja dos secretários de estado, seja dos deputados, seja dos comandantes. Se já estamos bastante incomodados com o Deputadômetro, imaginem uma coisa dessas! Imaginem se em nossos gabinetes houvesse uma câmera filmando e um gravador gravando tudo o que disséssemos e que alguém estivesse ouvindo noutro lugar? Pois é isso que se está discutindo na Polícia Militar, lamentavelmente. E esse debate precisa continuar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a polêmica pode ir mais além.

Ontem cumpri o meu horário neste plenário e às 17h30, em companhia do governador, fui a Caçador cumprir um compromisso na Uniarp. Terminada a solenidade, regressei no meu automóvel, com o motorista. Chegamos aqui às 3h e às 8h já estava no trabalho. Portanto, não é fácil avaliar tudo isso.

Mas quero fazer o registro de que ontem tivemos a oportunidade de representar esta Casa na solenidade de assinatura, pelo governador Raimundo Colombo, do recredenciamento da Uniarp. Participaram do evento, juntamente com o governador, o presidente da Uniarp, Gilberto Seleme; o vice-presidente Rui Caramori; o diretor administrativo e financeiro, Moacir Salomoni; o reitor Adélcio Machado; o presidente do Conselho Estadual de Educação, Maurício Pereira; a vereadora Sirley Cecatto, presidente da Câmara Municipal; a sra. Evelin Scapim, representando o diretório acadêmico; professores; alunos; funcionários da Uniarp; vários vereadores; o prefeito de Caçador, Imar Rocha; o presidente da Associação Comercial e Industrial, empresário Auri Baú; a presidente do CDL, Leila Romão; os presidentes do Rotary, do Lions, da Maçonaria e de outras entidades representativas de Caçador e da região; os demais prefeitos e vereadores da região; os membros do Conselho Curador, do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal; o secretário do Desenvolvimento Regional, Gilberto Comazzetto; e os secretário de estado, deputados Valdir Cobalchini e João Rodrigues.

Na época em que Colombo Salles foi governador, teve inicío um trabalho para a criação da universidade de Caçador. Em 1971 conseguimos, através de lei municipal, criar um curso universitário. Nascia a Fearp, que tive a oportunidade de presidir de 1977 a 1983. Quando prefeito de Caçador, muito se fez pela entidade, houve o reconhecimento de vários cursos, a construção do próprio prédio, do ginásio de esportes e do anfiteatro. Enfim, fizemos a nossa parte pela comunidade acadêmica de Caçador e de toda a região, posto que a Uniarp pertence ao alto vale do rio do Peixe.

A Uniarp hoje mantém 25 cursos de graduação, vários cursos de pós-graduação, o Colégio de Aplicação, com maternal, ensino fundamental e ensino médio, abrigando um total de mais de cinco mil alunos.

Portanto, cumprimos a nossa obrigação e poderíamos ter ficado em Caçador, mas voltamos de automóvel, chegamos praticamente às 3h da madrugada e hoje já estávamos aqui no horário determinado. Contudo, não sabemos qual a avaliação disso tudo.

Também tivemos a oportunidade de, juntamente com o presidente da Associação Comercial e Industrial e com os deputados Valdir Cobalchini e João Rodrigues, participar de uma rápida reunião e visitar a corporação dos Bombeiros Voluntários de Caçador, onde fizemos a entrega ao governador de uma indicação que a nossa bancada formatou no dia de ontem, solicitando ao governo o envio a esta Casa de um projeto de Lei para que seja destinado 0,3% do Fundo Social às corporações dos bombeiros voluntários de Santa Catarina, dentro de um critério técnico que seja estudado pela Abvesc e pelas corporações, juntamente com o governo.

Comentava sobre isso com o governador na viagem, porque sempre se aproveita para falar de trabalho durante as viagens. E mostrei-lhe a importância e a economia que o estado pode fazer mantendo a corporação dos bombeiros comunitários. Mais de 80% das pessoas envolvidas são voluntários e participam dessas corporações simplesmente visando ao atendimento de sinistros, de acidentes, de afogamentos. Enfim, em tudo o que acontece nos municípios, os bombeiros são os que estão sempre na linha de frente. O governador ficou sensibilizado.

Os governos que passaram deram importância aos Bombeiros Voluntários, mas tenho certeza de que Raimundo Colombo saberá dar a devida atenção a essas corporações. São pessoas abnegadas e qualificadas, porque recebem as mesmas instruções que os demais bombeiros. São periodicamente treinados com todos os exames psicotécnicos, com todos os exames de vocação, com todos os sistemas que se exige no processo de desenvolvimento físico e intelectual. Então, tudo aquilo que os bombeiros militares e comunitários recebem de treinamento, os bombeiros voluntários também recebem. Eles não fogem à regra.

Assim, faço esse registro, mostrando que o governador foi à nossa terra para a assinatura de ato importantíssimo, valorizando o ensino superior. E o presidente da Uniarp, Gilberto Seleme, aproveitou a oportunidade para apresentar a nossa solicitação no sentido de que seja lá instalada um *campus* da Udesc, uma extensão ou algo que possa beneficiar aquela região, oferecendo o prédio zero quilômetro que já existe, que é utilizado hoje também pela Uniarp. Até porque é uma região que tem um IDH muito baixo - Timbó Grande, Lebon Régis, Rio das Antas -, uma região que foi devastada pela Guerra do Contestado e que sofre até hoje as consequências disso. Tenho certeza de que o governador saberá dar a devida atenção.

Também falei com Sebastião Iberes Lopes Melo, reitor da Udesc, que já esteve em Joaçaba tratando do mesmo assunto e irá a Caçador nos próximos dias para, juntamente com toda a sociedade e com as pessoas indicadas, buscar uma solução para a implantação da Udesc em nosso município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Com a palavra o próximo deputado inscrito, deputado Mauricio Eskudlark, por até dez minutos.

SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, vivemos um momento de grande tensão e parece-me que todo mundo está buscando culpados em todos, muitas vezes, são vítimas. É um momento perigoso, é um momento de reflexão, é um momento de união, é um momento para repensar muitos assuntos que vivemos e sentimos nos últimos dias.

Li hoje, na *A Noticia*, o seguinte: "Luto no Trânsito". Infelizmente, o que temos visto em nosso trânsito é muito desumano, pois ele tem causado muitas mortes. Paramos, observamos e sentimos alguma coisa quando uma pessoa conhecida, próxima da gente, acaba envolvendo-se em um acidente. Mas em geral tratamos o trânsito como estatística.

O número de mortes no trânsito está superando o número de mortes por homicídio, que já era uma preocupação muito grande de toda a comunidade, da imprensa, das autoridades. Felizmente, o estado tem conseguido segurar esses índices, mas mesmo assim podemos buscar alternativas para reduzi-los ainda mais, assim como as mortes no trânsito.

Há poucos dias saiu uma matéria, um especial do jornal *Popular Catarinense,* do sul do estado, afirmando que Santa Catarina lidera o ranking de mortes em rodovias. Essa matéria registra, deputado José Milton Scheffer, casos de pessoas conhecidas, empresários, pessoas com trânsito na comunidade, que tiveram parentes envolvidos em acidentes de trânsito, pessoas vitimadas pelo trânsito das rodovias catarinenses.

Entendo que a secretaria da Educação, que as secretarias municipais, principalmente no ensino básico, muito podem fazer para reduzir esse tipo de ocorrência. Nada como orientar as nossas crianças, trazer o problema desde a tenra idade, desde os primeiros anos de vida, porque quantas vezes presenciamos a criança cobrando do adulto que ele praticou alguma infração. Em que pese a televisão, enfim, todos os meios de comunicação, mostrarem, infelizmente, atitudes erradas como se fossem atitudes naturais.

Precisamos encontrar uma solução. Em vez de procurar culpados, temos que achar a solução. E para o trânsito há uma solução, sim. São necessárias penas rigorosas, como a cassação da carteira de habilitação, a penalização do motorista infrator e sua orientação. Além disso, é preciso também orientar a criança, o estudante, a fim de que sejam, no futuro, motoristas responsáveis. E a mesma coisa ocorre em relação às drogas. Não adianta dizer para o adulto que a droga é um mal. É preciso começar essa conversa já na infância. Desde a mais tenra idade a criança deve ser orientada a dizer "não" para as drogas, principalmente durante a vida escolar.

Então, no que se refere ao trânsito e às drogas o melhor é prevenir, é orientar a criança nos primeiros anos de vida.

O segundo assunto que desejo abordar, sr. presidente, que preocupa toda a população catarinense refere-se à matéria publicada no *Diário Catarinense* com o seguinte título: "Língua afiada derruba tenente-coronel da Polícia Militar".

Essa questão da disputa, da briga, da fogueira de vaidades na Segurança Pública incomoda demais a população. Sabemos o que a comunidade deseja, que é uma polícia ativa, próxima, uma polícia ostensiva, presente, circulando, passando segurança ao cidadão e não uma polícia burocrática. Nos jornais de circulação estadual, no final de semana, foi veiculada a entrevista de uma vítima de roubo que afirmou que ao chamar a Polícia Militar, que é a corporação que deve estar presente, viu que os policias ficaram quase uma hora fazendo um BO, fazendo anotações. Enquanto isso, ela, que já tinha sido roubada, ao chegar a sua casa, teve uma arma apontada contra a sua cabeça e o seu veículo furtado. Os marginais, nesse período de uma hora, praticaram um segundo assalto sem que o primeiro tivesse sido divulgado via rádio.

A comunidade não quer uma polícia engessada; a Polícia Militar, que deve estar na rua, não pode trabalhar com papel na mão, tem que atender ao cidadão rapidamente e ver que tipo de encaminhamento deve ser dado ao caso. Se for um caso de delegacia, deve levar rapidamente para a delegacia e voltar para a rua para fazer o policiamento ostensivo e preventivo. E essa briga, essa usurpação de funções, porque um policial faz o que o outro deveria fazer, não colabora em nada com a segurança da nossa população.

Sei que o secretário da Segurança Pública está preocupado, inclusive houve uma reunião com o procurador-geral de Justiça, pois o Ministério Público também está preocupado. É necessária, neste momento, muita ponderação, é preciso reunir as cabeças pensantes da Segurança Pública, da Polícia Militar, da Polícia Civil, os técnicos em segurança, que são os policiais, e buscar uma solução para isso.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença, nesta Casa, do ex-comandante-geral da Polícia Militar, coronel Luiz da Silva Maciel. Lembro que tive a oportunidade de trabalhar com o coronel Caminha, com o coronel Eliésio e de me reunir com eles, juntamente com representantes da Polícia Civil e Militar, para buscar alternativas. Alternativas existem, temos é que melhorar e mudar a nossa segurança pública. Sem pré digo que ou mudamos ou a população nos muda.

Por isso é importante que paremos de discutir via jornal, via televisão; é preciso que paremos de buscar culpados e achemos soluções. É importante que as pessoas conversem, é importante que haja integração, pois a comunidade não pode ficar desassistida.

Vi agora, pelo *Twitter,* no *Jornal Página 3*, de Balneário Camboriú, do nosso amigo Mazinho**,** que foram realizados vários furtos no dia de hoje naquela cidade. O problema é que a atenção não está voltada para isso, para o furto, para o roubo, para a atuação das quadrilhas. Estamos com a atenção voltada para um problema institucional e isso tem que ser resolvido. A nossa visão tem que estar focada na segurança da população, no atendimento ao nosso cidadão.

As pesquisas sempre demonstraram isso. E lembro-me que no tempo do saudoso amigo Luiz Carlos Schmidt Carvalho e depois, com o secretário Antenor Chinatto**,** tínhamos pesquisas mostrando que a grande maioria da população reclama mais do mal atendimento do que da falta de solução dos problemas. Então, atender com carinho, ouvir, dar atenção e **ir em** busca do resultado para o cidadão é muito importante.

Assim sendo, a Segurança Pública, neste momento, tem que ser repensada. Temos que unir um grupo de pensadores, de pessoas que tenham experiência para encontrar uma solução. A sociedade cobra isso e temos pessoas capazes, competentes, nas instituições policiais do estado para encontrar essa solução.

É o que o governo quer, mas é especialmente o que o cidadão catarinense quer, que o cidadão catarinense busca.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência agradece a presença do ex-deputado e colega de Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, Dagomar Carneiro. Sinta-se em casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, quero externar os meus cumprimentos ao ex-deputado Dagomar Carneiro, figura que marcou história neste plenário como deputado estadual pelo PDT. É sempre um privilégio e um prazer recebê-lo, companheiro.

Não pude estar aqui, deputado Valmir Comin, na hora da apresentação ontem, cheguei no final, mas casualmente acabei descobrindo, deputado Joares Ponticelli, que o Deputadômetro está no ar.

Hoje vou dormir deprimido, deputado. Confesso que vou ter que passar uma receita de fluoxetina com amitriptilina para mim, porque sou um dos deputados que menos trabalham nesta Casa. Sou o número 30 no ranking da Facisc, deputada Luciane Carminatti. Os membros da Mesa Diretora, para começar, são os que menos trabalham! Então, estão todos na rabeira.

Com relação à classificação, não vi os critérios, somente sei que fui o deputado, nos últimos quatro meses, que mais saiu na imprensa. Há aqui os registros de horário de entrada e saída. Eu vou pedir o registro de todos os dias que estive aqui: a hora que entrei e a hora que saí desta Casa.

Todo o embate feito aqui sobre as aposentadorias por invalidez, que me fizeram

ficar aqui até, às vezes, 1h30 analisando processos, não tem validade. A economia de mais de R$ 4 milhões por ano não tem importância, não tem validade.

Deputado Aldo Schneider, nós, deputados do alto vale, estamos mal, porque v.exa. e o deputado Jorge Teixeira estão mais ou menos na mesma posição e eu sou o último, logo, tenho que trabalhar mais.

Mas já mandei elaborar, deputado Joares Ponticelli, um pedido de informação para saber quem são os devedores do estado, porque vamos ter que fazer aqui o devedômetro, pois cada vez que o governo quer aplicar o programa Revigorar, o projeto passa pela Assembleia. E aí eles passam de gabinete em gabinete pedindo pelo amor de Deus para aprovarmos o projeto.

Quando conversei com o sr. Alaor Tissot, ele disse que o que havia feito era magnífico, que eles estavam errados. Mas está aqui: eu sou o que menos trabalha.

Vamos levantar, nesta tribuna, os pronunciamentos de todos os deputados. A deputada Ana Paula Lima não estava aqui, mas estava em Brasília trabalhando. Então, já vi que no Deputadômetro não estou bem e, deputado Moacir Sopelsa, vou dormir hoje entristecido. Na semana que vem não estarei aqui e quero avisar ao Deputadômetro que estarei viajando numa missão, a minhas expensas, para a China. Vou viajar na sexta-feira - voltei da UFSC agora, onde estávamos acertando bolsas de estudo para estudantes que irão para lá - e voltarei no outro sábado. Visitarei uma das maiores feiras de tecnologia do mundo, está no *blog* do Renan Raul, mas o Deputadômetro não medirá isso, deputado Joares Ponticelli.

Mas voltando à questão dos devedores do fisco estadual, teremos que pontuar começando pelos da Facisc, porque transparência tem que ser coletiva. Quando dizia que temos que colocar tudo no portal, não apenas a Assembleia, estou apresentando, nesta Casa, o Portal da Transparência para o Tribunal de Justiça, para o Tribunal de Contas, como também para o Ministério Público. Todos!

Vou dormir triste hoje. Não discordo do fato de quererem fazer uma avaliação da atuação dos deputados, desde que isso seja uma coisa real, objetiva e não subjetiva, com critérios estabelecidos por quem não conhece a Casa nem o ritmo de trabalho de um deputado. Quero convidar o pessoal da Facisc para entrar no meu carro e ficar um final de semana vendo as ações de um deputado.

Além disso, logicamente, como já foi exposto em *sites,* vou entrar com uma ação por danos morais, porque sei que a Oposição vai distribuir isso aqui e vou recuperar esse espaço depois. Terei que pagar matéria em jornais e coisa e tal, por isso vou pedir, juridicamente, esse mesmo direito e que coloquem como critério de avaliação o horário de entrada e saída na Assembleia Legislativa, pois cada cargo da Mesa, deputado Moacir Sopelsa, tem uma ação específica! Então, que critério é esse? O cidadão resolve inventar um critério e estabelecer que ele servirá para julgar a atuação de todos nós.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar e agradecer ao jornalista Raul Sartori pelo fato de ter colocado uma matéria esta semana no jornal dizendo que, em decorrência do nosso trabalho com relação às distorções que havia nesta Casa, estava sendo feita uma série de notas no sentido de criar informações a meu respeito.

Fala-se no Deputadômetro, deputado Valmir Comin. E se olharem o *site* que há sobre transparência dos deputados, e essas notas factóides e sem assinatura que saíram a meu respeito, verão que há lá processos que tive quando prefeito. E processos que, no Tribunal de Contas e no Tribunal de Justiça, ganhei todos, mas que estão lá registrados como processos existentes a meu respeito. E já que vou entrar com uma ação sobre essas notas factóides, vou aproveitar e também entrar com uma ação sobre isso que está lá, porque eles têm que acompanhar o resultado dos processos.

Então, com muita tranquilidade, estamos enfrentando tudo isso. E quero até cumprimentar a Facisc pela iniciativa, porém com um conteúdo de resultado pífio e, principalmente, uma forma de análise subjetiva, sem analisar tecnicamente o trabalho de cada um.

Logicamente, quero cumprimentar o deputado Sargento Amauri Soares, que é o primeiro da lista do Deputadômetro. E como ele não pode ir até o quartel, porque se for pode ficar preso, então fica enclausurado aqui dentro. Mas quero parabenizá-lo e vou acompanhá-lo para ver se subo um pouquinho no ranking.

Deputado Moacir Sopelsa, continue coordenando a Mesa Diretora para subir uns pontinhos no ranking, porque v.exa. também está mal no Deputadômetro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Jailson Lima, vou fazer um comentário sobre o seu pronunciamento. Há deputados que estão em 35º lugar, em 36º lugar, mas que são secretários de estado, contudo foram avaliados como deputados. Quer dizer, se pegarem esses números e mostrarem na região, ficará uma situação difícil e constrangedora. Como um deputado que está ocupando uma secretaria de estado vai somar pontos na Assembleia Legislativa?

Então, não tenho nada contra que se faça a avaliação, que se veja o desempenho dos deputados, mas que haja critérios que de fato representem a realidade.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar os srs. deputados e também todos aqueles que acompanham esta sessão.

Estava analisando o ranqueamento e vi que apresentei oito projetos e nenhum aprovado. Aí pensei: quem sabe se eu mudar de partido terei os oito pontos validados. A consequência é que teria mais oito pontos, mas perderia no critério fidelidade partidária. Então, é difícil essa avaliação e o melhor é ficar onde estou, deputado Sargento Amauri Soares.

No entanto, esses critérios são incoerentes porque não dão a dimensão da nossa atuação. Por exemplo: hoje pela manhã presidimos uma audiência pública sobre a merenda escolar em Santa Catarina, juntamente com o deputado Dirceu Dresch. Essa audiência começou às 9h30 e terminou às 12h30. A audiência foi altamente produtiva e dela resultaram 11 propostas que serão encaminhadas ao governo do estado. E quero destacar a primeira proposta: fiscalizar todo o processo de privatização e terceirização da merenda escolar na rede estadual, porque houve denúncias de que servidores terceirizados não recebem o salário mínimo regional, conforme determina lei aprovada nesta Casa. Além disso, em função dos 62 dias de greve do magistério muitos servidores, mesmo não sendo professores, tiveram o desconto dos dias equivalentes ao período de greve.

Já a segunda proposta diz o seguinte: reiterar ao governo do estado a importância da manutenção da sua posição de suspensão da terceirização da merenda escolar a partir do ano que vem.

Queremos que o governo de Santa Catarina não volte atrás, que o governador mantenha a sua posição.

Terceira proposta: apoio a três projetos que estão tramitando nesta Casa. Um deles, deputado Padre Pedro Baldissera, aumenta de 30% para 50% a aquisição mínima de produtos dos agricultores familiares para a merenda escolar. Outro projeto, de autoria do deputado Dirceu Dresch, garante que, desses 50%, 20% sejam de produtos orgânicos. O terceiro projeto, também de nossa autoria, proíbe a privatização e a terceirização da merenda escolar em Santa Catarina.

Outro aspecto levantado foi a necessidade de que as secretarias de estado da Agricultura e da Educação, juntamente com a Saúde, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Segurança Alimentar e cooperativas de agricultores, estabeleçam uma política de alimentação escolar para Santa Catarina, combinando a gestão e a organização da produção, porque em algumas regiões há uma produção ainda muito tímida e precisamos ter uma produção em maior quantidade, com produtos ainda mais diversificados.

Também foi deliberado sobre a gestão dessa alimentação. Não cabe às escolas se preocuparem com a compra e o controle dos alimentos. Isso cabe ao governo do estado, através da secretaria de Desenvolvimento Regional, que deve, então, articular a política de gestão da alimentação, combinando, inclusive, com essa administração da merenda em cada cidade, de acordo com cada região.

Deliberou-se também sobre a importância de que as nutricionistas façam aquilo que é sua função. E a denúncia que recebemos hoje, da 10ª Regional do CRN, foi que muitas nutricionistas não estão fazendo o trabalho que deveriam fazer, que é garantir a educação nutricional. Elas estão tendo que levar uma lata de azeite ou outro produto para a escola, quando estiver faltando. Ou seja, não é trabalho delas garantir o alimento nas escolas. Portanto, que as nutricionistas façam um trabalho educativo com a comunidade, os alunos e os professores.

Também foi discutida a necessidade de uma política de recursos humanos, combinando concurso público para merendeiras e também respeito às atuais trabalhadoras terceirizadas, para que não sejam abandonadas e simplesmente se coloque qualquer profissional para fazer o alimento.

Foi levantada também como proposta a implantação de uma política estadual de incentivo ao fortalecimento das agroindústrias familiares. O governo de Santa Catarina precisa proteger, defender e ter uma política de incentivo para que tenhamos, em cada canto deste estado, agroindústrias familiares produzindo produtos na área do leite e derivados, produtos panificados, produtos na

área de grãos. Enfim, que tenhamos uma política de fortalecimento das agroindústrias familiares.

Discutiu-se ainda que é necessário investigar a aplicação e, portanto, o destino correto dos recursos que foram repassados para a compra da merenda escolar.

Por último, deliberamos sobre algo que também é muito importante e que foi revelador na greve do magistério, ou seja, o fato de que os nossos professores não podem alimentar-se com a merenda que os alunos recebem. E a resposta é simples: o FNDE tem a compreensão de que os recursos do Programa Nacional da Alimentação Escolar são para custear o alimento dos estudantes e não dos professores. Nós nos manifestamos contra essa política e entendemos que tanto o governo federal como também os governos estaduais e municipais precisam garantir aos professores a alimentação, sim, junto com os alunos. Porque quando um professor senta na frente dos seus alunos e come a mesma comida, acho que isso, por si só, já é um gesto educativo.

Então, com relação à alimentação dos professores, é preciso discutir a distância da escola à sua residência, porque hoje muitos deles têm somente um cubículo onde esquentam num fogãozinho, que fica num cantinho, a marmita que levam, uma vez que um vale de R$ 6,00 não garante a saciedade de ninguém.

Todas essas propostas foram ouvidas atentamente por várias entidades e o que mais me marcou nessa audiência pública foi a unanimidade das entidades, no sentido de que o processo de terceirização e privatização da alimentação escolar em Santa Catarina precisa ser interrompido.

Srs. deputados, já demos dinheiro demais para essas empresas que, inclusive, estão sendo investigadas. E mais do que darmos dinheiro a essas empresas que o levam para outros estados e não o aplicam na economia catarinense, há outro agravante: os nossos agricultores, ao participarem da merenda escolar, têm a possibilidade de gerar renda e dar dignidade às suas famílias, coisa que não está acontecendo.

Então, é essa política, é esse espírito que termos que construir em Santa Catarina. E quando o governador diz que vai interromper a terceirização, merece os nossos aplausos, porque sabemos, deputado Kennedy Nunes, que há muita pressão para ele volte atrás na sua decisão.

Queremos deixar clara a nossa posição: o governador terá o nosso apoio, mas mais do que interromper esse processo, terá que mudar muita coisa, porque antigamente faltavam alimentos para a merenda e não havia uma política combinada: Educação, Saúde e Agricultura. Desejamos uma política de estado com todas essas questões garantidas, para que os estudantes possam ter uma alimentação adequada e decente.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, fiz um pedido agora, deputado Jailson dos Santos, pelo *Twitter*, para que a Facisc coloque no meu nome no *site* um *link* para o meu *twitter*, a fim de que todos possam ver o trabalho que realizo fora do plenário. O deputado José Milton Scheffer também utiliza essa ferramenta de comunicação, que é a verdadeira ferramenta para o parlamentar que quer mostrar o seu trabalho diuturno.

Sr. presidente, vai ocorrer amanhã uma audiência pública em Araranguá, na qual estarão presentes os deputados da região. Como sou de Joinville, não vou a essa audiência pública, mesmo porque elas são requeridas por parlamentares para ajudar a resolver uma questão pontual. Inclusive, já realizei uma audiência pública em Joinville na qual eu era o único deputado presente. E nem posso reclamar, porque o assunto estava relacionado ao meu mandato.

Mas vou esperar para ver qual será a manifestação da Facisc, muito embora tenhamos que tomar algumas atitudes. Eu, por exemplo, aprovo o pedido de informação de autoria do deputado Jailson Lima sobre os devedores da Facisc que foram beneficiados com o Revigorar. E somente gostaria de pedir à Facisc que coloque a pontuação das vezes em que esteve nos corredores desta Casa e nos nossos gabinetes pedindo que fossem aprovados projetos que beneficiavam os devedores. Acredito que é importante colocar isso para que a sociedade catarinense possa ver que a Facisc também vem aqui pedir que seja aprovado o perdão de dívidas de empresários ligados à Facisc, que não pagaram os seus tributos.

Então, vou solicitar à recepção da Casa que, todas as vezes em que entrar alguém da Facisc, seja anotado e dito: "Nesse momento, pessoas da Facisc estão fazendo *lobby* junto aos gabinetes dos deputados para que aprovem o perdão de suas dívidas". Acho que será muito interessante isso!

Mas quero falar sobre algo que atinge todos os brasileiros, e aqui em Santa Catarina está acontecendo um problema bem pontual nas delegacias da Receita Federal de Joinville e Blumenau.

Estive, deputado Sargento Amauri Soares, conversando com o delegado da Receita Federal de Florianópolis, que cuida desde Itajaí até a divisa com o Rio Grande do Sul. São 72 municípios que a delegacia da Receita Federal de Florianópolis cuida. E existem delegacias em Joinville, Blumenau, Florianópolis, Lages e Joaçaba. São cinco delegacias ligadas à superintendência da Receita Federal em Curitiba, que cuida tanto do estado do Paraná como de Santa Catarina.

Deputado Sargento Amauri Soares, há pessoas com deficiência física, problemas de coordenação motora, e outras com deficiência mental. Para taxistas existe uma lei que garante que, na compra de um veículo novo, não será cobrado o ICMS, o IPI e o IOF em cima dos financiamentos. Essa é uma ajuda muito grande, porque dá uma diferença de quase 40% no preço final do veículo. E esses pedidos têm que ser deferidos pela Receita Federal, quando se trata de IOF e IPI, e também pela Receita Estadual, quando se trata de ICMS.

O que está acontecendo é que quando o cidadão vai requerer o cumprimento do direito que está garantido em lei - inclusive, quero dizer aos telespectadores que até a mulher que faz a retirada da mama por conta de um câncer, a mastectomia, tem direito a esse desconto, e eu não tinha essa informação, deputado Sargento Amauri Soares, de que a mulher que faz mastectomia pode requerer a isenção do IPI, IOF e ICMS na compra do veículo novo -, o estado, que mecanizou o processo, em uma semana defere o processo e já está liberada a compra do veículo sem ICMS. Já a Receita Federal, do governo federal, está levando até quatro meses para deferir, ou não, um processo de compra de carro.

Diante disso fui checar. Conversei com o delegado de Florianópolis, que me disse que antigamente era feita por técnicos e por analistas. Hoje, a exigência é que seja feita por auditores. Então, isso gera uma complicação um pouco maior, pois a demanda aumentou. Há, por exemplo, poucos auditores que estão somente nessa área e isso dá uma complicação maior.

Em Blumenau e Joinville - e por isso que na sexta-feira terei uma audiência com o delegado da Receita Federal de Joinville, para tratar do assunto e verificar o que está acontecendo - está havendo muita demora, muita vezes ultrapassando quatro meses. O que acontece? O cidadão compra o carro, dentro do que garante a lei, ou seja, isenção de ICMS, IPI e IOF, mas quando está para fechar o negócio fica dependendo do deferimento da Receita, o que pode levar cinco, seis ou até sete meses. Há um caso, em Joinville, que está há oito meses - o bebê está para nascer - emperrado. Fica oito meses emperrado e quando sai a autorização, o que acontece? Acontece que o preço do veículo já não é mais o mesmo, pois o preço de venda dos veículos muda todo mês.

Então, apenas queria deixar isso registrado, porque estive conversando com o delegado lá de Joinville para saber qual é o problema e se preciso for irei a Curitiba conversar com a superintendência da Receita Federal para saber se há como mudar, deputado José Milton Scheffer, porque não podemos deixar que um cidadão, que tem direito ao benefício da lei, fique dependendo de um deferimento.

Assim, queria colocar novamente às pessoas, principalmente de Joinville, que me ligaram e que estão apavoradas com esse problema, que estamos tratando disso. Ontem falamos com o delegado de Florianópolis e na sexta-feira vamos tratar com o delegado em Joinville para que possamos agilizar esse trabalho.

Deputado Jailson Lima, esse é um dos trabalhos que todos fazemos e não tem nada a ver com audiências, plenário ou comissões, porque o deputado que diz que vem a esta Casa somente para participar de audiência, plenário e comissões não está cumprindo seus compromissos.

Por isso, faço esse registro aos cidadãos que procuraram o nosso mandato para reclamar sobre essa questão do imposto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Quero aproveitar para registrar a presença do nosso sempre deputado Décio Góes, da cidade de Criciúma, que além de ter sido prefeito, foi um grande deputado representando a região sul.

Seja muito bem-vindo, deputado Décio Góes.

O próximo orador inscrito é o deputado José Milton Scheffer, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero cumprimentar o ex-prefeito, ex-deputado e arquiteto Décio Góes, lá do sul do estado, um deputado de referência. Trabalhamos em conjunto, quando ele estava nesta Casa, na defesa dos interesses dos municípios catarinenses, realizando audiências públicas. É uma alegria tê-lo aqui conosco, Décio Góes!

Gostaria de falar hoje, já que se questionou tanto o trabalho dos políticos, sobre o papel dos políticos na sociedade. Para que existem políticos na nossa sociedade? Acima de tudo, política nada mais é do que arte, a ciência da organização, da direção na administração de estados, municípios e nações. É uma forma que a sociedade encontrou para organizar o seu funcionamento. É através dos políticos que se criam projetos e ações que permitem o funcionamento das comunidades de maneira democrática, harmônica e é também através da política que conseguimos, sem dúvida alguma, administrar as nossas diferenças e organizar o funcionamento da vida em sociedade.

Para que o médico possa trabalhar no hospital, no posto de saúde, são necessárias leis, regras e a atuação dos políticos, seja do Poder Executivo ou do Legislativo. E a transparência, sem dúvida, é uma necessidade da sociedade. É preciso que a sociedade acompanhe os seus parlamentares, e a Facisc, com esse objetivo, no dia de hoje, criou critérios de ranqueamento, nem sempre justos, nem sempre transparentes ou lúcidos, que deveriam permitir que a sociedade analisasse o trabalho de cada parlamentar.

Por isso, fica o pedido, a solicitação, para que essa entidade, que tanto nos orgulha, possa encontrar outro caminho para mostrar o trabalho dos parlamentares sem que seja necessário o ranqueamento, porque isso pode levar a distorções quanto ao trabalho dos parlamentares. Sugiro que seja refeita essa avaliação, para que se mantenha a transparência, mesmo porque a Assembleia Legislativa é o Poder mais transparente do estado de Santa Catarina.

Estou aqui há sete meses, com muito orgulho, participando desse trabalho, representando a população do nosso estado, da nossa região. Esta Casa serve de palco para muitos e muitos debates! Esta semana tivemos o debate sobre a capitalização da Casan e recebemos todas as pessoas que tinham vontade, que tinham interesse em colocar o seu ponto de vista a respeito da nossa Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. A Assembleia Legislativa sempre está à disposição! Não há nenhum outro poder onde a sociedade possa manifestar-se tão livremente, até mesmo questionar o trabalho dos parlamentares que dirigem esta Casa.

Por isso, com muito orgulho, participo desta legislatura representando a sociedade catarinense e a cada dia aprendendo mais a importância do trabalho dos deputados estaduais.

Gostaria de citar um ofício recebido da Associação Empresarial de Criciúma, a nossa querida Acic, que fala sobre a sinalização em diversos trechos da BR-101, que tem deixado muito a desejar.

Através desse ofício, a Acic pede, através do seu presidente, Valcir Fontana, à Assembleia Legislativa que interceda junto ao DNIT e aos órgãos de fiscalização das empreiteiras, a fim de que seja melhorada a sinalização da BR-101, notadamente no trecho entre Palhoça e Paulo Lopes.

Tenho passado, semanalmente, pelo menos duas vezes por aquele trecho e tenho observado o elevado número de acidentes e a dificuldade dos motoristas em transitar devido ao atraso da obra, que em si já é uma penalização para a sociedade, que também sofre pela carência de sinalização adequada. Sabemos que isto foi colocado na licitação e é um compromisso das empreiteiras, ou seja, a colocação de sinalização adequada. No Rio Grande do Sul, as empresas que tocavam a obra sinalizavam fortemente os desvios.

Por isso, quero chamar a atenção do DNIT para que acione a sua fiscalização e também as empreiteiras e que resolva, de uma vez por todas, esse problema, já que essa obra está demorando muito, mas pelo menos uma sinalização adequada tem que existir para preservar a vida das pessoas.

É preciso chamar a atenção, neste momento, para o aumento de acidentes, deputado Kennedy Nunes, no primeiro semestre em todas as rodovias catarinenses. O número de acidentes aumentou em 13%, o número de mortes também, 616 pessoas morreram nas estradas catarinenses vítimas de acidentes. Isso nos deixa muito triste, porque são 616 pessoas e muitas delas catarinenses. São jovens, são crianças que morreram por negligência, pela falta de sinalização, pelo atraso das obras. Trata-se de um índice que chama a atenção, é o que diz o editorial *Diário Catarinense,* do dia 7 de agosto, que chama atenção de todos nós.

Gostaria de juntar a isso o ofício da Associação Comercial de Criciúma pedindo maior sinalização nas rodovias, principalmente no trecho sul da BR-101. Temos que chamar a atenção das autoridades para isso, para que possamos, de uma vez por todas, diminuir esse índice no segundo semestre.

Quero, deputado Joares Ponticelli, convidá-lo e também aos demais pares da nossa Casa, para uma audiência pública, da qual somos proponente, que vai acontecer nesta sexta-feira, no Grêmio Fronteira, em Araranguá, para debatermos a situação daquele hospital. É o único hospital do sul do estado, inaugurado em 1983, e até hoje não encontrou o seu caminho para atender à população, o que faz com que as prefeituras continuam utilizando a "ambulancioterapia", que está cada dia mais forte. Agora, já há a "onibusterapia", para levar os doentes para os hospitais de Tubarão, Criciúma e Florianópolis, quando, na verdade, já háá o Hospital Regional de Araranguá.

Queremos um novo encaminhamento. Assumimos o compromisso com a população do vale do Araranguá de fazer com que aquele hospital se torne referência em atendimento de saúde e o governador Raimundo Colombo vai ajudar-nos nisso.

Essa audiência pública foi um pedido da Aciva - Associação Comercial e Industrial do Vale do Araranguá -, do CDL, da Amesc, através do prefeito Mariano Mazzuco e de todos os prefeitos da região, da Associação dos Funcionários do Hospital Regional de Araranguá e da Câmara de Vereadores de Araranguá. Há pouco recebi um telefonema do presidente Wilson Sasso, que colocará toda a estrutura da Câmara de Vereadores à disposição dessa audiência para ajudar.

Esperamos, sim, que saia um documento para ser levado ao secretário Dalmo Claro de Oliveira e também ao governador Raimundo Colombo, nos próximos dias, pedindo uma ação mais efetiva na gestão do Hospital Regional de Araranguá, uma vez que a Unesc vai deixar a gestão. Queremos que a próxima instituição que assuma a direção tenha condições de transformar aquele hospital em referência na qualidade e no atendimento à população do sul do estado.

Esse é o nosso pedido, e fica aqui o convite para que todos os nossos companheiros participem dessa audiência pública, na próxima sexta-feira.

Queremos agradecer, sr. presidente, a oportunidade de usar a tribuna.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, infelizmente, a forma como foi feita esse ranqueamento pela Facisc, virou piada. O presidente Gelson Merisio está quase reprovado, assim como v.exa., deputado Jailson Lima. O presidente da Assembleia Legislativa, que está aqui todos os dias conduzindo os trabalhos da Casa, está em 27º lugar! Se não fosse um absurdo, seria piada. Isso mostra que esse ranqueamento da Facisc não está certo. O deputado Gelson Merisio foi presidente da Facisc e não teve nem a complacência da entidade que presidiu.

Então, acho que é um absurdo dessa ideia de ranqueamento e quero repetir a todos os catarinenses que nos acompanham que não há nenhum problema, podem colocar no *site* a minha conta de campanha, a minha declaração de bens, as minhas atividades etc. A minha presença em plenário e as diárias constam do *site* da Alesc, o Portal da transparência; então, podem tirar os dados de lá e colocar no portal da Facisc. Não há problema, não tenho o que esconder. O homem público não pode pensar que nos dias atuais vai esconder as suas diárias, suas ações, porque não há mais como fazer isso. Graças a Deus! Hoje em dia tudo é feito com transparência, está tudo aberto e cada um que responda pelos seus atos.

Eu respondo, venho aqui e não tenho nenhuma dificuldade. Um jornalista de minha cidade, deputado José Milton Scheffer, outro dia, disse algo, e não sei se a intenção dele era fazer uma intriga entre mim e o deputado José Nei Ascari, mas liguei para ele dizendo que se esse fosse o objetivo que esquecesse, porque eu e o deputado José Nei Ascari somos, acima de tudo, amigos, respeitamo-nos e sempre convivemos muito bem mesmo quando estávamos em lados opostos, imaginem agora que estamos juntos na base do governo e a nossa ação é conjunta na região da Amurel. Disse ainda ao jornalista que se a intenção era colocar-me em confronto com o deputado José Nei Ascari, que desistisse, porque não vamos brigar, não temos motivo para isso.

Pois bem. Aquele jornalista acessou o Portal da Transparência e pegou o número de correspondências que o meu gabinete encaminha todos os meses e comparou com o número de correspondências enviadas pelo deputado José Nei Ascari. Ora, isso é uma coisa ridícula porque cada um tem um estilo de trabalhar. Cada deputado possui um número de pessoas cadastradas. Eu converso com meus eleitores por correspondência, por *e-mail*, por telefone, cada um tem uma forma de trabalhar. Eu encaminho uma média de 2.500 a 3.000 correspondências por mês, dependendo do mês, e fiz isso durante os 13 anos que estou aqui. Isso dá, deputado José Milton Scheffer, uma média de R$ 1.200,00 a R$ 1.300,00 por mês de correspondência. Mas é o meu jeito de trabalhar. Há deputados que gastam mais do que isso e deputados que gastam menos que isso, mas não dá para ranquear porque, repito, cada um tem seu estilo. O importante é estar lá no portal e cada um responder pelos seus atos. Agora, ranquear, como a Facisc fez aqui, pela presença no plenário, pela presença nas comissões e audiências públicas apenas, isso não é justo.

Gostaria de dizer ainda que agradeço muito o convite, o apelo que o deputado José Milton Scheffer fez para participarmos da audiência pública para tratar da questão do Hospital Regional de Araranguá. Eu conheço o problema, mas, infelizmente, na sexta-feira não poderei participar, por isso justifico minha ausência de público e peço ao deputado José Milton Scheffer que justifique também lá em Araranguá, onde tenho compromissos, amigos, mas não vou poder comparecer, deputado José Milton Scheffer, porque ao meio-dia estarei em Florianópolis participando de um programa de televisão, num estúdio, ao vivo, falando sobre as atividades da Escola do Legislativo, que presido. Depois disso, às 15h, estarei na Universidade Federal de Santa Catarina prestigiando um querido primo, que é meu afilhado e vai formar-se em Engenharia de Automação. Deputado Jailson Lima, tenho que prestigiar meu primo Diego, na condição de parente, de padrinho, de familiar. Por isso, não poderei comparecer à audiência pública em Araranguá.

Mas vejam, segundo o *ranking* da Facisc, vou perder pontos porque não vou estar na audiência pública em Araranguá. Há dias, deputado Sargento Amauri Soares, que são realizadas três audiências públicas no estado, uma no norte, uma no oeste e outra no sul. Nesse caso, o que a Facisc quer que façamos? Quer que nos dividamos em três? Ou ela vai-nos fornecer um sósia?

Quem planejou esse ranqueamento não tem nenhuma informação, nenhum conhecimento do processo legislativo, deputado Sargento Amauri Soares. Não é assim que se mede a competência, a eficiência, o trabalho de um parlamentar. Tivemos parlamentares que tiveram 100% de presença no plenário na outra legislatura, mas quanto à produtividade? E os deputados que apresentaram centenas de projetos de lei, quase todos inconstitucionais?

Eu participo, deputado Sargento Amauri Soares, da CCJ, e v.exa. conhece a minha prática, pois estou há 12 anos, dos 13 de mandato, nessa comissão e sou um defensor da rejeição de todos os projetos com vício de origem, projetos inconstitucionais. V.Exa. conhece a minha luta. E por quer ajo assim? Porque não adianta aprovar projeto inconstitucional, derrubar o veto e promulgá-lo, porque o Poder Executivo requer a inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça a decreta.

O ministro Gilmar Mendes, recentemente, disse a mais de 300 deputados, numa reunião da Unale, em Brasília, o seguinte: "Se vocês quiserem apresentar projeto inconstitucional, podem apresentar, mas saibam que no dia em que ele for aprovado, vocês estarão marcando um encontro com o Judiciário, e a decisão é sumulada."

Então, não vamos fazer de conta que está tudo bem, que esse *site*, que essa intenção do ranqueamento é boa. Não é justa! O propósito até pode ter sido bom, deputado José Milton Scheffer. Repito, coloquem todas as minhas atividades no *site*, que não há problema. Se quiserem colocar um *chip*, como o deputado Valmir Comin sugeriu, não há problema, porque respondo pelos meus atos, mas ranquear?!

E vimos o que aconteceu: o deputado Jailson Lima, um deputado atuante, tocando a tropa; o deputado Gelson Merisio, presidente da Casa, que está aqui diariamente enfrentando uma saraivada de questionamentos, quase tocando a tropa. Que critério é esse? Não é justo!

Conversei há pouco com o querido amigo Eduardo Nunes, presidente da Acit de Tubarão e vice-presidente da Facisc, e repeti aquilo que havia dito aqui: podem colocar as informações de todos os deputados no *site*, não há problema, mas para preservar a boa relação que sempre houve entre esta Casa e a Facisc, que se retire imediatamente do ar o ranqueamento porque não tem cabimento, é injusto.

E a minha posição não é tão ruim assim! Estou empatado com o deputado Kennedy Nunes em 17º lugar. Portanto, minha nota ainda estaria acima de 5. Somos 40. Então, se dividirmos, quem estiver até o 20º lugar terá mais de 5, quem estiver do 20º lugar para baixo terá menos de 5. Então, a minha nota ainda é azul. Existe uma boa parte de colegas, como os deputados Jailson Lima, Gelson Merisio e outros, que estão com nota vermelha, mas o critério é injusto.

Por isso, faço um apelo, em nome da boa intenção que pode ter tido a Facisc, para que retirem imediatamente do ar o ranqueamento porque o deputado Jailson Lima já anunciou que vai ingressar com uma ação judicial por danos morais. E se não for retirado o ranqueamento, este deputado e outros, não tenho dúvidas, também o farão, porque não é justo esse critério.

Repito, todas as informações do meu gabinete, do meu trabalho são públicas, podem procurar no Portal da Transparência, no gabinete, e colocar no portal que quiserem, mas se for para ranquear, que se faça de forma justa, não da forma injusta que está posta.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 273, de 16 de agosto de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art.85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 1985, c/c a Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009 c/c o Ato da Mesa nº 315, de 19 e maio de 2010, deste Poder,*

CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE pela prestação de serviços em locais insalubres, de grau médio - 30% (trinta por cento) do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Coordenadoria de Saúde e Assistência:

Matr	Nome do Servidor	Setor	a partir	Proc. nº
0926	Aristeu Vieira Stadler	Corpo Clínico	24/05/11	0768/2011
1022	Walbia Salete Bittencourt Correa	Corpo Clínico	04/05/11	0659/2011

Deputado GELSON MERISIO - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretario

Deputado Antônio Aguiar - Secretario

Republicado por Incorreção

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO Nº 147/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 025/2011 celebrado em 15/07/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Prefeitura Municipal de Içara
OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico 5 x 5 m² na Festa do Colono que acontecerá nas dependências do CTG Querência, localidade de Boa Vista, município de Içara SC., com direito ao que segue:
• fixação de *banner* institucional;
• cessão de espaço físico e instalação de stand;
• utilização de símbolo/logomarca institucional;
divulgação e distribuição de material institucional.
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00
PRAZO: 15, 16 e 17 de julho de 2011.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 059/2011.
ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).
Florianópolis, 18 de agosto de 2011.
Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 148/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 045/2011, celebrado em 15/07/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Prefeitura Municipal de Içara
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto Aquisição de cota de participação e de espaço físico 5 x 5 m² na Festa do Colono que acontecerá nas dependências do CTG Querência, localidade de Boa Vista, município de Içara SC., com direito a fixação de *banner* institucional; instalação de stand; utilização de símbolo/logomarca institucional; divulgação e distribuição de material institucional.
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00
VIGÊNCIA: 15 a 17 de julho de 2011.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0059/2011-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 025/2011;
Florianópolis, 18 de agosto de 2011.
Deputado Gelson Merisio - ALESC
Prefeito- Gentil Dory da Luz

*** X X X ***

EXTRATO Nº 149/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 026/2011 celebrado em 26/07/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Sergio Airan Canale
OBJETO: 600 (seiscentas) mini esculturas da Ponte Hercílio Luz e 100 (cem) mini esculturas da peça "O Violinista".
VALOR GLOBAL: R$ 28.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput da Lei Federal n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Autorização para o Processo Licitatório nº 0058/2011- LIC
ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 - Manutenção e Serviços Administrativos Gerais.
Sub-Elemento: 3.3.90.32.99. - Outros materiais de Distribuição Gratuita
Florianópolis, 18 de agosto de 2011.
Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 150/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 047/2011, celebrado em 08/08/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Sergio Airan Canale
OBJETO: Aquisição de 600 (seiscentos) mini esculturas da Ponte Hercílio Luz e 100 (cem) mini esculturas da peça "O Violinista", ambas de autoria do artista e escultor Sérgio Airan Canale.
VALOR GLOBAL: R$ 28.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 026/2011; Autorização para Processo Licitatório nº 058/2011 - LIC
Florianópolis, 18 de agosto de 2011.
Deputado Gelson Merisio - ALESC
Próprio beneficiário- Sérgio Airan Canale.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 151/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 048/2011, celebrado em 12/08/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Industria de Alimentos Santa Catarina Ltda
OBJETO: Fornecimento de café, Marca Santa Catarina Gourmet, mediante entrega programada.
VALOR GLOBAL: R$ 51.408,00
VALOR UNITÁRIO POR QUILO: R$ 21,42
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão CL nº 022/2011; Autorizações para Processo Licitatório Nº 0061/2011 - LIC, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.
Florianópolis, 18 de agosto de 2011.
Deputado Gelson Merisio - ALESC
Micheli Poli Silva Gelsleichter- Sócia

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 216

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e adota outras providências", vetando, contudo, o art. 48, I e II, bem como às 180 (cento e oitenta) subações incluídas no anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, por ser inconstitucional.

O parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual acato e permito-me incluir copmo aprte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 08 de agosto de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Oficio SEF/GABS nº 640/11 Florianópolis, 22 de julho de 2011.
Excelentíssimo Senhor
ANTÔNIO CERON
Secretário de Estado da Casa Civil
Florianópolis - SC

Senhor Secretário,

Após exame do autógrafo do Projeto de Lei Nº 0140.1/2011, de origem *governamental, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e adota outras providências"* sugerimos a **sanção parcial** pelo Chefe do Poder Executivo, em conformidade com o disposto no caput do artigo 54 da Constituição Estadual, propondo veto ao artigo 48 e seus incisos I e II, do referido autógrafo, a seguir transcritos:

*"Art. 48. O projeto de lei das diretrizes orçamentárias **para o exercício financeiro do ano de 2013** observará, além das regras exigidas pela Constituição Estadual e pela Lei de Responsabilidade Fiscal o seguinte:*

I- Anexo com resumo das políticas setoriais do Governo;

*II - Anexo com resumo da política econômica do Estado, análise da conjuntura econômica, com indicação do cenário macroeconômico **para 2013,** e suas implicações sobre a proposta orçamentária **para 2013**."*

Registramos que a presente proposta fere o artigo 120 da Constituição Estadual, em especial as determinações contidas nos incisos I e II, de seu parágrafo 3º, abaixo transcritos, haja vista que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais para o exercício financeiro subsequente, no caso, para o exercício de 2012, além do que, essa proposta estabelece regras para a elaboração da própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando deveria orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

"Art. 120. O plano plurianual, ***as diretrizes orçamentárias*** *e os orçamentos anuais, estruturados em Programas Governamentais, serão estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo, precedidas da realização do Congresso Estadual do Planejamento Participativo, de acordo com o disposto em Lei Complementar".*

(.).

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias:

I - arrolará as metas e as prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - orientará a elaboração da lei orçamentária anual;

Ressaltamos ainda que, não há na atual legislação constitucional ou infraconstitucional, regra contida que trate do conteúdo proposto a ser observado quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mesmo sendo essa uma proposta meritória.

Igualmente, apresentamos proposta de veto às 180 (cento e oitenta) subações incluídas no anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, cujas razões seguem abaixo:

O anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2012, constante do Autógrafo do Projeto de Lei nº 0140.1/2011 foi acrescido de 180 (cento e oitenta) subações, por meio de emenda no parlamento que, somadas as 121 (cento e vinte e uma) subações propostas pelo Poder Executivo, a quem cabe a iniciativa de elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, totalizaram 301 (trezentos e uma) subações que, se aprovadas, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2012.

Em decorrência da não conclusão do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, que, por força constitucional deverá ser encaminhado a Assembleia Legislativa ate quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do atual mandato governamental, o Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual para 2012 apresentou um conjunto de 121 (Cento e vinte e uma) subações, constantes do Plano Plurianual em vigência - PPA 2008-2011, que contemplam contratos de obras e serviços que terão continuidade no exercício de 2012 e, que por isso, serão obrigatoriamente incluídas no Plano Plurianual - PPA 2012-2015 e na Lei Orçamentária para o exercício de 2012.

Ademais, sobre este tema, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Gilmar Knaesel, em seu Relatório Preliminar referente ao presente Projeto de Lei, assim relatou:

"Este fato reafirma a importância da medida tomada por esta Comissão em protelar para o 2º Semestre a realização das Audiências Públicas Regionais, porque nem mesmo o Poder Executivo tem o seu Planejamento de longo prazo concluído, ampliando também, por outro lado, a possibilidade de participação da sociedade na priorização de suas demandas, a serem incluídas no PPA, LOA, e na alteração desta LDO, cujo ANEXO DE METAS E PRIORIDADES se alicerça no PPA anterior, revelando o compromisso com a continuidade das obras e serviços, mas não sinalizando as políticas públicas a serem implementadas pela nova gestão."

Com a inclusão de mais 180 (cento e oitenta) subações, o Poder Executivo ficaria obrigado a incluí-las no orçamento para o exercício de 2012, porém, com valores subestimados no tocante as metas financeiras necessárias para a sua execução, o que levaria o planejamento orçamentário a uma descaracterização, porque somente cabe definir ações se existe suficiente previsão de recursos, que realmente possam ser executadas e que tenham garantia de recursos financeiros, ou seja, construido com base em metas físicas e financeiras.

Tal quantidade de subações consideradas prioritárias são incondizentes com a realidade do Estado, o que levaria a fixação de subações inexequíveis, tanto financeiramente como em metas físicas, sobretudo, ao se considerar que a inclusão das novas subações no Anexo correspondente não observa a possibilidade de seu financiamento.

Tendo em vista que as metas de despesas fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) orientam a fixação das despesas nas respectivas LOAs, essas devem espelhar a realidade econômica e financeira para tornar possível a sua execução.

Cabe ressaltar que a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), em seu art. 1º, parágrafo primeiro, estabelece o planejamento como aspecto imprescindível a uma gestão fiscal responsável -juntamente com a transparência e o equilíbrio pelo qual as peças orçamentárias devem constituir efetivos instrumentos de programação das ações de governo, conforme suas metas para o exercício e, para tal, precisam estar em consonância com a realidade econômico-financeira do Estado. Do contrário, perdem efetividade, tornando-se inócuas, descumprindo a legislação supracitada e, sobretudo, gerando falsas expectativas na sociedade.

Isto posto, reiteramos a sugestão de veto ao artigo 48 e seus incisos I e II, devido à clara inconstitucionalidade do conteúdo da emenda introduzida no autógrafo legislativo, bem como às 180 (cento e oitenta) subações incluídas no anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual - Autógrafo do PL Nº 0140.1/2011.

Atenciosamente,

Ubiratan Simões Rezende
Secretário da Fazenda

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 0140.1/2011

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e adota outras providências.

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 120, § 3º, da Constituição do Estado e na Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

I - as Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;

V - a Política de Aplicação das Instituições Financeiras Oficiais de Fomento;

VI - as disposições relativas às Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública Estadual; e

VII - as disposições finais.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º Com referência as Metas Fiscais para 2011 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentadas em anexo:

I - demonstrativo de Metas Anuais;

II - demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas

Fiscais do Exercício Anterior;

III - demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

V - demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio da Previdência dos Servidores;

a) Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores; e

b) Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência do Servidor;

VII - demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

IX - resumo das políticas setoriais do Governo.

Parágrafo único. Além do estabelecido no *caput* deste artigo serão apresentados o Demonstrativo de Riscos Fiscais e os Parâmetros e Projeção para os Principais Agregados e Variáveis.

Art. 3º As prioridades da administração pública estadual para o exercício de 2012 estão discriminadas no Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, desta Lei.

§ 1º As prioridades da Administração Pública Estadual priorizadas nas Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício do ano de 2012, atendidas, primeiramente, as despesas com as obrigações constitucionais e legais e as despesas básicas referenciadas no art.16, parágrafo único desta Lei, não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas.

§ 2º Para atendimento do disposto no art. 6º da Lei nº 14.610, de 07 de janeiro de 2009, ficam discriminadas no Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual desta Lei e na Lei Orçamentária Anual as subações referentes ao atendimento das políticas públicas compensatórias aos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH inferior a 90% (noventa por cento) do IDH médio do Estado.

§ 3º Além da programação constante no Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, constarão obrigatoriamente dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o ano de 2012, as despesas básicas referenciadas no art. 16, parágrafo único desta Lei, as despesas com as obrigações constitucionais e legais e as despesas de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a classificação e a reclassificação das subações integrantes do Anexo de que trata o "*caput*" deste artigo, com o objetivo de compatibilizá-las aos Programas e Ações da Lei do Plano Plurianual para o período de 2012-2015.

§ 5º As denominações dos programas, ações e subações do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão norteadas pelas utilizadas no Projeto de Lei do Plano Plurianual referido no parágrafo anterior.

Art. 4º Integrarão a lei orçamentária de 2012 e a sua execução os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio público estadual.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inclusive as empresas estatais dependentes;

II - o Orçamento da Seguridade Social referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inclusive as empresas estatais dependentes, que se destinam a atender as ações de saúde, previdência e assistência social; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas não-dependentes das quais o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 6º O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder

Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado será constituído de:

I - texto da lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários;

III - anexo dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do Orçamento de Investimento, na forma definida nesta Lei; e

V - discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. A consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, compreenderá os seguintes demonstrativos:

I - evolução da receita;

II - sumário geral da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

III - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;

IV - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas - orçamento fiscal;

V - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas - orçamento da seguridade social;

VI - demonstrativo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por fonte - recursos de todas as fontes;

VII - demonstrativo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por fonte - orçamento fiscal;

VIII - demonstrativo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por fonte - orçamento da seguridade social;

IX - desdobramento da receita - recursos de todas as fontes;

X - desdobramento da receita - orçamento fiscal;

XI - desdobramento da receita - orçamento da seguridade social;

XII - demonstrativo das receitas diretamente arrecadadas por órgão/unidade orçamentária;

XIII - demonstrativo da receita corrente líquida;

XIV - demonstrativo da receita líquida disponível;

XV - legislação da receita;

XVI - evolução da despesa;

XVII - sumário geral da despesa por sua natureza;

XVIII - demonstrativo das destinações/fontes de recursos por grupo de despesa;

XIX - demonstrativo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão;

XX - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por função;

XXI - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por subfunção;

XXII - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social segundo a função detalhada por subfunção;

XXIII - despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por programa;

XXIV - consolidação das fontes de financiamento dos investimentos;

XXV - consolidação dos investimentos por órgão/empresa estatal;

XXVI - consolidação dos investimentos por função;

XXVII - consolidação dos investimentos por subfunção;

XXVIII - consolidação dos investimentos por função detalhada por subfunção;

XXIX - consolidação dos investimentos por programa; e

XXX - documento impresso e arquivos digitais em formato DOC e XML definidos pela ALESC.

Art. 7º A receita orçamentária é estruturada pelos seguintes níveis:

I - Categoria Econômica;

II - Origem;

III - Espécie;

IV - Rubrica;

V - Alínea; e

VI - Subalínea.

§ 1º O primeiro nível de classificação, denominado Categoria Econômica, utilizado para mensurar o impacto das decisões do Governo na conjuntura econômica, será subdividido em:

a) Receitas Correntes: são os ingressos tributários, de contribuições, patrimoniais, agropecuários, industriais, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes;

b) Receitas de Capital: são os ingressos de operações de crédito, de alienação de bens, de amortização de empréstimos, de transferências de capital e de outras receitas de capital;

c) Receitas Correntes Intra-Orçamentárias: são aquelas provenientes das transações correntes entre unidades orçamentárias pertencentes aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

d) Receitas de Capital Intra-Orçamentárias: são aquelas provenientes das transações de capital entre unidades orçamentárias pertencentes aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 2º O segundo nível da classificação das receitas, denominado Origem, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que as mesmas ingressam no patrimônio público.

§ 3º Por ser vinculado à Origem, o terceiro nível, denominado Espécie, permite qualificar com maior detalhe o fato gerador dos ingressos de tais receitas.

§ 4º O quarto nível da classificação das receitas, a Rubrica, identifica dentro de cada espécie de receita uma qualificação mais específica, agregando determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si.

§ 5º A Alínea, quinto nível da classificação das receitas, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.

§ 6º O sexto nível da classificação da receita, a Subalínea, constitui o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art. 8º A despesa orçamentária é estruturada segundo a:

I - Classificação Institucional: reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários discriminada em órgãos e unidades orçamentárias;

II - Classificação Funcional: de aplicação comum e obrigatória a todos os entes da federação, instituída pela Portaria federal nº 42, de 14 de abril de 1999, agrega os gastos públicos por área de ação governamental, cuja composição permite a consolidação das contas nacionais. A classificação funcional está estruturada em:

a) Função: maior nível de agregação das diversas áreas de atuação governamental, relaciona-se com a missão institucional do órgão; e

b) Subfunção: representa um nível de agregação imediatamente inferior à Função, evidenciando cada área de atuação do Governo por meio da reunião de determinado subconjunto de despesas e identificando a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções;

III - Estrutura Programática: sendo sua criação de responsabilidade de cada ente da federação, está estruturada em Programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual. A Estrutura Programática tem a seguinte composição:

a) Programa: caracteriza-se por ser o instrumento de ação governamental que permite ao Governo atingir um objetivo, tendo em vista a solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

b) Ação: identifica operações das quais resultam bens e serviços que contribuem para atender ao objetivo de um Programa; e

c) Subação: vinculada a uma Ação, caracteriza-se por ser um instrumento de programação que visa à identificação mais detalhada do combate às causas de um problema, de uma necessidade ou de uma demanda da sociedade que deu origem a um Programa; e

IV - Natureza da Despesa: a classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de:

a) Categoria Econômica: subdividida em Despesa Corrente, que não contribui diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, e em Despesa de Capital, que contribui diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital;

b) Grupo de Natureza da Despesa: agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, codificados e subdivididos em:

1 - Pessoal e Encargos Sociais;

2 - Juros e Encargos da Dívida;

3 - Outras Despesas Correntes;

4 - Investimentos;

5 - Inversões Financeiras;

6 - Amortização da Dívida;

7 - Reserva do RPPS;

8 - Reserva de Contingência;

c) Modalidade de Aplicação: indica se os recursos são aplicados diretamente pelos órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades e objetiva, ainda, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos. As modalidades de aplicação abaixo codificadas são:

20 - Transferências da União;

30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal;

40 - Transferências a Municípios;

50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;

70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais;

71 - Transferências a Consórcios Públicos;

80 - Transferências ao Exterior;

90 - Aplicações Diretas;

91 - Aplicação Direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

99 - A definir.

d) Elemento de Despesa: identifica na execução orçamentária os objetos de gastos, podendo ter desdobramentos facultativos, dependendo da necessidade da execução orçamentária e de escrituração contábil.

Art. 9º Para fins de integração entre as receitas e despesas orçamentárias, será identificado no orçamento o mecanismo denominado Destinações/Fontes de Recursos, codificado por:

I - Identificador de Uso - IDUSO: código utilizado para indicar se os recursos se destinam a contrapartida;

II - Grupo de Destinações/Fontes de Recursos: indica o exercício em que foram arrecadados, se corrente ou anterior, subdividido em:

a) Recursos do Tesouro: para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, indica os recursos geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Estado, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras; e

b) Recursos de Outras Fontes: para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, indica os recursos arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes;

III - Especificação das Destinações/Fontes de Recursos: código que individualiza e indica cada destinação/fonte, segregando-as em dois grupos: destinações/fontes primárias e não-primárias;

IV - Detalhamento das Destinações/Fontes de Recursos: é o nível mais elevado de particularização da destinação/fonte de recurso, não utilizado na elaboração do orçamento e de uso facultativo na execução orçamentária.

Parágrafo único. As Destinações/Fontes de Recursos serão utilizadas tanto para o controle das destinações da receita orçamentária quanto para o controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

Art. 10. Na Lei Orçamentária do ano de 2012 e em suas alterações o detalhamento da despesa será apresentado por órgão/unidade orçamentária, discriminado por Função, Subfunção e Programa, especificado, no mínimo, em projeto, atividade ou operação especial, identificando a esfera orçamentária, a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza da Despesa, a Modalidade de Aplicação, a Destinação/Fonte de Recurso e os respectivos valores.

Parágrafo único. Na execução orçamentária a despesa será empenhada conforme a estrutura apresentada no *caput* deste artigo e, no mínimo, por Elemento de Despesa.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 11. A programação e execução orçamentária para o ano de 2012, tendo por base o Plano de Governo *As Pessoas em Primeiro Lugar, uma agenda para o Desenvolvimento Catarinense* e o Plano Plurianual para o período de 2012-2015, deverão orientar-se pelas seguintes diretrizes gerais:

I - melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com atendimento adequado às necessidades básicas e respeito à dignidade humana, objetivando a diminuição ou a eliminação das diferenças entre cidadãos e entre regiões;

II - criação de projetos estruturantes que eliminem empecilhos que limitam o potencial de crescimento dos setores econômicos catarinenses, tendo em vista principalmente as questões ligadas à infraestrutura e à logística, dentro de uma visão estratégica de desenvolvimento que equilibre os interesses econômicos com os sociais e ambientais;

III - estabelecimento de estratégias tendo em vista a modernização da administração pública, com ênfase na sensibilização, na capacitação dos servidores públicos e na atualização tecnológica para prestação de um serviço público de excelência;

IV - estabelecimento de estratégias objetivando a criação de parcerias entre o Estado e a sociedade civil organizada, de forma a articular e organizar a produção de serviços públicos;

V - promoção do equilíbrio entre as aspirações socioeconômicas da sociedade e a proteção do meio ambiente, construindo novos padrões de desenvolvimento; e

VI - ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo à participação da sociedade por meio dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, das Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, cabendo às Secretarias de Estado Setoriais e suas entidades vinculadas planejar e normatizar as políticas públicas na sua área de atuação e às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional atuar como agência de desenvolvimento em suas respectivas regiões.

Art. 12. Na elaboração e execução do orçamento do ano de 2012 as ações deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. O Poder Executivo, por meio do órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento, divulgará via *internet*:

I - a Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos;

]II - a Lei Orçamentária e seus anexos;

III - a execução orçamentária mensal; e

IV - relatório bimestral da execução orçamentária das prioridades enumeradas nas Audiências Públicas Regionais realizadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Seção II

Dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 13. Os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social abrangerão os três Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas públicas e sociedades de economia mista das quais o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Estadual.

Parágrafo único. Exclui-se do disposto neste artigo as empresas que recebem recursos do Estado apenas sob a forma de:

I - participação acionária;

II - pagamento pelo fornecimento de bens e prestação de serviços; e

III - pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos.

Art. 14. As despesas do Grupo de Natureza da Despesa 3 - Outras Despesas Correntes, referenciadas no Anexo II da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, realizadas à conta de recursos ordinários do Tesouro Estadual, não poderão ter aumento em relação aos créditos programados para o exercício de 2011, corrigidas pela projeção do IPCA para 2012, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas prioridades definidas no Plano Plurianual 2012-2015.

Art. 15. As receitas diretamente arrecadadas por autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista das quais o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dependam de recursos do Tesouro Estadual, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida, à contrapartida de operações de crédito, de convênios e de outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. Atendidas as disposições contidas no *caput* deste artigo, as unidades orçamentárias poderão programar as demais despesas, a fim de atender as ações inerentes à sua finalidade.

Art. 16. As despesas básicas dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social das unidades orçamentárias pertencentes ao Poder Executivo serão fixadas pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento.

Parágrafo único. Entende-se como despesas básicas aquelas classificadas como pessoal e encargos sociais, energia elétrica, água, telefone, impostos, aluguéis, infraestrutura e serviços relacionados à tecnologia da informação, PASEP, dívida pública estadual, precatórios judiciais, contratos diversos e outras despesas que pela sua natureza poderão se enquadrar nesta categoria.

Art. 17. O Poder Executivo deverá estabelecer por decreto, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício do ano de 2012, para cada unidade orçamentária, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, com relação às despesas, a abrangência necessária para a obtenção das metas fiscais.

Parágrafo único. Tendo em vista a obtenção das metas fiscais de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo poderá efetuar revisões no cronograma anual de desembolso mensal.

Art. 18. A limitação de empenho e a movimentação financeira de que trata o art. 4º, inciso I, alínea "b" da Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000, para atingir as metas de resultado primário ou nominal previstas no Anexo de Metas Fiscais, deverão ser compatíveis com os ajustes na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público do Estado o montante de recursos indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

Art. 19. Os valores das receitas e das despesas referenciados em moeda estrangeira serão orçados segundo a taxa de câmbio vigente no último dia útil do mês de junho de 2011.

Seção III

Dos Orçamentos de Investimento

Art. 20. O orçamento de investimento sera composto pela programação das empresas não-dependentes das quais o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º Para efeito de compatibilização da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com a aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

§ 2º A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos do orçamento fiscal, mediante a participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

§ 3º As empresas cuja programação conste integralmente do orçamento fiscal e da seguridade social não integrarão o orçamento de investimento.

Seção IV

Dos Precatórios Judiciais

Art. 21. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade em atividades específicas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 22. O Poder Judiciário, sem prejuízo do envio da relação dos precatórios aos órgãos ou entidades devedoras, encaminhará à Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda, até 30 de julho de 2011, os débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária do ano de 2012, conforme determina o art. 81, § 3º, da Constituição Estadual, discriminando-os por órgãos da administração direta, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, especificando:

I - número do processo;

II - número do precatório;

III - data da expedição do precatório; IV - nome do beneficiário;

V - valor a ser pago; e

VI - unidade ou órgão responsável pelo débito.

Parágrafo único. No que se refere à opção de pagamento dos precatórios vencidos, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial, aplica-se o estabelecido no art. 97, § 1º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Seção V

Das Diretrizes para o Limite Percentual de Despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Art. 23. Na elaboração dos orçamentos da Assembleia Legislativa do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça do Estado, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, serão observados os seguintes limites percentuais de despesas em relação à Receita Líquida Disponível - RLD:

I - Assembleia Legislativa do Estado: 4,51% (quatro vírgula cinqüenta e um por cento)

II - Tribunal de Contas do Estado: 1,66% (um vírgula sessenta e seis por cento)

III - Tribunal de Justiça do Estado: 9,31% (nove vírgula trinta e um por cento), acrescidos dos recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e da folha de pagamento dos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz transferidos ao Poder Judiciário por meio da Lei Complementar nº 127, de 12 de agosto de 1994;

IV - Ministério Público: 3,91% (três vírgula noventa e um por cento)

V - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC: 2,49% (dois vírgula quarenta e nove por cento)

§ 1º Os recursos discriminados no *caput* deste artigo, acrescidos dos créditos adicionais, serão entregues em conformidade com o art. 124 da Constituição Estadual.

§ 2º Para efeito do cálculo dos percentuais contidos nos incisos deste artigo, será levada em conta a Receita Líquida Disponível do mês imediatamente anterior àquele do repasse.

§ 3º Fica assegurado ao Poder Legislativo o repasse de recursos em cumprimento ao disposto no art. 94, combinado com o § 2º do art. 23, da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008.

Art. 24. Para fins de atendimento do disposto no artigo anterior, considera-se Receita Líquida Disponível - RLD, observado o disposto no inciso V, do Art. 123 da Constituição Estadual, o total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades, de receitas patrimoniais, indenizações e restituições do Tesouro do Estado, de transferências voluntárias ou doações recebidas, da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio dos servidores, da cota-parte do Salário-Educação, da cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, da cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, criado pela Lei federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Parágrafo único. Sobre o valor do repasse mensal à Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público e Fundação Universidade de Santa Catarina, calculado segundo os percentuais do artigo anterior, será aplicado um redutor de 2,65% (dois vírgula sessenta e cinco por cento).

Art. 25. O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, o estudo e a estimativa da receita para o exercício do ano de 2012 e a respectiva memória de cálculo.

Seção VI

Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária

Art. 26. As propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Estadual e na Lei Federal nº 4.320, de 1964, observando-se a forma e o detalhamento descritos no Projeto de Plano Plurianual e nesta Lei.

§ 1º Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

I - contrariarem o estabelecido no *caput* deste artigo;

II - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

IV - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas básicas;

b) receitas e despesas vinculadas, criadas por leis específicas;

c) receitas próprias e despesas de entidades da administração indireta e fundos; e

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado; e

V - anularem dotações consignadas às atividades repassadoras de recursos.

§ 2º A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto da Lei Orçamentária.

Art. 27. Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 28. As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na programação física.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 29. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Art. 30. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e de contribuições que sejam objeto de projeto de lei em tramitação na Assembleia Legislativa.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, total ou parcialmente, até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para a sanção do Chefe do Poder Executivo, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas mediante decreto, até 30 (trinta) dias após a sanção governamental à Lei Orçamentária, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I - de até 100% (cem por cento) das dotações relativas aos novos projetos;

II - de até 60% (sessenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento;

III - de até 25% (vinte e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção;

IV - dos restantes 40% (quarenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento; e

V - dos restantes 75% (setenta e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º O Poder Executivo procederá, mediante decreto a ser publicado no prazo estabelecido no § 2º deste artigo, à troca das fontes de recursos condicionadas constantes da Lei Orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

Art. 31. Serão priorizados recursos orçamentários para o Programa de Educação Fiscal e para a modernização tributária estadual voltados ao incremento da arrecadação, ao controle fiscal e à implementação da unidade de processos cadastrais e de informações fiscais.

Parágrafo único. O Orçamento da Assembleia Legislativa para o exercício financeiro de 2012 alocará recursos para a realização de plebiscito com a finanlidade de alteração ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO VI

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 32. À Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC compete a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e fomento das atividades produtivas, por meio de operações de crédito, de ações definidas em Lei e por meio de apoio creditício aos programas estruturantes e projetos vinculados aos objetivos do Governo do Estado, especialmente aos que visem:

I - à melhoria dos níveis de qualidade e competitividade do parque produtivo catarinense;

\II - ao incremento dos ganhos de produtividade e competitividade coletiva e não apenas individual das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais;

III - à proteção, defesa e preservação do meio ambiente;

IV - à conservação de energia por meio de investimentos em eficiência energética e utilização de fontes alternativas;

V - à geração de oportunidades de emprego e renda, reduzindo as desigualdades sociais; e

VI - à redução das desigualdades intrarregionais e inter-regionais.

§ 1º As prioridades atribuídas à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, citadas no *caput* deste artigo, deverão ser realizadas por meio das seguintes ações:

a) incentivo e apoio ao desenvolvimento de tecnologias voltadas a viabilizar a melhoria dos níveis de qualidade e competitividade;

b) apoio ao desenvolvimento das Cadeias Produtivas - CP e dos Arranjos Produtivos Locais - APL;

c) apoio a projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL;

d) apoio às microempresas e às empresas de pequeno porte, inclusive as cooperativas de produtores rurais, quando permitido pelo Banco Central do Brasil;

e) apoio à exportação e a formação de consórcios de exportação por meio de microempresas e empresas de pequeno porte;

f) apoio aos mecanismos destinados à oferta de microcrédito;

g) apoio à geração e melhoria de infraestrutura regional e municipal de responsabilidade do setor público, em especial as relativas ao saneamento básico, além daquelas necessárias ao crescimento econômico e social e relativas ao desenvolvimento institucional;

h) atração de investimentos econômicos para o Estado; e

i) atração de recursos financeiros destinados ao fomento, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil, direta e indiretamente, inclusive por meio de convênios com o Governo Federal.

§ 2º Os financiamentos serão concedidos de forma a preservar- lhes o valor e garantir a cobertura dos custos de captação, de operação e seus riscos, assim como promover o crescimento real do Patrimônio Líquido da Agência.

§ 3º Sem prejuízo das demais normas regulamentares, somente poderão ser concedidos empréstimos e financiamentos a municípios que atenderem às condições previstas no art. 41 desta Lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 33. As Políticas de Gestão de Pessoas da Administração

Pública Estadual compreendem:

I - o planejamento, a coordenação, a regulação, o controle, a fiscalização e a desconcentração das atividades;

II - a integração, a articulação e a cooperação com os órgãos vinculados ao Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas, garantindo a eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública;

III - a orientação e o monitoramento dos Setoriais e Seccionais do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas;

IV - a valorização, a capacitação e a formação do professional do serviço público, desenvolvendo o potencial humano, com vistas à modernização do Estado;

V - a adequação da legislação pertinente às disposições constitucionais;

VI - o aprimoramento, a adequação e a atualização das técnicas e dos instrumentos de gestão;

VII - o acompanhamento, a avaliação dos programas, planos, projetos e ações envolvendo os servidores numa gestão compartilhada, responsável e solidária;

VIII - a adequação da estrutura de cargos, competências, funções e especialidades de acordo com o modelo organizacional;

IX - a realização de concursos públicos para atender às necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

X - o fortalecimento do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas, dando continuidade à descentralização e desconcentração das ações e procedimentos; e

XI - o aprimoramento das técnicas e instrumentos de controle e da qualidade do programa de estagiários/bolsistas.

Art. 34. Ficam autorizadas as concessões de vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração e criação de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que atendido ao disposto no art. 169 da Constituição Federal.

Art. 35. No exercício financeiro do ano de 2012, as despesas com pessoal ativo e inativo dos três Poderes do Estado e do Ministério Público observarão o limite estabelecido na Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a apresentar projetos de realinhamento de reajuste da remuneração dos servidores públicos estaduais, nos termos do art. 23, inciso I, da Constituição do Estado.

Art. 36. No exercício do ano de 2012, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 35 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento considerado de relevante interesse público nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do Grupo Gestor.

Art. 37. O Poder Executivo, por intermédio do Sistema de Administração de Gestão de Pessoas, publicará até 31 de agosto de 2011 tabela com os totais, por níveis, de cargos efetivos, comissionados, funções gratificadas e funções de confiança, demonstrando os quantitativos de cargos efetivos vagos e ocupados, o valor da despesa, comparando-os com os do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

Parágrafo único. Os demais Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a UDESC - Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, na mesma data, publicarão demonstrativo a que alude o *"caput"* deste artigo com relação aos respectivos "Quadro de Pesoal".

Art. 38. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão ser acompanhados de:

I - declaração do proponente e do ordenador de despesas com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos.

Parágrafo único. Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivos com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores ao início de sua vigência.

Art. 39. O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência do órgão ou entidade; e

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo ou categoria extintos total ou parcialmente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo de efeito de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza inanceira, tributária e creditícia sobre as receitas e despesas.

Art. 41. As transferências voluntárias de recursos do Estado, consignadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para os municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, no ato da assinatura do instrumento original, de que o município:

I - mantém atualizados seus compromissos financeiros com o pagamento de pessoal e encargos sociais, bem como aqueles assumidos com instituições de ensino superior criadas por lei municipal;

II - instituiu, regulamentou e arrecada todos os tributos de sua competência previstos no art. 156 da Constituição Federal, ressalvado o imposto previsto no inciso III, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, quando comprovada a ausência do fato gerador; e

III - atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, à Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e à Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. No caso de atendimento do disposto no *caput* deste artigo, a contrapartida do município será de até 30% (trinta por cento) do valor do projeto, que poderá ser atendida com o aporte de recursos financeiros e bens ou serviços economicamente mensuráveis.

Art. 42. Em conformidade com o art. 26 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, a administração pública poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas por meio de contribuições, subvenções sociais e auxílios, observada a legislação em vigor.

Art. 43. O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento poderá modificar, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, mantidas as normas constitucionais e legais, por meio do sistema informatizado de execução orçamentária, as categorias

econômicas e os grupos de natureza de despesas dentro do mesmo projeto ou atividade, bem como a modalidade de aplicação e o Identificador de Uso - IDUSO das destinações de recursos.

Art. 44. Na hipótese do autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária não ser sancionado pelo Chefe do Poder Executivo até 31 de dezembro de 2011, a programação relativa a Pessoal e Encargos Sociais, a Juros e Encargos da Dívida, a Amortização da Dívida e a Outras Despesas Correntes poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Parágrafo único. Será considerada antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizados no *caput* deste artigo.

Art. 45. Para efeito do art. 16, § 3º, da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Art. 46. O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina - SIGEF-SC deverá contemplar rotinas que possibilitem a apropriação de despesas aos centros de custos ou atividades, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 4º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Art. 47. O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina - SIGEF-SC estará disponível para que a Assembleia Legislativa do Estado participe do processo de elaboração da presente Lei e do Orçamento para o ano de 2012, na fase Assembleia Legislativa.

§ 1º Entende-se por fase Assembleia Legislativa, o período compreendido entre a data de entrada dos projetos de leis de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual na Assembleia Legislativa e a devolução, ao Poder Executivo, da redação final dos respectivos projetos de leis.

§ 2º Os respectivos módulos de elaboração das leis descritas no parágrafo anterior, integram o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina - SIGEF-SC.

Art. 48. O projeto de lei das diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2013 observará, além das regras exigidas pela Constituição Estadual e pela Lei de Responsabilidade Fiscal o seguinte:

I - Anexo com resumo das políticas setoriais do Governo;

II - Anexo com resumo da política econômica do Estado, análise da conjuntura econômica, com indicação do cenário macroeconômico para 2013, e suas implicações sobre a proposta orçamentária para 2013.

Art. 49. Atendendo ao disposto no art. 7º, inciso I, da Lei nº 14.610, de 2009, ficam listados os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH inferior a 90% (noventa por cento) do IDH médio do Estado:

Municípios com IDH inferior a 90% do IDH médio de Santa Catarina

SDR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Municípios	IDHM Ano: 2000
02	SDR-Maravilha	Flôr do Sertão	0,724
03	SDR-São Lourenço d'Oeste	Campo Erê	0,728
04	SDR-Chapecó	Guatambú	0,737
04	SDR-Chapecó	Caxambú do Sul	0,738
05	SDR-Xanxerê	Entre Rios	0,694
05	SDR-Xanxerê	Ipuaçu	0,716
05	SDR-Xanxerê	Passos Maia	0,732
05	SDR-Xanxerê	Bom Jesus	0,734
08	SDR-Campos Novos	Monte Carlo	0,733
10	SDR-Caçador	Timbó Grande	0,680
10	SDR-Caçador	Calmon	0,700
10	SDR-Caçador	Lebon Régis	0,735
25	SDR-Mafra	Monte Castelo	0,737
25	SDR-Mafra	Papanduva	0,737
25	SDR-Mafra	Itaiópolis	0,738
26	SDR-Canoinhas	Bela Vista do Toldo	0,702
27	SDR-Lages	Cerro Negro	0,686
27	SDR-Lages	Campo Belo do Sul	0,694
27	SDR-Lages	Bocaina do Sul	0,716
27	SDR-Lages	Capão Alto	0,725
27	SDR-Lages	Ponte Alta	0,727
27	SDR-Lages	São José do Cerrito	0,731
28	SDR-São Joaquim	Bom Retiro	0,732
28	SDR-São Joaquim	Rio Rufino	0,736
34	SDR-Taió	Santa Terezinha	0,738

Fonte: PNUD Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, Florianópolis, 20 de julho de 2011.

Deputado Gelson Merisio
Presidente
Deputado Jailson Lima
1º Secretário

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL
2012

Executivo Subação	
008577	Apoio ao sistema viário rural - SIE
008572	Apoio ao sistema viário rural - SDR - Canoinhas
008603	Apoio ao sistema viário rural - SDR - Mafra
008580	Apoio ao sistema viário rural - SDR - Concórdia
010373	Apoio ao sistema viário rural - SDR - São Joaquim
008539	Apoio ao sistema viário estadual - SDR - Criciúma
010366	Apoio ao sistema viário rural - SDR - Palmitos
010361	Apoio ao sistema viário urbano - SDR - Itapiranga
008579	Apoio ao sistema viário urbano - SIE
008598	Apoio ao sistema viário urbano - SDR - Curitibanos
008562	Apoio ao sistema viário estadual - SDR - Timbó
———	Acostamento da Rodovia SC-416 - Pomerode - Jaraguá do Sul
———	Implantação de Ciclovia na SC-416 - Pomerode - Jaraguá do Sul
010166	Acesso sul - BR-101 a Balneário Arroio do Silva - SDR - Araranguá
010167	Anel de contorno viário do perímetro urbano do município de Turvo - SDR - Araranguá
009147	Contorno viário sul - SDR - Seara
000319	Construção/supervisão de pontes ou viadutos, inclusive seus acessos - Deinfra
009132	Terrapl/pavim/OAE/superv contorno leste de Xanxerê
009181	Capeamento asfáltico supervisão trecho Brusque/ Guabiruba/ Blumenau - SDR - Brusque
009182	Terrapl/pavim/OAE/superv trecho Brusque/ Camboriú/Vila Limeira
007343	Manutenção rotineira de rodovias - SDR - Tubarão
007317	Manutenção rotineira de rodovias - SDR - Concórdia
001450	Conclusão implant/supervisão via Expressa Sul e acessos, incl ao aeroporto H Luz em Fpolis
000317	Consultoria de apoio institucional à Diretoria de Obras de Transportes - Deinfra

000328	SC-415 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Itapoá - BR-101/ contorno sul Garuva
000333	Terrapl/pavim/OAE/superv aerop Jvlle - tr Vigorelli - Estaleiro - V Glória -Itapoá/Laranjeiras-SFSul
000335	SC-477 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Papanduva - Entroncamento SC-114 (IDH)
000341	SC-422 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Rio Negrinho - Volta Grande - SC-477
000350	Terrapl/pavim/OAE/superv trecho Barra do Camacho - Laguna e acesso Farol Santa Marta
000406	SC-444 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Treviso - Lauro Müller
000414	SC-341/370 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Urupema - Rio Rufino - Urubici (IDH)
000507	SC-453 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Salto Veloso - Herciliópolis
000910	SC-450 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Praia Grande - divisa SC/RS - BID-V
000929	SC-108 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Anitápolis - BR-282
001116	SC-488 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Lindóia do Sul - Irani - BR-153 - BID-V
001296	SC-345 Caminho das Neves - terrapl/pavim/OAE/superv trecho São Joaquim - divisa SC/RS
001302	SC-370 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Urubici - Grão Pará
010851	Ligação Bom Jesus do Oeste - SC-469 - Maravilha - BR-282
010446	SC-170 terrapl/pavim/OAE/sup tr Dionísio Cerqueira - Paraíso - Bandeirante - Tunápolis - Itapirang
001184	SC-487 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Entre Rios - SC-480 (Ipuaçu) - SC-155 (Abelardo Luz)
001118	SC-407 terrapl/pavim/OAE/superv trecho São Pedro de Alcântara - Angelina
000620	SC-345 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Major Gercino - Boiteuxburgo - Leoberto Leal - Alfredo Wagner
001278	SC-135 terrapl/pavim/OAE/superv contorno viário de Rio das Antas
009190	SC-283 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Mondaí - Itapiranga
000347	SC-476 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Matos Costa - BR-153
000554	SC-424 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Atalanta - SDR - Ituporanga
000558	SC-486 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Botuverá - Vidal Ramos
000842	SC-160 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Romelândia - Anchieta
000846	SC-458 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Jaborá - entr SC-135 e contorno de Ouro e Capinza
000852	SC-108 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Jacinto Machado - Praia Grande
001069	SC-382 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Pedras Grandes - Orleans
001073	SC-108 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Rio Fortuna - Santa Rosa de Lima - Anitápolis
001074	SC-465 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Ipumirim - BR-282
001182	SC-492 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Romelândia - São Miguel da Boa Vista - Maravilha
001634	SC-480 reabilitação/supervisão tr Xanxerê - Bom Jesus e S Domingos - Galvão - São L Oeste
000399	SC-448 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Ermo - SC-449
001234	SC-449 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Balneário Arroio do Silva - Araranguá
000374	SC-445 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Forquilhinha - Maracajá
001203	SC-100 terrapl/pavim/OAE/superv rodovia Interpraias trecho Laguna - Passo de Torres
009323	SC-451 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Frei Rogério - SC-456 (p/ Fraiburgo)
002227	SC-114 reabilitação/supervisão trecho BR-116 - Itaiópolis - SC-477
001625	SC-444 reabilitação/aum capac/superv trech Siderópolis - Criciúma - Içara - BR-101 - Praia do Rincão
002150	SC-456 reabilitação/supervisão trecho BR-470 - Monte Carlo - Fraiburgo
001213	Terrapl/pavim/OAE/superv acesso Taió - Mirim Doce - BR-470
010070	Terrapl/pavim/OAE/superv trecho entr SC-108 (Brusque) - Moura - entr SC-411 (Canelinha
001440	Terrapl/pavim/OAE/superv trecho Porto Belo - Bombinhas via Zimbros
002001	SC-473 reabilitação/supervisão trecho São Lourenço do Oeste - Campo Erê
002002	SC-283 reabilitação/supervisão trecho BR-153 - Concórdia - Seara - Chapecó - São Carlos
001617	SC-420 reabilitação/supervisão trecho São Bento do
001724	SC-416/418 reabilitação/supervisão trecho Jaraguá do Sul - Pomerode - Timbó - BR-470
002033	SC-421 reabilitação/supervisão trecho Ibirama - Pres Getúlio - Witmarsun e acesso Dona Emma
010859	Indenização de terras particulares para contrução da barragem do Rio do Salto
10446	SC-170 terrapl/pavim/OAE/sup tr Dionísio Cerqueira -Paraíso - Bandeirante - Tunápolis - Itapiranga
003811	Construção do Instituto de Cardiologia - SDR - Grande Florianópolis
010844	Construção do hospital regional Santa Terezinha - SDR - Braço do Norte
010843	Ampliação e reforma do pronto socorro do hospital regional de Araranguá
009185	Reforma e ampliação hospital municipal N S da Salete - Monte Carlo - SDR - Campos Novos
010856	Manutenção do hospital materno infantil Santa Catarina - SDR - Criciúma
010396	Implantar, equip mobiliar hosp Reg atend urgên/emerg e outras espec - SDR - Jaraguá do Sul
005528	Concluir a rede estadual de leitos de UTI - SDR - Laguna
006083	Manter convênio adequação da atenção na média e alta complexidade - SDR - Mafra
004127	Aquisição de equipamentos para rede básica de saúde - SDR - Joinville
006342	Política de incentivos à assistência hospitalar em SC - SDR - Criciúma
006381	Política de incentivos à assistência hospitalar em SC - SDR - Brusque
006440	Construção da unidade da SSP - SDR - Timbó
006403	Construção da unidade da SSP - SDR - Quilombo
006402	Construção da unidade da SSP - SDR - Dionísio Cerqueira
006649	Ampliação das parcerias com entidades de recuperação de dependentes químicos - SSP
008385	Implementação de perimetral ligando SC-280 ao distrito de Marcílio Dias - SDR - Canoinhas
009233	Terrapl/pavim/OAE/superv trecho Presidente Getúlio - Itoupava - Rio do Sul
000540	Terrapl/pavim/OAE/superv acesso norte de Araranguá
010211	Terrapl/pavim/OAE/superv trecho Abelardo Luz - Passos Maia - BR-153

01400	Terrapl/pavim/OAE/superv contorno rodoviário de Criciúma
009152	Terrap/pavim/acesso Balneário de Ilha/trecho BR-101 - Maracajá - Balneário de Ilha - Araranguá
001095	SC-463 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Iomerê - Bom Sucesso - Treze Tilias
009209	Terrapl/pavim/OAE/superv trecho Paial - Nova Teutônia - SC-283 (p/Seara)
001954	SC-135 reabilitação/supervisão tr Videira - Tangará - Ibicaré - Luzerna - Joaçaba - BR-282
010852	Expansão do campos da Udesc para a SDR - Dionísio Cerqueira
007666	Ampliação e regionalização das atividades turísticas - SDR - Dionísio Cerqueira
007687	Ampliação e regionalização das atividades turísticas - SDR - São Joaquim
007626	Ampliação e regionalização das atividades turísticas - SDR - São Miguel do Oeste
009230	Construção de centro de eventos multiuso - SDR - Curitibanos
009226	Desassoreamento de rios - SDR - Criciúma
002160	SC-455 reabilitação/supervisão trecho Tangará - Campos Novos
009178	Pavimentação SC-Pomerode/Blumenau (Vila Itoupava) - Luiz Alves - SDR - Blumenau
———	Pavimentação da Rodovia Rio dos Morros entre Araquari - BR - 280 - Joinville
009177	SC-474 - alternativa paralela - rodovia Guilherme Jensen - SDR - Blumenau
009176	Acesso asfáltico Capinzal/Campos Novos/Barra do Leão - SDR - Campos Novos
010069	Terrapl/pavim/OAE/superv perimetral oeste de Curitibanos, e acesso à UFSC campus Curitibanos
010493	Terrapl/pavim/OAE/superv Anel Viário SC-477/ SC-416 BR-470 - SDR - Timbó
009149	Pavimentação asfáltica Encano/Ascurra - SDR - Timbó
009251	Pavimenteção asfáltica de Santa Rosa de Sul à escola
009179	Melhoria dos pontos críticos e construção 3a pista rodovia SC-411 Brusque/São João Batista
000509	SC-423 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Santa Terezinha - SC-477
001239	SC-284 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Anita Garibaldi - Celso Ramos
001206	SC-454 terrapl/pavim/OAE/superv trecho SC-453 Arroio Trinta - Macieira - SC-352 - Taquara Verde
002302	SC-345/382 reabilitação/supervisão trecho S Joaquim - Cruzeiro - Alto Serra Rio do Rastro
009072	Implantação de lotes com infraestrutura - SDR - Mafra
009199	Terrapl/pavim/OAE/superv estrada da Madeira trecho Agronômica - Trombudo Central
000502	SC-352 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Taió - Rio do Oeste
008734	SC-341 terrapl/pavim/OAE/superv trecho Petrolândia - BR-282
007334	Manutenção rotineira de rodovias - SDR - Quilombo
000344	SC-437/432 terrapl/pavim/OAE/superv trecho BR-101 - Pescaria Brava - Imaruí
010215	Humanização de rodovias - SDR - Jaraguá do Sul
009156	Terrapl/pavim/OAE/superv contorno norte Paulo Lopes/Garopaba/Via Siriú/Macacu
009195	Terrapl/pavim/OAE/superv acesso União do Oeste - Quilombo
001402	Terrapl/Pavim/OAE/Supervisão Trecho Praia do Ervino - BR-280 (p/ S.Fco.Sul)
001441	Constr/superv obras da ponte s/ o rio Itajaí Açu em Ilhota e acessos, inclusive à BR-470
006661	Terrapl/pavim/OAE/superv trecho entr BR-280 (Araquari) - Rio do Morro - Joinville
008575	Apoio ao sistema viário estadual - SIE
005680	Investimento em terminais rodov e abrigos de passageiros - SDR - Araranguá
005533	Investimento em equipamentos de apoio hidroviário - SDR - Araranguá
010347	Terrapl/pavim/OAE/superv contornos de Videira
005693	Adequação e melhoria da infraestrutura dos aeroportos locais
009239	Alargamento da pista do aeroporto de Videira - SDR - Videira
009790	Adequação/melhorias/supervisão infraestrutura do aeroporto de Itapiranga
009791	Adequação/melhorias/supervisão infraestrutura do aeroporto de Dionísio Cerqueira
010066	Complexo intermodal catarinense - SC Parcerias
000250	Levantamentos, estudos e projetos diversos - Deinfra
010121	Projetos/pavim/impl/requalif/sup eixos estruturais sistema integrado transporte colet Jvlle - BNDES
010127	Projetos/impl/pavim/superv vias alim urbanas sist integr transp coletivo Joinville - BNDES
010129	Projetos/obras/sup/melhorias term integr, Traffic Calm e Museu Transp SITC Jvle - BNDES
010131	Gerenciam/Projetos/Est.Amb/Superv Obras Prog Moderniz Sist Integr Transp Colet Jvlle-BNDES
010722	Adequação/melhorias/supervisão infraestrutura aeroporto de Chapecó
010724	Adequação/melhorias/supervisão infraestrutura aeroporto de Jaguaruna
010725	Adequação/melhorias/supervisão infraestrutura aeroporto Planalto Serrano
000065	Recuperação e/ou substituição de OAC e OAE - obras e supervisão - Deinfra
010769	Construção da barragem do rio do Salto - SDS
010391	Recuperação de áreas degradadas pela mineração SDR - Criciúma
000278	Dragagem e desassoreamento dos principais rios dos municípios da região - SDR - Itajaí
000066	Conservação, sinalização e segurança rodoviária - Deinfra
000070	Conservação/sinalização/seg viária/melhorias ptes Colombo M Salles e Pedro Ivo Cpos/Fpolis
000119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - Deinfra
007070	Execução de obras de interesse da Defesa Civil - Deinfra
001605	Reab/aum capac/melhorias/superv rodovias SC-400/401/402/403/404/405/406 em Florianópolis
002308	SC-352 reabilitação/supervisão trecho Taió - Passo Manso - BID-V
009367	Reabilitação da ponte Hercílio Luz em Florianópolis - obras e supervisão
010402	Ampliação/duplicação/supervisão - acesso viário ao município de Chapecó
009746	Ampliação de usinas - SDR - Curitibanos
010076	Construção PCH Campo Belo em parceria com outras empresas

010077	Construção PCH Boa Vista em parceria com outras empresas
010078	Construção PCH Painel em parceria com outras empresas
010079	Construção PCH Rondinha em parceria com outras empresas
010080	Construção PCH Xavantina em parceria com outras empresas
010081	Construção PCH Mangueira de Pedra em parceria com outras empresas
010082	Construção PCH Rio das Flores em parceria com outras empresas
010084	Melhoria de usina Palmeiras - SDR - Blumenau
000542	Construção subestação alta tensão - SDR - Grande Florianópolis
000622	Construção de linha de transmissão de alta tensão - SDR - Joinville
001573	Sistema de telecomunicações - Celesc
005333	Implantação da rede de distribuição - Alto Vale do Itajaí e Serra catarinense
005338	Implantação da rede de distribuição - Planalto Norte
005351	Saturação da rede de distribuição atual - região A - Norte catarinense
005354	Saturação da rede de distribuição atual - região B - Vale do Itajaí
005357	Saturação da rede de distribuição atual - região C - Grande Florianópolis
005362	Saturação da rede de distribuição atual - região D - Sul catarinense
005365	Implantação da rede distribuição residencial/comercial - região A - Norte catarinense
005393	Implantação da rede distribuição residencial/comercial - região B - Vale do Itajaí
005406	Implantação da rede distribuição residencial/comercial - região C - Grande Florianópolis
005407	Implantação da rede distribuição residencial/comercial - região D - Sul catarinense
005408	Expansão da rede de distribuição atual - região A - Norte catarinense
005409	Expansão da rede de distribuição atual - região B - Vale do Itajaí
005413	Expansão da rede de distribuição atual - região C - Grande Florianópolis
005416	Expansão da rede de distribuição atual - região D - Sul catarinense
007182	Ampliação do data center governamental - Ciasc
007183	Infraestrutura do data center governamental - Ciasc
000069	Desenvolvimento científico - Fapesc
000078	Difusão científica e tecnológica - Fapes
001800	Inspeção de produtos de origem animal - Cidasc
002625	Defesa sanitária vegetal - Cidasc
002967	Defesa sanitária animal - Cidasc
006905	Revitalização dos pavilhões - Ceasa
010462	Capacitação dos beneficiários do projeto SC Rural - Epagri
010465	Capacitação da equipe técnica para executar o projeto SC Rural - Epagri
003968	Financiamento de terra agricultores sem terra e com pouca terra - SDR - Concórdia
004657	Aproveitamento de dejetos animais - SDR - Concórdia
010865	Desenvolvimento da cadeia produtiva do leite
004878	Leite e carne em pastagem melhorada - SDR - Concórdia
005510	Introdução de novas atividades agropecuária - SDR - Seara
007199	Agricultura orgânica - SAR
010804	Ações suplementares de apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro - SDR - Seara
003352	Apoio a projetos de segurança alimentar e nutricional - SST
010727	Investimentos sustentáveis em apoio ao SC Rural - FDR
010730	Estruturação e organização de Arranjos Produtivos Locais - FDR
010261	Fiscalização e vigilância sanitária - SC Rural - Microbacias 3 - Cidasc
010262	Inovação, capacitação e ATER em apoio ao desenvolvimento rural - SC Rural - MB 3 - Epagri
010264	Gestão socioambiental - corredores ecológicos - SC Rural - MB 3 - Fatma
010749	Gerenciamento de programas de financiamento - apoio ao programa SC/Rural Microbacias 3 - SIE
010751	Gestão socioambiental - gestão de bacias hidrográficas - SC Rural - MB 3 - SDS
009563	Implantação e ampliação rede coletora, tratam destino final esg sanit em Fpolis (Campeche)
009622	Programa maciço morro da Cruz em Florianópolis - Casan
010107	Ampliação do sistema de esgoto sanitário em Fpolis (Itacorubi, Bacia F)
010237	Implantação de rede coletora, trat e destino final de esgoto sanit em Criciúma (Próspera)
009606	Ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água em Concórdia
001366	Ampliação e melhorias operacionais no sistema de abastecimento de água - SDR - Seara
001328	Ampliação e melhorias operacionais no sistema de abast de água - SDR - Dionísio Cerqueira
009553	Implantação de rede coletora, tratamento e destino fina de esgoto sanitário em Ibirama
010213	Implantação e ampliação rede tratamento esgoto sanitário/água - SDR - São Miguel do Oeste
010546	Implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário em Palmitos
006447	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - Maravilha
006448	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - Chapecó
006449	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - Xanxerê
006453	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - Campos Novos
006455	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - Caçador
006470	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - Mafra
006471	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - Canoinhas
006472	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - Lages
006475	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - São Joaquim

006481	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - Taió
010156	Incentivo financeiro aos municípios contemplados no PROCIS - SDR - São Lourenço do Oeste
005719	Ampliar, reformar e equipar as unidades hospitalares administradas pela SES
009167	Conclusão obras de reforma hosp Jonas Ramos UTI neonatal telem tomografia - SDR - Caçador
010888	Construção do pronto socorro hospital materno infantil Santa Catarina
009193	Recuperação do hospital Santa Cruz de Canoinhas - SDR - Canoinhas
009214	Implantação ou adaptação centros referência reg atend diagnóst/terapia - SDR - Concórdia
009207	Implantação ou adaptação centros referência reg atend diagnóst/terapia - SDR - Chapecó
009223	Implantação ou adaptação centros referência reg atend diagnóst/terapia - SDR - Palmitos
010356	Centro de Oncologia Hospital Regional e ampliação de leitos na UTI - SDR - Rio do Sul
004318	Incentivos financeiros municípios - estratégia de saúde da família - SDR - Concórdia
005927	Ampliar a rede catarinense de telemedicina - SDR - Concórdia
004154	Aquisição de equipamentos para rede básica de saúde - SDR - Seara
006064	Manter convênio adequação da atenção na média e alta complexidade - SDR - Joaçaba
010854	Manutenção da UTI hospital São José - SDR - Maravilha
006373	Política de incentivos à assistência hospitalar em SC - SDR - Timbó
006349	Política de incentivos à assistência hospitalar em SC - SDR - Mafra
010624	Incentivo financeiro estadual aos municípios para saúde bucal - SDR - Brusque
006351	Política de incentivos à assistência hospitalar em SC - SDR - Canoinhas
005930	Ampliar a rede catarinense de telemedicina - SDR - Joaçaba
004037	Aquisição de equipamentos para rede básica de saúde - SDR - Joaçaba
008983	Ações para implantação do Plano de Desenvolvimento Regional - SDR - Chapecó
009010	Ações para implantação do Plano de Desenvolvimento Regional - SDR - Palmitos
009186	Construção de arena multiuso - SDR - Tubarão
———	Construção de Centro de Evento em Balneário Camboriú
———	Construção de Área de Lazer, Instalações de Equip e Academia ao Ar Livre Comunidade Chico Mendes
———	Realização de Cirurgias, Exames e Consultas Especializadas em Joinville
003829	Adequação da área física da rede atenção básica - SDR - Joaçaba
007600	Ampliação e regionalização das atividades turísticas - SDR - Concórdia
02559	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Grande Florianópolis
003372	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Joinville
003563	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Maravilha
005149	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Mafra
007292	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Tubarão
007769	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Itajaí
007808	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Palmitos
009847	Construção, ampliação e reforma escola Muquém - SDR - Grande Florianópolis
002481	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Araranguá
004817	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Chapecó
007802	Construção, ampliação e reforma - ensino fundamental - SDR - Jaraguá do Sul
003346	Construção, ampliação e reforma - ensino médio - SDR - Joinville
003042	Construção, ampliação e reforma - ensino médio - SDR - Grande Florianópolis
003625	Construção, ampliação e reforma - ensino médio - SDR - Maravilha
008343	Construção, ampliação e reforma - ensino médio - SDR - Brusque
004591	Construção do centro educacional regional - SDR - Joinville
———	Construção de Ginásio e Reforma no Colégio Estadual Professor Aníbal Nunes Pires
———	Contrução e Reforma da Escola Básica Estadual Carlos Fantini - Itajaí
008357	Descentralização financeira - NEP e/ou Cedup - SDR - Braço do Norte
010400	Implantação curso de tecnólogo em lácteos no Cedup Campo Erê - SDR - São Lourenço do Oeste
007141	Implementação de programas educacionais - ensino profissional
007286	Construção, ampliação e reforma - ensino médio - SDR - Dionísio Cerqueira
007945	Construção, ampliação e reforma - ensino médio - SDR - Palmitos
005314	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - Udesc/Fpolis - SDR - Gde Florianópolis
005315	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - Udesc/Lages - SDR - Lages
009236	Expansão da Udesc para a região de São Lourenço do Oeste - SDR - São Lourenço do Oeste
010316	Apoio à construção de arena multiuso em Florianópolis - Fundosocial
008523	Reforma do Centro Integrado de Cultura - FCC
008406	Construção, reforma e ampliação de instalações físicas - BM
006459	Aquisição de materiais e equipamentos para as atividades da SSP
010042	Corredor de exportação Brusque - Itajaí - SC Parcerias
010453	Apoio financeiro ao Corpo de Bombeiros Voluntários - Fundosocial
002732	Modernização da produção gráfica oficial - FMPIO - SEA
009259	Construção, reforma e ampliação de imóveis - FUNPAT - SEA
000952	Tecnologia da informação - equipamentos - Celesc
000953	Tecnologia da informação - software - Celesc
006330	Socorro, assistência, reabilitação e reconstrução à comunidade afetada por desastre
002129	Incubadora de empresas regionais - SDR - Criciúma
006622	Estímulo a inovação na micro e pequena empresa - SDS

006385 Ampliação do sistema de fiscalização através do vídeo monitoramento - SSP
002151 Coordenação estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infanto-Juvenil - SST
010464 Atendimento sócio-terapêutico a dependentes químicos - Fundosocia
002165 Coordenação estadual Programa de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil
006653 Ampliação e manutenção dos convênios de LA, PSC e CIP - SSP

Judiciário

Órgão 03000 Tribunal de Justiça do Estado

Subação

006386 Construção do fórum de Rio do Oeste - TJ
006602 Reforma do fórum de Blumenau - TJ
006609 Construção do fórum de Forquilhinha - TJ
006680 Conclusão, ampliação e reforma do fórum de Balneário Camboriú - TJ
006686 Ampliação e reforma do fórum de Correia Pinto - TJ
006696 Construção do fórum de Turvo - TJ

Legislativo

Órgão 01000 Assembleia Legislativa do Estado

Subação

001157 Recuperação e ampliação do palácio Barriga Verde

Ministério Público

Órgão 04000 Ministério Público

Subação

006614 Modernização e desenvolvimento institucional - FERMP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2012

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	15.374.609	14.666.230	10,671	16.520.778	15.070.952	10,966	17.763.292	15.500.255	11,269
Receitas Primárias (I)	14.940.907	14.252.511	10,370	16.060.480	14.651.049	10,661	17.274.565	15.073.791	10,959
Despesa Total	15.279.174	14.575.192	10,605	16.355.233	14.919.935	10,857	17.513.892	15.282.628	11,111
Despesas Primárias (II)	13.893.619	13.253.476	9,643	14.906.369	13.598.220	9,895	15.999.221	13.960.926	10,150
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.047.288	999.035	0,727	1.154.111	1.052.829	0,766	1.275.344	1.112.866	0,809
Resultado Nominal	(327.161)	(312.087)	(0,227)	(460.187)	(419.802)	(0,305)	(427.276)	(372.841)	(0,271)
Dívida Pública Consolidada	13.830.477	13.193.243	9,599	13.958.141	12.733.207	9,265	14.086.984	12.292.307	8,937
Dívida Consolidada Líquida	6.434.781	6.138.301	4,466	5.974.594	5.450.277	3,966	5.547.318	4.840.592	3,519

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento

Nota:Os critérios de projeção das receitas e despesas obedeceram ao estabelecido pelo Banco Central do Brasil-Sistema de Metas para a Inflação-Expectativas de Mercado-Séries Históricas, notadamente no que diz respeito ao comportamento da inflação e do PIB nacional para os anos em análise, Além disso utilizou-se o PIB de Santa Catarina(base 2008 com as variações do PIB nacional) para verificação do peso das receitas e despesas sobre a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos no Estado de Santa Catarina. Para a projeção das receitas e das despesas, buscou-se os seguintes critérios:

Os valores da receita e da despesa tiveram como base o RREO de 2010

-receitas tributária, agropecuária, industrial, de serviços e de capital, o IPCA e o PIB acumulados ano a ano a partir de 2011 até 2014

-demais receitas utilizou-se o IPCA acumulado, ano a ano, a partir de 2011 até 2014

-para pessoal e encargos sociais utilizou-se o crescimento vegetativo da folha e o IPCA acumulados, ano a ano, de 2011 ate 2014

-para investimentos utilizou-se o IPCA e PIB acumulados, ano a ano, de 2011 a 2014

-demais despesas utilizou-se o IPCA acumulado, ano a ano, de 2011 até 2014

-cálculo da Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida foram considerados os valores históricos de 5 anos, expundando-se os valores sazonais, para se buscar uma trajetória estimada. Esses valores sazonais correspondem ao aumento da dívida decorrente da incorporação do BESC ao BB em 2009; alteração, em 2009, do crédito contábil para a evidenciação dos haveres financeiros decorrentes da mudança do Plano de Contas do antigo Sistema CIASC para o SIGEF; o reconhecimento de vultoso passivo decorrente de autuações fiscais do INSS e de provisões de 2010. Com isso, considerando a média percentual de variações desses anos, ou seja, 2006/07, 2007/08, 2008/09 e 2009/10, a Dívida Consolidada apresentou uma média de crescimento de 0,92% e a Dívida Líquida uma média de 7,15%, descrescente.

VARIÁVEIS	2012	2013	2014
CVFS - LDO 2012	5,00	5,00	5,00
IPCA - LDO 2012	4,83	4,57	4,54
PIB - LDO 2012	4,44	4,56	4,63
PIB - SC - LDO 2012	144.078.000	150.648.000	157.623.000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2012

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	15.374.609	14.666.230	10,671	16.520.778	15.070.952	10,966	17.763.292	15.500.255	11,269
Receitas Primárias (I)	14.940.907	14.252.511	10,370	16.060.480	14.651.049	10,661	17.274.565	15.073.791	10,959
Despesa Total	15.279.174	14.575.192	10,605	16.355.233	14.919.935	10,857	17.513.892	15.282.628	11,111
Despesas Primárias (II)	13.893.619	13.253.476	9,643	14.906.369	13.598.220	9,895	15.999.221	13.960.926	10,150
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.047.288	999.035	0,727	1.154.111	1.052.829	0,766	1.275.344	1.112.866	0,809
Resultado Nominal	(327.161)	(312.087)	(0,227)	(460.187)	(419.802)	(0,305)	(427.276)	(372.841)	(0,271)
Dívida Pública Consolidada	13.830.477	13.193.243	9,599	13.958.141	12.733.207	9,265	14.086.984	12.292.307	8,937
Dívida Consolidada Líquida	6.434.781	6.138.301	4,466	5.974.594	5.450.277	3,966	5.547.318	4.840.592	3,519

Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas de PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria de Estado do Planejamento

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2012

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2010 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2010 (b)	% PIB	Variação Valor (c) = (b-a)	Variação % (c/a) x 100
Receita Total	12.617.373	9,539	13.168.919	9,956	551.546	4,37
Receitas Primárias (I)	12.103.078	9,151	12.798.713	9,677	695.635	5,75
Despesa Total	12.317.742	9,313	13.166.964	9,955	849.222	6,89
Despesas Primárias (II)	11.231.078	8,491	11.918.266	9,011	687.188	6,12
Resultado Primário (III) = (I - II)	872.000	0,659	880.447	0,666	8.447	0,97
Resultado Nominal	554.114	0,419	138.353	0,105	(415.761)	(75,03)
Dívida Pública Consolidada	14.435.689	10,914	13.578.642	10,266	(857.047)	(5,94)
Dívida Consolidada Líquida	9.091.917	6,874	6.014.498	4,547	(3.077.419)	(33,85)

FONTE: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 2010

Nota: As receitas totais executadas, comparadas com as previstas do ano de 2010, tiveram um comportamento que demonstra o esforço do governo na busca do equilíbrio fiscal permanente. Para o ano de 2010 houve um incremento de arrecadação da ordem de 4,37% em relação ao valor projetado.

De outro modo, as despesas totais executadas, comparadas com as previstas de 2010, tiveram um incremento da ordem de 6,89%. Depreendendo-se que as melhorias salariais de algumas categorias contribuíram para que o resultado das despesas realizadas fosse maior do que as fixadas.

Comparando a diferença entre as receitas não-financeiras com as despesas não-financeiras realizadas com as previstas, percebe- se que o Resultado Primário teve um comportamento final muito semelhante ao previsto (variação de 0,97% positiva do valor realizado em relação ao valor previsto), demonstrando que o Governo do Estado de Santa Catarina tem se preocupado com o permanente equilíbrio fiscal, mantendo as contas com superávit primário. Com isso o Governo cumpre os objetivos e estratégias estabelecidas pelo Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Santa Catarina, instituído pelo Contrato nº 12/98 STN/COAFI, de 31 de março de 1998, que renegocia a dívida do Estado em bases permanentes, tendo como fundamento a estratégia do Estado voltada à obtenção de resultados primários suficientes para possibilitar a cobertura do serviço da dívida contratada.

Os valores realizados das Dívidas Pública Consolidada e Fiscal Líquida foram inferiores aos projetados porque houve um incremento pequeno de novas liberações de operações de crédito, no valor total de R$ 129.287.084,61, e um pagamento maior de precatórios, em virtude da EC 62/2009 e um crescimento dos haveres financeiros. Com isso, a meta de Resultado Nominal ficou muito inferior (75,03%) ao valor projetado para 2010.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R$ milhares
PIB - SC de 2010	132.265.000
PIB - SC de 2010	132.265.000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2012

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	11.607.435	12.617.373	8,70	13.913.074	10,27	15.374.609	10,50	16.520.778	7,45	17.763.292	7,52
Receitas Primárias (I)	11.279.176	12.103.078	7,30	13.480.619	11,38	14.940.907	10,83	16.060.480	7,49	17.274.565	7,56
Despesa Total	11.414.416	12.317.742	7,91	14.001.371	13,67	15.279.174	9,13	16.355.233	7,04	17.513.892	7,08
Despesas Primárias (II)	10.356.176	11.231.078	8,45	12.605.832	12,24	13.893.619	10,22	14.906.369	7,29	15.999.221	7,33
Resultado Primário (III) = (I - II)	923.000	872.000	(5,53)	874.787	0,32	1.047.288	19,72	1.154.111	10,20	1.275.344	10,50
Resultado Nominal	269.225	1.130.549	319,93	(2.329.975)	(306,09)	(327.161)	85,96	(460.187)	(40,66)	(427.276)	7,15
Dívida Pública Consolidada	11.324.121	14.435.689	27,48	12.561.612	(12,98)	13.830.477	10,10	13.958.141	0,92	14.086.984	0,92
Dívida Consolidada Líquida	7.961.368	9.091.917	14,20	6.761.942	(25,63)	6.434.781	(4,84)	5.974.594	(7,15)	5.547.318	(7,15)
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	13.011.935	13.355.489	2,64	13.913.074	4,17	14.666.230	5,41	15.070.952	2,76	15.500.255	2,85
Receitas Primárias (I)	12.643.956	12.811.108	1,32	13.480.619	5,23	14.252.511	5,73	14.651.049	2,80	15.073.791	2,89
Despesa Total	12.795.560	13.038.330	1,90	14.001.371	7,39	14.575.192	4,10	14.919.935	2,37	15.282.628	2,43
Despesas Primárias (II)	11.609.273	11.888.096	2,40	12.605.832	6,04	13.253.476	5,14	13.598.220	2,60	13.960.926	2,67
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.034.683	923.012	(10,79)	874.787	(5,22)	999.035	14,20	1.052.829	5,38	1.112.866	5,70
Resultado Nominal	301.801	1.196.686	296,51	(2.329.975)	(294,70)	(312.087)	86,61	(419.802)	(34,51)	(372.841)	11,19
Dívida Pública Consolidada	12.694.340	15.280.177	20,37	12.561.612	(17,79)	13.193.243	5,03	12.733.207	(3,49)	12.292.307	(3,46)
Dívida Consolidada Líquida	8.924.694	9.623.794	7,83	6.761.942	(29,74)	6.138.301	(9,22)	5.450.277	(11,21)	4.840.592	(11,19)

FONTE: Secretaria de Estado do Planejamento

Metodologia de Cálculos dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2009	2010	2011	2012	2013	2014
4,28	5,90	5,85	4,83	4,57	4,54

O Demonstrativo foi elaborado conforme orientação contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, instituído pela Portaria STN nº 249, de 2010. Os critérios utilizados para a projeção dos valores para 2012, 2013 e 2014 estão especificados no Relatório de Metas Anuais.

Os valores da receitas e despesas, em valores correntes, dos anos de 2009, 2010 e 2011 foram extraídos da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 15.297, de 03 de setembro de 2010.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2012

AMF - Demonstrativo IV (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	150.645.797,20	-3%	129.374.720,67	-3%	129.374.720,67	-3%
RESERVAS	16.597.773,04	0%	16.597.773,04	0%	16.597.773,04	0%
RESULTADO ACUMULADO	(4.781.922.424,56)	104%	(4.553.626.224,03)	103%	(5.082.424.034,64)	103%
TOTAL	(4.614.678.854,32)	100%	(4.407.653.730,32)	100%	(4.936.451.540,93)	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
PATRIMÔNIO	-	-	-	-	-	-
RESERVAS	-	-	-	-	-	-
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	78.087.582,22	100%	(28.403.721.737,18)	100%	(26.422.996.354,57)	100%
TOTAL	78.087.582,22	100%	(28.403.721.737,18)	100%	(26.422.996.354,57)	100%

FONTE: Balanço Geral do Estado dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1) As informações apresentadas na parte superior do Demonstrativo representam o Patrimônio Líquido Consolidado, deduzidos os valores correspondentes ao Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário, apresentado separadamente na parte inferior.

2) O expressivo aumento no montante do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário se deve ao fato de mudança metodológica da contabilização das Provisões Matemáticas Previdenciárias. A nova sistemática passa a evidenciar, além do valor do Déficit Atuarial, os futuros repasses para Cobertura de Insuficiências Financeiras. Dessa forma, o lançamento da provisão dos futuros repasses para a Cobertura de Insuficiências Financeiras afetou positivamente o resultado do exercício de 2010.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2012

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2010 (a)	2009 (b)	2008 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	7.369	5.114	12.046
Alienação de Bens Móveis	4.656	2.855	11.298
Alienação de Bens Imóveis	2.713	2.260	748

DESPESAS EXECUTADAS	2010 (d)	2009 (e)	2008 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	7.565	6.756	10.327
DESPESAS DE CAPITAL	7.565	6.756	10.327
Investimentos	7.565	6.616	10.327
Inversões financeiras	-	140	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-

SALDO FINANCEIRO	2010 (g)=((Ia-IId)+IIIh)	2009 (h)=((Ib-IIe)+IIIi)	2008 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	7.489	7.686	9.327

FONTE: SEF - Balanço Geral do Estado - Anexo XIV - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2012

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS	2008	2009	2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	696.771.092	362.874.849	434.897.434
RECEITAS CORRENTES	709.944.224	379.122.243	435.928.815
Receita de Contribuições dos Segurados	302.245.416	332.229.008	382.174.149
Pessoal Civil	255.175.951	283.107.000	324.703.919
Pessoal Militar	47.069.465	49.122.007	57.470.229
Outras Receitas de Contribuições	-	7.771.045	4.678.628
Receita Patrimonial	9.281.804	18.367.056	14.424.113
Receita de Serviços	4.096	720	666
Outras Receitas Correntes	398.412.908	20.754.415	34.643.303
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	16.242.535	19.907.400	28.330.848
Outras Receitas Correntes (1)	382.170.373	847.015	6.312.454
RECEITAS DE CAPITAL	27.093	17.324	7.955,61
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	27.093	17.324	7.995,61
Outras Receitas de Capital	-	-	-

(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	13.200.226	16.264.717	1.031.381
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	457.116.695	521.625.158	597.323.037
RECEITAS CORRENTES	457.143.127	521.788.344	594.835.074
Receita de Contribuições	457.143.127	521.788.344	594.835.074
Patronal	457.918.786	519.414.653	592.265.867
Pessoal Civil	380.937.136	436.104.859	496.473.596
Pessoal Militar	73.981.650	83.309.794	95.792.270
Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos	2.224.340	2.373.691	2.569.207
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	26.431,42	163.186	81.244
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	1.153.887.787	884.500.007	1.032.220.471

DESPESAS	2008	2009	2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.856.270.550	2.038.971.018	2.465.611.958,55
ADMINISTRAÇÃO	35.131.885	31.062.990	37.665.561
Despesas Correntes	34.004.857	30.367.922	36.132.352
Despesas de Capital	1.127.028	695.068	1.533.209
PREVIDÊNCIA	1.821.138.665	2.007.908.029	2.427.946.397,55
Pessoal Civil	1.523.265.499	1.685.264.552	2.037.917.741.55
Pessoal Militar	291.592.648	322.599.005	390.028.656
Outras Despesas Previdenciárias	6.280.517	44.472	12.025.373
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	6.280.517	44.472	12.025.373
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	3.157.833	4.334.911	3.807.623
ADMINISTRAÇÃO	3.157.833	4.334.911	3.807.623
Despesas Correntes	3.157.833	4.334.911	3.807.623
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)5	1.859.428.383	2.043.305.929	2.469.419.581,55
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(705.540.597)	1.158.805.92)	(1.437.199.110,55)
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2008	2009	2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	993.271.951	784.035.787	
Plano Financeiro	993.271.951	784.035.787	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras (2)	993.271.951	746.341.787	904.344.266,04
Recursos para Formação de Reserva	-	-	
Outros Aportes para o RPPS	-	37.694.000	-
Plano Previdenciário	-	-	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	
Outros Aportes para o RPPS (3)	-	-	444.913.286,31
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS (4)	287.731.354	(374.770.135)	4.449.081
BENS E DIREITOS DO RPPS	435.519.897	636.088.157	275.249.453

FONTES: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do SIGEFI/SC ano base 2010; Comparativo Despesa Autorizada, empenhada, Liquidada e Paga do SIGEFI/SC ano base 2010, Balanço Geral do IPREV do ano de 2010.

NOTAS DO ANO DE 2010:

(1) Nesta linha foram informadas as Demais Receitas Correntes do RPPS.

(2) Nesta linha foram incluídos os valores dos recursos utilizados para pagamento das despesas com aposentadorias dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.

(3) Nesta linha foram incluídos os valores da dívida do Estado para com o IPREV, dívida esta que foi federalizada conforme 4º Termo Aditivo de confissão e assunção de dívida. O valor recebido foi utilizado para o pagamento da folha de inativos.

(4) Na coluna do ano de 2010, foram consideradas consignações do ano de 2009 não baixadas pelo SIGEFI/SC no valor de R$ 9.710.958,93.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO PREVIDENCIÁRIO

2012

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d "anterior" + c)
2011	48.604.797,87	644.258,63	47.960.539,24	96.445.474,00
2012	92.977.924,30	1.706.694,69	91.271.229,61	187.716.703,61

2013	112.303.920,96	2.983.529,60	109.320.391,36	297.037.094,97
2014	133.897.096,76	4.500.427,64	129.396.669,12	426.433.764,09
2015	160.381.587,06	6.305.558,41	154.076.028,65	580.509.792,74
2016	186.242.566,20	8.404.021,22	177.838.544,98	758.348.337,72
2017	214.222.396,38	10.853.411,12	203.368.985,26	961.717.322,98
2018	248.890.701,59	13.701.495,30	235.189.206,29	1.196.906.529,27
2019	284.839.326,58	17.292.003,31	267.547.323,27	1.464.453.852,54
2020	318.717.830,87	21.486.627,06	297.231.203,81	1.761.685.056,35
2021	354.910.261,19	26.267.730,24	328.642.530,95	2.090.327.587,30
2022	390.805.664,04	31.783.924,22	359.021.739,82	2.449.349.327,12
2023	431.908.138,01	38.015.412,20	393.892.725,81	2.843.242.052,93
2024	474.547.036,93	45.006.289,41	429.540.747,52	3.272.782.800,45
2025	516.680.859,66	52.828.881,63	463.851.978,03	3.736.634.778,48
2026	564.860.812,18	61.999.537,10	502.861.275,08	4.239.496.053,56
2027	612.210.865,21	72.378.454,69	539.832.410,52	4.779.328.464,07
2028	663.188.590,19	83.544.411,68	579.644.178,51	5.358.972.642,58
2029	718.634.271,18	94.800.850,85	623.833.420,33	5.982.806.062,91
2030	771.434.742,62	108.168.449,75	663.266.292,87	6.646.072.355,78
2031	828.019.388,14	122.432.846,04	705.586.542,10	7.351.658.897,88
2032	887.847.136,74	138.278.455,47	749.568.681,27	8.101.227.579,15
2033	949.268.153,69	156.895.259,90	792.372.893,79	8.893.600.472,94
2034	1.013.285.485,27	177.837.059,82	835.448.425,45	9.729.048.898,39
2035	1.081.306.941,10	199.595.106,89	881.711.834,21	10.610.760.732,60
2036	1.152.251.506,82	223.494.986,81	928.756.520,01	11.539.517.252,61
2037	1.215.756.970,73	284.785.439,04	930.971.531,69	12.470.488.784,31
2038	1.286.161.754,10	339.080.719,21	947.081.034,89	13.417.569.819,20
2039	1.353.911.507,46	395.893.241,63	958.018.265,83	14.375.588.085,03
2040	1.422.876.967,56	442.914.039,66	979.962.927,90	15.355.551.012,94
2041	1.494.084.054,50	488.202.276,84	1.005.881.777,66	16.361.432.790,60
2042	1.554.410.237,38	575.081.735,00	979.328.502,38	17.340.761.292,97
2043	1.617.720.223,78	659.581.676,01	958.138.547,77	18.298.899.840,74
2044	1.678.272.913,43	748.966.275,02	929.306.638,41	19.228.206.479,15
2045	1.737.617.039,81	821.414.469,85	916.202.569,96	20.144.409.049,11
2046	1.797.586.712,69	879.146.643,61	918.440.069,08	21.062.849.118,19
2047	1.848.225.034,62	964.538.118,98	883.686.915,64	21.946.536.033,83
2048	1.899.175.457,71	1.053.742.191,05	845.433.266,66	22.791.969.300,49
2049	1.949.300.065,62	1.136.933.162,74	812.366.902,88	23.604.336.203,37
2050	2.001.870.815,56	1.199.288.531,93	802.582.283,63	24.406.918.487,00
2051	2.043.307.086,23	1.286.594.905,35	756.712.180,88	25.163.630.667,88
2052	2.092.711.475,05	1.349.072.744,58	743.638.730,47	25.907.269.398,35
2053	2.132.432.285,74	1.428.245.883,23	704.186.402,51	26.611.455.800,86
2054	2.173.263.865,68	1.504.746.554,14	668.517.311,54	27.279.973.112,39
2055	2.216.901.635,49	1.562.736.443,37	654.165.192,12	27.934.138.304,51
2056	2.259.628.180,10	1.605.125.312,63	654.502.867,47	28.588.641.171,98
2057	2.301.219.308,69	1.642.782.191,09	658.437.117,60	29.247.078.289,58
2058	2.340.952.883,20	1.683.704.664,58	657.248.218,62	29.904.326.508,20
2059	2.382.818.814,57	1.718.541.444,41	664.277.370,16	30.568.603.878,37
2060	2.427.918.574,25	1.737.039.375,53	690.879.198,72	31.259.483.077,09
2061	2.469.627.501,36	1.764.867.790,89	704.759.710,47	31.964.242.787,56
2062	2.515.635.615,22	1.781.386.874,80	734.248.740,42	32.698.491.527,98
2063	2.557.972.214,40	1.825.639.831,86	732.332.382,54	33.430.823.910,52
2064	2.601.556.565,37	1.854.743.308,53	746.813.256,84	34.177.637.167,35
2065	2.646.289.857,72	1.889.386.137,29	756.903.720,43	34.934.540.887,78
2066	2.693.145.116,59	1.908.847.730,29	784.297.386,30	35.718.838.274,08
2067	2.741.753.393,23	1.928.140.380,13	813.613.013,10	36.532.451.287,17
2068	2.792.254.535,42	1.937.375.233,53	854.879.301,89	37.387.330.589,06
2069	2.845.935.327,81	1.948.599.199,70	897.336.128,11	38.284.666.717,17
2070	2.903.928.872,29	1.946.051.532,12	957.877.340,17	39.242.544.057,34
2071	2.965.204.354,44	1.935.169.670,48	1.030.034.683,96	40.272.578.741,30
2072	3.031.460.119,96	1.913.182.510,37	1.118.277.609,59	41.390.856.350,89
2073	3.096.639.497,47	1.939.746.342,47	1.156.893.155,00	42.547.749.505,90
2074	3.167.824.889,51	1.944.784.386,72	1.223.040.502,79	43.770.790.008,68
2075	3.240.843.080,33	1.955.770.097,49	1.285.072.982,84	45.055.862.991,53
2076	3.317.202.179,43	1.966.219.989,66	1.350.982.189,77	46.406.845.181,29
2077	3.395.222.332,67	1.998.053.082,07	1.397.169.250,60	47.804.014.431,89
2078	3.478.945.313,37	2.006.510.702,57	1.472.434.610,80	49.276.449.042,70
2079	3.564.681.634,73	2.028.264.852,95	1.536.416.781,78	50.812.865.824,48
2080	3.659.976.145,57	2.022.496.341,49	1.637.479.804,08	52.450.345.628,56
2081	3.760.730.254,66	2.013.253.700,63	1.747.476.554,03	54.197.822.182,58
2082	3.867.734.786,07	1.995.251.474,91	1.872.483.311,16	56.070.305.493,74
2083	3.978.688.647,26	1.998.140.962,44	1.980.547.684,82	58.050.853.178,56
2084	4.098.299.473,44	1.989.970.332,58	2.108.329.140,86	60.159.182.319,42
2085	4.223.165.012,96	1.999.210.504,50	2.223.954.508,46	62.383.136.827,88

Fonte: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Nota: Projeção atuarial elaborada em 31/12/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO FINANCEIRO
2012

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d "anterior" + c)
2011	664.643.792,17	2.676.715.954,91	(2.012.072.162,74)	-
2012	658.288.031,82	2.737.064.413,09	(2.078.776.381,27)	-
2013	647.579.074,24	2.809.746.215,08	(2.162.167.140,84)	-
2014	629.955.530,11	2.898.220.595,39	(2.268.265.065,28)	-
2015	613.692.265,68	2.987.231.615,94	(2.373.539.350,26)	-
2016	598.215.731,91	3.055.512.295,81	(2.457.296.563,90)	-
2017	575.233.743,60	3.158.740.958,82	(2.583.507.215,22)	-
2018	555.103.638,09	3.236.571.341,97	(2.681.467.703,88)	-
2019	535.517.849,69	3.294.235.043,73	(2.758.717.194,04)	-
2020	519.170.952,51	3.328.315.584,55	(2.809.144.632,04)	-
2021	504.811.138,75	3.347.256.526,33	(2.842.445.387,58)	-
2022	487.114.895,72	3.378.669.189,20	(2.891.554.293,48)	-
2023	466.281.325,57	3.390.536.540,06	(2.924.255.214,49)	-
2024	452.038.743,95	3.375.571.402,05	(2.923.532.658,10)	-
2025	432.333.257,07	3.372.542.043,01	(2.940.208.785,94)	-
2026	418.251.680,32	3.356.318.085,08	(2.938.066.404,76)	-
2027	401.298.339,36	3.332.818.536,36	(2.931.520.197,00)	-
2028	382.479.729,78	3.301.680.910,42	(2.919.201.180,64)	-
2029	369.429.084,33	3.255.855.860,69	(2.886.426.776,36)	-
2030	357.173.751,02	3.201.629.620,34	(2.844.455.869,32)	-
2031	345.437.504,67	3.138.177.779,86	(2.792.740.275,19)	-
2032	328.765.398,18	3.080.470.581,08	(2.751.705.182,91)	-
2033	312.892.476,40	3.012.406.681,79	(2.699.514.205,39)	-
2034	295.778.730,44	2.939.923.244,26	(2.644.144.513,82)	-
2035	283.530.118,28	2.865.935.160,98	(2.582.405.042,70)	-
2036	258.119.371,25	2.794.231.550,82	(2.536.112.179,57)	-
2037	249.200.990,07	2.712.798.308,14	(2.463.597.318,07)	-
2038	238.458.273,79	2.619.786.107,73	(2.381.327.833,94)	-
2039	223.181.755,92	2.518.008.925,55	(2.294.827.169,63)	-
2040	212.845.751,19	2.420.854.650,54	(2.208.008.899,35)	-
2041	201.355.440,37	2.326.014.090,47	(2.124.658.650,10)	-
2042	191.430.192,94	2.215.140.889,97	(2.023.710.697,03)	-
2043	185.403.072,72	2.099.138.575,36	(1.913.735.502,64)	-
2044	178.090.943,48	1.983.705.748,02	(1.805.614.804,54)	-
2045	167.482.348,80	1.868.340.083,01	(1.700.857.734,21)	-
2046	163.746.933,92	1.755.676.815,28	(1.591.929.881,36)	-
2047	156.237.613,99	1.645.092.853,25	(1.488.855.239,26)	-
2048	149.878.328,32	1.537.117.956,52	(1.387.239.628,20)	-
2049	143.503.673,41	1.432.171.891,37	(1.288.668.217,96)	-
2050	138.713.015,46	1.331.074.910,48	(1.192.361.895,02)	-
2051	136.772.127,67	1.234.198.969,65	(1.097.426.841,98)	-
2052	132.698.275,84	1.141.515.865,22	(1.008.817.589,38)	-
2053	128.482.394,27	1.053.268.161,36	(924.785.767,09)	-
2054	123.641.629,43	969.482.522,27	(845.840.892,84)	-
2055	116.633.338,99	890.123.846,48	(773.490.507,49)	-
2056	115.902.996,72	815.362.142,18	(699.459.145,46)	-
2057	112.283.732,27	745.239.533,91	(632.955.801,64)	-
2058	109.720.329,63	679.585.347,76	(569.865.018,13)	-
2059	105.491.879,61	618.399.564,13	(512.907.684,52)	-
2060	106.943.858,05	561.742.846,46	(454.798.988,41)	-
2061	107.224.421,83	509.466.458,78	(402.242.036,95)	-
2062	107.379.922,26	461.530.781,19	(354.150.858,93)	-
2063	104.266.602,32	417.589.752,96	(313.323.150,65)	-
2064	101.672.912,11	377.644.742,06	(275.971.829,95)	-
2065	99.068.074,60	341.350.745,95	(242.282.671,35)	-

2066	101.528.231,77	308.694.977,40	(207.166.745,63)	-
2067	93.370.728,36	279.132.144,32	(185.761.415,96)	-
2068	98.969.750,14	252.780.496,99	(153.810.746,85)	-
2069	92.593.276,87	229.318.938,75	(136.725.661,88)	-
2070	94.713.632,58	208.348.589,06	(113.634.956,48)	-
2071	96.484.616,49	189.840.163,76	(93.355.547,27)	-
2072	98.351.319,92	173.645.079,47	(75.293.759,55)	-
2073	98.267.658,99	159.605.312,78	(61.337.653,79)	-
2074	98.525.837,16	147.451.027,85	(48.925.190,69)	-
2075	98.155.730,08	137.032.051,64	(38.876.321,56)	-
2076	95.933.402,07	128.066.276,67	(32.132.874,60)	-
2077	95.556.821,39	120.492.550,81	(24.935.729,42)	-
2078	94.287.284,48	114.148.986,82	(19.861.702,34)	-
2079	92.979.975,78	108.896.460,12	(15.916.484,34)	-
2080	91.270.367,61	104.591.968,57	(13.321.600,96)	-
2081	90.065.519,91	101.242.818,51	(11.177.298,60)	-
2082	90.683.793,35	98.530.258,15	(7.846.464,80)	-
2083	90.687.730,95	96.456.488,21	(5.768.757,26)	-
2084	90.713.701,35	94.937.522,27	(4.223.820,92)	-
2085	89.974.294,33	93.813.124,77	(3.838.830,44)	-

Fonte: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV
Nota: Projeção atuarial elaborada em 31/12/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2012

Valores da renúncia tributária relativa a benefícios fiscais de ICMS, IPVA e ITCMD para efeito de cumprimento do disposto no art. 121, § 1º, da Constituição Estadual; art. 4º, VI, da Lei nº 11.510, de 24 de julho de 2000, e artigo 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

R$ 1,00

BENEFÍCIO FISCAL	PREVISÃO DO VALOR DA RENÚNCIA
Isenção, redução da base de cálculo e crédito presumido para PRODUTOS DA CESTA BÁSICA, inclusive leite	254.957.964,00
Isenção na saída de mexilhão, marisco, ostra, berbigão e vieira, em estado natural, resfriado ou congelado	1.417.212,00
Crédito presumido nas saídas de peixes, crustáceos ou moluscos	72.980.040,00
Isenção para água potável ou natural	89.575.746,00
Isenção e manutenção de crédito sobre PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUÁRIOS	254.957.964,00
Isenção nas operações com produtos industrializados, inclusive semi- elaborados, para a ZONA FRANCA DE MANAUS	42.492.775,00
Exclusão do ACRÉSCIMO FINANCEIRO nas vendas a prazo pelo comércio varejista	28.328.516,00
Isenção no fornecimento de ÓLEO DIESEL para EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS	35.835.809,00
Isenção na saída de MAÇÃ	38.243.759,00
Redução da base de cálculo na saída de TIJOLOS, TELHAS, TUBOS E MANILHAS	24.221.222,00
Redução da base de cálculo nas operações com FERROS E AÇOS NÃO PLANOS	11.685.446,00
Redução da base de cálculo na saída interna promovida por ATACADISTAS	9.971.669,00
Redução da base de cálculo na saída de GLP - Gás Liquefeito de Petróleo	23.229.172,00
Redução da base de cálculo na saída de AREIA, PEDRA BRITADA E ARDÓSIA	49.574.903,00
Crédito presumido na saída de PRODUTOS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO	60.575.257,00
Redução da base de cálculo na saída de VEÍCULOS AUTOMOTORES USADOS	42.492.775,00
Redução da base de cálculo na prestação de serviço de TELEVISÃO POR ASSINATURA	11.331.143,00
Redução da base de cálculo na prestação de serviço de PROVIMENTO DE ACESSO À Internet	850.326,00
Redução da base de cálculo na saída de GÁS NATURAL	4.249.014,00
Redução da base de cálculo na saída de CRISTAL E PORCELANA	14.164.257,00
Redução da base de cálculo na saída de carne tributada a 7% para outra unidade da federação	33.994.745,00
Crédito presumido na saída interna de: açúcar, café, manteiga, óleo de soja e de milho, margarina, creme vegetal, vinagre, sal de cozinha, bolachas e biscoitos, óleo vegetal bruto degomado, óleo vegetal refinado, gordura e farelo de soja, como medida de proteção, atração e manutenção da competitividade de empresas catarinense do ramo	63.739.162,00
Crédito presumido para empresas de ENERGIA ELÉTRICA	32.805.860,00
Crédito presumido para carnes e miudezas comestíveis de AVES e operações de entrada de SUÍNOS, GADO BOVINO PRECOCE E CARNES E MIÚDOS COMESTÍVEIS DE BOVINOS E BUFALINOS	182.326.008,00
Crédito presumido para LINGOTES E TARUGOS DE METAIS NÃO FERROSOS, BOBINAS, TIRAS E CHAPAS DE AÇO	181.247.850,00
Crédito presumido nas saídas de MERCADORIAS IMPORTADAS DO EXTERIOR PROMOVIDAS POR IMPORTADOR - Programa de atração e manutenção de empresas importadoras de mercadorias que não concorram com a indústria catarinense	811.274.790,00
Crédito presumido nas saídas de mercadorias IMPORTADAS DO EXTERIOR PROMOVIDAS POR IMPORTADOR	670.669.083,00
COMPEX - Programa de Modernização e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social de Santa Catarina - PRÓ-EMPREGO	468.460.441,00
Crédito presumido SIMPLES	169.164.660,00
Cesta Básica da Construção Civil	33.994.745,00
Crédito presumido PRÓ-CARGAS	25.495.401,00
FUNDOSOCIAL	197.880.527,00
SEITEC - Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte	218.052.912,00

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense	476.065.602,00
IPVA - isenções (táxi, ônibus, veículos para deficientes físicos, APAE e outras)	55.949.739,00
Isenções ITCMD (transmissões de pequeno valor, sociedades sem fins lucrativos, bens destinados a programas de habitação popular e outros)	708.605,00
Crédito presumido concedido à MICROCERVEJARIA	1.034.238,00
Redução de alíquota para PROTETOR SOLAR	245.300,00
Crédito presumido na saída subseqüente à importação de Medicamentos e suas matérias-primas e produtos intermediários, Produtos para Diagnósticos e Equipamentos Médico-Hospitalares (Lei nº 10.297/96, art. 43)	11.550.000,00
Crédito presumido à industria de fumo nas saídas a contribuintes	1.058.000,00
Crédito concedido como incentivo à aquisição de EQUIPAMENTOS DE CONTROLE FISCAL	7.695.000,00
Redução da base de cálculo nas operações promovidas por atacadistas como substituto tributário	34.957.650,00
OUTROS BENEFÍCIOS CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO	124.145.200,00
VALOR TOTAL DA RENÚNCIA	4.873.650.487.00

Notas explicativas:

1 Embora sejam colocados como renúncia de receita, o PRÓ-EMPREGO, o COMPEX e o Programa Estadual de Importações por portos e aeroportos catarinenses são um atrativo de operações para o Estado, trazendo na verdade mais receitas. Os regimes atraem operações que não existiriam sem os referidos benefícios fiscais, pois tais operações estariam sendo realizadas por meio de portos e aeroportos localizados em outras unidades da Federação, como os Estados do Paraná e Espírito Santo.

2 O FUNDOSOCIAL em verdade, no valor expressado, não se trata de renúncia de receita, apenas deslocamento legal de arrecadação para outro fim. O que se pode considerar como renúncia de receita no caso, é a bonificação dada ao contribuinte de 6% sobre o valor doado.

3 As contribuições ao fundo SEITEC constituem-se em doação do ICMS aos Fundos de Turismo, Esporte e Cultura. Portanto, canaliza-se a receita para os programas de governo que especifica, não configurando propriamente renúncia.

4 Os valores do PRODEC, ao final da carência, retornam ao Estado por intermédio do FADESC. Logo, constitui-se em fomentador da atividade econômica.

5 Os benefícios concedidos como forma de incentivar as Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO, bem como a instalação de um Complexo Industrial Naval de Santa Catarina, ainda não são mensuráveis por que os investimentos nestes setores ainda não se efetivaram, ou estão em fase de implantação.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
OUTRAS INSENÇÕES, REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
E/OU CRÉDITO PRESUMIDO
2012

1) veículos para deficientes, para táxis e veículos do corpo de bombeiros; produtos de artesanato; medicamentos, próteses e aparelhos; produtos para combate à AIDS; saída de máquinas, equipamentos, peças e acessórios para indústria naval ou náutica; Pós- larva de CAMARÃO; Sanduíche Big Mac;

2) equipamentos e acessórios destinados a portadores de deficiência; Programa de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal Estadual; Coletores Eletrônicos de Voto; Produtos e equipamentos utilizados em diagnóstico em imunohematologia, sorologia e coagulação; Doação para assistência às vítimas de seca na área da SUDENE; Doação à Secretaria Executiva de Articulação Nacional, em Brasília; Pilhas e baterias usadas; Mercadorias destinadas a Programas de fortalecimento e modernização de áreas públicas estaduais e municipais com apoio do BID; Bombas d'água a serem instaladas no semi-árido brasileiro dentro do Programa Bomba d'Água Popular; Mercadorias importadas; Diferencial de alíquota nas aquisições da Embrapa; Nas prestações de serviço de transporte;

3) saída de veículos, quando adquiridos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão através do Programa de Reequipamento Policial da Polícia Militar ou pela Secretaria de Estado da Fazenda, para reequipamento da fiscalização estadual, dispensado o estorno de crédito de que trata o art. 36, I e II do Regulamento (Convênios ICMS 34/92 e 56/00);

4) saída de veículo automotor, máquina e equipamento, quando adquiridos pelos Corpos de Bombeiros Voluntários, devidamente constituídos e reconhecidos de utilidade pública, através de Lei Municipal, para utilização nas suas atividades específicas (Convênios ICMS 32/95, 20/97, 48/97, 67/97, 121/97, 23/98, 05/99, 07/00, 21/02 e 10/04);

5) fornecimento de energia elétrica destinada ao consumo pelos órgãos da administração pública estadual direta e suas fundações e autarquias, mantidas pelo poder público estadual, devendo o benefício ser transferido aos beneficiários, mediante redução do valor da operação, em montante correspondente ao imposto dispensado (Convênio ICMS 24/03);

6) saída de peças de argamassa armada destinadas à construção de obras com finalidades sociais, objeto de convênios ou contratos firmados com o Governo Federal, Estadual ou Municipal (Convênio ICMS 12/93);

7) a saída de produto resultante do trabalho de reeducação dos detentos, promovida pelos estabelecimentos do Sistema Penitenciário do Estado;

8) nas aquisições efetuadas por adjudicação de mercadorias que tenham sido oferecidas à penhora;

9) saída relativa à aquisição de bens e mercadorias promovidas pelos órgãos da administração pública estadual direta e suas fundações e autarquias, mantidas pelo poder público estadual;

10) saída dos seguintes produtos hortifrutículas em estado natural;

11) saída de ovos;

12) saída com destino a estabelecimento agropecuário de reprodutor ou matriz de gado;

13) saída de sêmen de bovino, de ovino, de caprino e de suíno congelados ou resfriados e embriões de bovino, de ovino, de caprino e de suíno;

14) saída de pós-larva de camarão;

15) saída de vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria;

16) saída relacionada com a destroca de botijões vazios (vasilhame);

17) saída de bens de estabelecimento de operadora de serviços públicos de telecomunicações;

18) saída de bens de estabelecimento de concessionária de serviços públicos de energia elétrica;

19) saída de equipamentos de propriedade da EMBRATEL;

20) saída de embarcação construída no país, bem como a aplicação de peça, parte ou componente utilizado no reparo, conserto e reconstrução de embarcações;

21) saída das mercadorias relacionadas em razão de doação ou cessão, em regime de comodato, efetuada pela indústria de máquinas e equipamentos, para SENAI;

22) saída dos equipamentos e acessórios relacionados que se destinem, exclusivamente, ao atendimento a pessoas portadoras de deficiência;

23) saída dos produtos relacionados destinados a portadores de deficiência física ou auditiva;

24) saída de obra de arte decorrente de operação realizada pelo próprio autor;

25) saída, a título de distribuição gratuita, de amostra de diminuto ou nenhum valor comercial;

26) saída de refeição fornecida por estabelecimento industrial, comercial ou produtor, agremiação estudantil, instituição de educação ou assistência social, sindicato ou associação de classe as seus empregados, associados, professores, alunos ou beneficiados;

27) saída de mercadoria em doação a entidades governamentais, para assistência a vítimas de calamidade pública;

28) saída de mercadoria de produção própria, promovida por instituição de assistência social e de educação, sem finalidade lucrativa;

29) saída de produto farmacêutico, em operação realizada entre órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e suas fundações, bem como a saída realizada pelos referidos órgãos ou entidades para consumidor final;

30) saída dos medicamentos de uso humano para o tratamento de portadores do vírus da AIDS e dos fármacos destinados à sua produção;

31) saída de trava-blocos para a construção de casas populares, vinculada a programas habitacionais para população de baixa renda, promovidos por Municípios ou por Associações de Municípios, por órgãos ou entidades de administração pública, direta ou indireta, estadual ou municipal, ou por fundações instituídas e mantidas pelo poder público estadual ou municipal;

32) saída realizada pela Fundação Pró-TAMAR;

33) saída de mercadoria para uso ou consumo de embarcação ou aeronave de bandeira estrangeira, aportada no país;

34) saída de combustível e lubrificante para abastecimento de embarcações e aeronaves nacionais com destino ao exterior;

35) saída de produto manufaturado de fabricação nacional quando promovida pelo fabricante e destinada às empresas nacionais exportadoras de serviços;

36) saída de papel-moeda, moeda metálica e cupons de distribuição do leite, promovidas pela Casa da Moeda do Brasil;

37) saída de mercadoria recebida por doação de organizações internacionais ou estrangeiras ou países estrangeiros para distribuição gratuita em programas;

38) saída de produto industrializado promovida por lojas francas instaladas nas zonas primárias de aeroportos de categoria internacional e autorizadas pelo órgão competente do Governo Federal;

39) saída de produto industrializado destinado à comercialização por lojas francas instaladas nas zonas primárias de aeroportos;

40) saída de Coletores Eletrônicos de Voto - CEV, suas partes, peças de reposição e acessórios;

41) saída dos produtos e equipamentos utilizados em diagnóstico em imunohematologia, sorologia e coagulação destinados a órgãos ou entidades da administração pública;

42) saída de preservativos;

43) saída dos produtos relacionados destinados ao aproveitamento das energias solar e eólica;

44) remessa de animais para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, para fins de inseminação e inovulação com animais de raça;

45) saídas de mercadorias, em decorrência de doação para assistência às vítimas de situação de seca nacionalmente reconhecida;

46) saída dos equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde;

47) doações promovidas pela EMBRATEL, de material de consumo, equipamentos e outros bens móveis, para associações destinadas a portadores de deficiência física, comunidades carentes, órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, especialmente escolas e universidades, bem como fundações de direito público, autarquias e corporações mantidas pelo poder público;

48) que destinem ao Ministério da Saúde os equipamentos médico-hospitalares;

49) devolução impositiva de embalagens vazias de agrotóxicas e respectivas tampas, realizadas sem ônus (Convênio ICMS 42/01);

50) saída de veículos quando adquiridos pela Polícia Rodoviária Federal, de acordo com o previsto no Plano Anual de Reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal, observado ao seguinte (Convênio ICMS 69/01);

51) saída dos seguintes medicamentos:

a) à base de mesilato de imatinib;

b) interferon alfa-2A;

c) interferon alfa-2B;

d) peg interferon alfa-2A;

e) peg intergeron alfa-2B;

52) saída de fármacos e medicamentos relacionados destinados a órgãos da administração pública, direta e indireta, federal, estadual e municipal, bem como suas fundações;

53) saída de mercadoria em doação à Secretaria Executiva de Articulação Nacional com sede em Brasília, DF;

54) saída de mercadorias em doação para a Fundação Nova Vida, destinadas à Festa dos Estados realizada no Distrito Federal;

55) saídas de pilhas e baterias usadas, após seu esgotamento energético;

56) saída de mercadorias destinadas aos Programas de Fortalecimento e Modernização das Áreas de Gestão, de Planejamento e de Controle Externo dos Estados e do Distrito Federal;

57) saída de bombas d'água popular de acionamento manual a serem instaladas no semi- árido brasileiro dentro do Programa Bomba d'Água Popular;

58) entrada de frutas frescas provenientes dos países membros da ALADI, exceto amêndoa, avelã, castanha, maçã, noz e pêra;

59) entrada, em estabelecimento comercial ou produtor, de matriz ou reprodutor de bovino, ovino, suíno ou bufalino, puro de origem ou puro por cruza, em condições de obter no país o registro genealógico oficial;

60) até 31 de outubro de 2007, a entrada, em estabelecimento de produtor, de matriz e reprodutor de caprino de comprovada superioridade genética;

61) entrada de iodo metálico;

62) entrada de foguetes antigranizo e respectivas rampas ou plataformas de lançamento, sem similar nacional, desde que a operação esteja beneficiada com isenção ou alíquota reduzida a zero dos impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados;

63) entrada de equipamentos gráficos destinados à impressão de livros, jornais e periódicos vinculados a projetos aprovados até 31 de março de 1989 pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial;

64) entrada de máquina de limpar e selecionar frutas classificada no código 8433.60.90 da NBM/SH, sem similar produzido no país, importada diretamente do exterior para integração no ativo imobilizado do importador e uso exclusivo na atividade por este realizada, devendo a inexistência de produto similar nacional ser atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos com abrangência em todo o território nacional;

65) entrada de aparelhos, máquinas e equipamentos, instrumentos técnico-científicos laboratoriais, partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica, realizada diretamente pela EMBRAPA, com financiamento de empréstimos internacionais, firmados pelo Governo Federal;

66) entrada de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar produzido no país, importados do exterior diretamente por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como por fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social portadoras do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social;

67) entrada de partes e peças, para aplicação em máquinas, aparelhos, equipamentos e instrumentos, reagentes químicos destinados à pesquisa médico hospitalar, e os medicamentos relacionados no Anexo 1, Seção X, sem similar produzido no país, importados diretamente do exterior por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como por fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social portadoras do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social;

68) entrada de bens, decorrentes de concorrência internacional com participação de indústria do país, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de contrato de financiamento a longo prazo celebrado com entidades financeiras internacionais, destinados à implantação de projeto de saneamento básico pela Companhia Estadual de Saneamento, desde que a operação esteja beneficiada com isenção ou alíquota reduzida a zero dos impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;

69) entrada de mercadoria, sem similar nacional, importada diretamente do exterior por órgão da administração pública estadual direta, suas autarquias ou fundações, destinadas a integrar o seu ativo imobilizado ou para seu uso ou consumo;

70) o recebimento, por doação, de produtos importados do exterior diretamente por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social portadoras do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social;

71) entrada de equipamentos científicos e de informática, suas partes, peças de reposição e acessórios, bem como reagentes químicos, importados do exterior diretamente por órgãos da administração pública direta e indireta, observado o seguinte (Convênio ICMS 80/95):

72) entrada de mercadorias a serem utilizadas no processo de fracionamento e industrialização de componentes e derivados do sangue ou na sua embalagem, acondicionamento ou recondicionamento, desde que realizadas por órgãos e entidades de hematologia e hemoterapia dos Governos Federal, Estadual ou Municipal, sem fins lucrativos, e a importação seja efetuada com isenção ou alíquota reduzida a zero do Imposto de Importação;

73) recebimento dos remédios denominados Milupa PKV 1, Milupa PKV 2, Leite Especial de Fenillamina, classificados no código NBM/SH 2106.90.9901, Kit de Radioimunoensaio e Farinha Hammermuhle, sem similar nacional, importados do exterior diretamente pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

74) recebimento de mercadorias doadas por organizações internacionais ou estrangeiras ou países estrangeiros para distribuição gratuita em programas implementados por instituição educacional ou de assistência social relacionados com suas finalidades essenciais;

75) entrada de equipamentos e acessórios relacionados no Anexo 1, Seção VIII, sem similar nacional, importados do exterior por instituições públicas estaduais ou entidades assistenciais sem fins lucrativos vinculadas a programa de recuperação de portadores de deficiência e se destinem, exclusivamente, ao atendimento a pessoas portadoras de deficiência física, auditiva, mental, visual e múltipla, cuja aplicação seja indispensável ao tratamento ou locomoção dos mesmos;

76) recebimento pelo importador dos medicamentos de uso humano para o tratamento de portadores do vírus da AIDS, dos fármacos e dos produtos intermediários destinados à sua produção, relacionados no Anexo 1, Seção XXII, itens 1., 2.1. e 3.1., desde que a importação esteja beneficiada com isenção ou alíquota reduzida a zero dos impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;

77) entrada de produto industrializado importado do exterior por lojas francas instaladas nas zonas primárias de aeroportos de categoria internacional e autorizadas pelo órgão competente do Governo Federal, desde que seja destinado à comercialização;

78) entrada de Coletores Eletrônicos de Voto - CEV, suas partes, peças de reposição e acessórios, adquiridos diretamente pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, condicionado a que o produto esteja beneficiado com isenção ou alíquota reduzida a zero dos impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;

79) entrada dos produtos imunobiológicos, medicamentos e inseticidas relacionados no Anexo 1, Seção XVII, importados pela Fundação Nacional de Saúde com destino às campanhas de vacinação e de combate à dengue, malária e febre amarela promovidas pelo Governo Federal;

80) entrada dos equipamentos e insumos relacionados no Anexo 1, Seção XX, destinados à prestação de serviços de saúde, importados diretamente do exterior, desde que estejam isentos ou sujeitos a alíquota reduzida a zero dos impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;

81) entrada de equipamentos médico-hospitalares relacionados no Anexo 1, Seção XXI, importada do exterior pelo Ministério da Saúde para atender ao "Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar", instituído pela Portaria nº 2.432, de 23 de março de 1998, do Ministério da Saúde;

82) entrada de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, sem similar produzido no país, importados do exterior por universidades públicas ou por fundações educacionais de ensino superior instituídas e mantidas pelo poder público;

83) entrada de partes e peças para aplicação nas máquinas, aparelhos, equipamentos e instrumentos e de reagentes químicos, sem similar produzido no país, importados do exterior por universidades públicas ou por fundações educacionais de ensino superior instituídas e mantidas pelo poder público;

84) entrada de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, suas partes e peças de reposição e acessórios, e de matérias-primas e produtos intermediários, em que a importação seja beneficiada com as isenções previstas na Lei federal nº 8.010, de 29 de março de 1990, importados do exterior diretamente por pesquisadores e cientistas credenciados e no âmbito de projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, institutos de pesquisa federais ou estaduais, institutos de pesquisa sem fins lucrativos instituídos por leis federais ou estaduais, universidades federais ou estaduais, organizações sociais relacionadas na alínea "d" com contrato de gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia, ou pelas fundações sem fins lucrativos das instituições referidas anteriormente, que atendam aos requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), para o estrito atendimento de suas finalidades estatutárias de apoio às entidades beneficiadas por este inciso;

85) entrada de artigos de laboratório, sem similar produzido no país, importados do exterior diretamente por pesquisadores e cientistas credenciados e no âmbito de projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, institutos de pesquisa federais ou estaduais, institutos de pesquisa sem fins lucrativos instituídos por leis federais ou estaduais, universidades federais ou estaduais, organizações sociais relacionadas na alínea "e" com contrato de gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia, ou por fundações sem fins lucrativos das instituições referidas, que atendam aos requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), para o estrito atendimento de suas finalidades estatutárias de apoio às entidades beneficiadas por este inciso;

86) entrada de fármacos e medicamentos relacionados no Anexo 1, Seção XXVI, importados por órgãos da administração pública, direta e indireta, federal, estadual e municipal, bem como suas fundações;

87) entrada dos bens relacionados no Anexo 1, Seção XXX, sem similar produzido no país, importados por empresa beneficiada pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para utilização exclusiva em porto localizado em território catarinense, na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias;

88) recebimento de amostra, sem valor comercial, tal como definida pela legislação federal que outorga a isenção do Imposto de Importação;

89) recebimento de bens contidos em encomendas aéreas internacionais ou remessas postais, destinados a pessoas físicas, de valor FOB não superior a US$ 50,00 (cinqüenta dólares dos Estados Unidos da América);

90) recebimento de medicamentos importados do exterior por pessoa física;

91) ingresso de bens procedentes do exterior integrantes de bagagem de viajante;

92) operações com recebimento de mercadorias ou bens importados do exterior sujeitos ao regime de tributação simplificada que estejam isentos do Imposto de Importação;

93) saída de mercadoria com destino a exposição ou feira, para fins de exposição ao público em geral, e o respectivo retorno ao estabelecimento de origem desde que ocorra no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da saída;

94) doação de equipamentos destinados a escolas públicas federais, estaduais e municipais para utilização na prestação de serviços de acesso à Internet e à conectividade em banda larga por essas escolas;

95) entrada de uma montanha russa suspensa, composta de dois trens, dez carros, com capacidade de transporte de 20 passageiros;

96) saída de mercadorias doadas pela Receita Federal do Brasil, promovida por entidade beneficente;

97) prestação de serviço de comunicação relativo ao acesso à Internet e à conectividade em banda larga utilizadas por escolas públicas federais, estaduais e municipais;

98) crédito presumido ao adquirente de mercadorias, em operações internas, de empresa industrial enquadrada no Simples Nacional, equivalente a 7% (sete por cento), calculado sobre o valor da aquisição (Lei 14.264/07);

99) crédito presumido às Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, no valor equivalente a até 0,5% (cinco décimos por cento) do imposto efetivamente recolhido no mês imediatamente anterior;

100) crédito presumido ao estabelecimento abatedor credenciado no Programa de Apoio à Criação de Gado para o Abate Precoce, calculado sobre o valor da operação, na comercialização de carne fresca, resfriada ou congelada de gado bovino ou bufalino pelo abatedor

101) aproveitamento de crédito presumido em substituição aos créditos efetivos do imposto, nas saídas de artigos têxteis, de vestuário, de artefatos de couro e seus acessórios, promovidas pelo estabelecimento industrial que os tenha produzido calculado sobre o valor do imposto devido pela operação própria;

102) isenção na saída interna de extrato pirolenhoso, piro alho, silício líquido piro alho e *bio bire plus*, todos para uso na agropecuária (Convênio ICMS 156/08);

103) redução em 60% (sessenta por cento) nas operações interestaduais com os produtos alcançados pela isenção prevista no item anterior;

104) redução da base de cálculo na operação de saída promovida por armazém geral de mercadorias que tenham sido transportadas até este Estado por navegação de cabotagem, assim como na prestação de serviço de transporte relativo à subseqüente saída das mercadorias do armazém geral;

105) isenção do ICMS nas operações e prestações realizadas ou contratadas pela Alcântara Cyclone Space - ACS, com sede em Brasília-DF e Centro de Lançamento em Alcântara-MA, no âmbito do Tratado Binacional Brasil-Ucrânia, no mercado interno ou externo, de mercadorias, bens ou serviços, destinados a

desenvolver ações necessárias ao aparelhamento da sede e da construção do Centro de Lançamento de Alcântara e do próprio Sítio de Lançamento Espacial do Cyclone-4, inclusive a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento;

106) isentas as prestações de serviço de transporte:
- de passageiros, desde que com características de transporte urbano ou metropolitano, conforme estabelecido pelo Departamento de Transportes e Terminais - DETER, da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura;
- ferroviário de carga vinculadas a operações de exportação e importação de países signatários do Acordo sobre o Transporte Internacional.
- saídas de mercadorias em decorrência de doação a órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios ou às entidades assistenciais reconhecidas como de utilidade pública, para assistência às vítimas de situação de seca nacionalmente reconhecida, na área de abrangência da SUDENE, observado o disposto no art. 2º, XLI;
- saídas de bens e mercadorias adquiridos pelos órgãos da administração pública estadual direta e suas fundações e autarquias, mantidas pelo poder público estadual, conforme o disposto no art. 1º, XI, devendo o benefício ser transferido aos beneficiários, mediante redução do valor da prestação, em montante correspondente ao imposto dispensado, indicando no respectivo documento fiscal o valor do desconto.
- mercadorias doadas para a Fundação Nova Vida, destinadas à Festa dos Estados realizada no Distrito Federal.
- mercadorias destinadas aos Programas de Fortalecimento e Modernização das Áreas de Gestão, de Planejamento e de Controle Externo dos Estados e do Distrito Federal, adquiridas através de licitações ou contratações efetuadas dentro das normas estabelecidas pelo BID, observado o disposto no art. 2º, LII.
- saída de mercadorias ou bens destinados a Cruz Azul no Brasil e saída de mercadorias ou bens destinados ao Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE

107) outros benefícios (isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido) constantes do Anexo 2 do RICMS.

108) Benefícios concedidos com fins de incentivar investimentos no setor de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO;

109) Benefícios concedidos com fins de incentivar investimentos no Complexo Industrial Naval de Santa Catarina.

COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA

A compensação da renúncia da receita dar-se-à com esforço fiscal. Registre-se que a diferença entre a efetiva arrecadação estadual e o potencial legal de arrecadação será buscada por intermédio da administração tributária eficaz: inadimplência zero; monitoramento 80/20; setorização, orientação e prevenção; simplificação e automatização dos serviços e Acordo de Resultados. Lembramos também, que a renúncia aqui colocada já está no contexto econômico estadual trata-se de renúncia potencial e não efetiva.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS
DE CARÁTER CONTINUADO
2012

AMF - (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R$ milhares

EVENTOS	Valor Previsto para 2012
Aumento Permanente da Receita	1.095.958
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.095.958
Redução Permanente de Despesa (II)	238.667
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.334.625
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	442.143
Novas DOCC	442.143
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	892.482

FONTE: Secretaria de Estado do Planejamento

Nota: Para o cálculo do Aumento Permanente das Receitas foi utilizado o valor realizado das Receitas Correntes de 2010, excluídas as Transferências Constitucionais aos Municípios e as Transferências ao FUNDEB (RREO/2010) multiplicado pelo crescimento do Produto Interno Bruto - PIB acumulado de 2011 e 2012, correspondendo a 8,93% das referidas Receitas.

Para a Redução Permanente da Despesa foi levado em consideração o permanente aprimoramento dos controles sobre as despesas governamentais. Para 2012

buscar-se-á igualar as despesas de carater continuado executadas no ano de 2011, excetuando-se as despesas de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e despesas de capital. Aplicando-se a variação do PIB de 2011, sobre o valor das demais despesas executadas (RREO/2010), chegou-se ao valor registrado no Demonstrativo.

Para o cálculo das novas despesas de caráter continuado, considerou-se o índice de crescimento vegetativo da folha dos anos de 2011 e 2012, acumulados (10,25%) sobre o valor das despesas de pessoal e encargos sociais de 2010 (RREO/2010).

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS
2012

ARF (LRF, art. 4º,§ 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES	
Descrição	Valor
Sentenças Judiciais em Trâmite - Invesc	2.629.834.950,89
Sentenças Judiciais em Trâmite -Deinfra	1.241.584.882,79
Caixa Títulos Emitidos- Letras do Tesouro- Encargos Gerais do Estado	2.625.750.021,04
Dívidas com a Celesc - Encargos Gerais do Estado	32.903.100,73
TOTAL	6.530.072.955,45

Fonte: SEF/ Diretoria de Contabilidade Geral

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PARÂMETROS E PROJEÇÃO PARA OS PRINCIPAIS AGREGADOS E VARIÁVEIS
2012

AMF - (LRF, art. 4º, § 4º) (%)

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Crescimento Vegetativo da Folha de Pessoal	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
IPCA - LDO 2012	4,28	5,90	5,85	4,83	4,57	4,54
PIB - LDO 2012	-0,19	7,49	4,30	4,44	4,56	4,63
PIB - SC - LDO 2012	123.049.000,00	132.265.000,00	137.953.000,00	144.078.000,00	150.648.000,00	157.623.000,00

Fonte:

IPCA: Extraído do Sistema de Metas para Inflação - Expectativas de Mercado - Séries Históricas - Banco Central do Brasil do dia 01/03/2011;

PIB: Extraído do Sistema de Metas para Inflação - Expectativa de Mercado - Séries Históricas - Banco Central do Brasil do dia 04/03/2011;

PIB/SC: IBGE - SPG/DEGE/ Gerência de Estatística e EPAGRI." (NR)

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 579/11

Blumenau, 31 de julho de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **SOCIEDADE RECREATIVA E CULTURAL SALTO DO NORTE**, referente ao exercício de 2010.

Afonso Juarez Campigotto

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 580/11

Lages, 10 de agosto de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **INSTITUTO DE ENSINO ASSISTÊNCIA SOCIAL - IEAS**, referente ao exercício de 2010.

Leonila Gubert

Presidente IEAS

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/11

*** X X X ***

Of. GDM nº. 371/2011 Florianópolis, 02 de agosto de 2011

A Sua Excelência o Senhor

Gelson Merisio

Presidente da ALESC

Nesta Casa

Senhor Presidente,

Ao comprimentá-lo, comunico Vossa Excelência que foi criada a Frente Parlamentar em Defesa das Micros e Pequenas Empresas nessa Assembleia Legislativa, que tem como objetivo como debater, regulamentar e promover a implantação da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas em Santa Catarina e atuar em defesa e amparo do segmento, com apoio de suas entidades de classe, no sentido de visar o desenvolvimento econômico e social, sendo a voz política dos empresários das micros e pequenas empresas.

A Frente será coordenada por este Deputado e o Vice-Coordenador será o Deputado Estadual Dirceu Dresch e demais membros que estão sendo convidados.

Atenciosamente,

DARCI DE MATOS

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2583, de 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **MARIA GERALDINA DA SILVA SOUZA**, matrícula nº 1255, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção - Biblioteca Jurídica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, CATHARINA MIGNONI, que se encontra em fruição de Licença Prêmio, a contar de 10 de agosto de 2011 até 07 de novembro de 2011 (MD - Procuradoria).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2584, de 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria nº 1275, de 01/09/2010, que designou o servidor **JUSSIE SEDREZ CHAVES**, matrícula nº 6313, para exercer, em substituição a função de Chefia da Seção de Programação, código PL/FC-3, a partir de 01 de agosto de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2585, de 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1240/11,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER a servidora **ELISABETE SILVEIRA BRANDALISE**, matrícula nº 1349, LICENÇA-PRÊMIO referente ao qüinqüênio compreendido entre 05 de agosto de 2006 e 04 de agosto de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2586, de 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Presidência **GILMAR DAROLT**, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Fazenda, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2078, de 5 de agosto de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2587, 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Presidência **SAULO VIEIRA**, servidor do Poder Executivo - Secretaria do Estado da Saúde, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2077, de 5 de agosto de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2588, de 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **LUIZ ARGEMIRO DE QUADROS**, matrícula nº 1151, no Gabinete da Deputada Dirce Heiderscheidt.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2589, de 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EDIKE ROGÉRIO ALVES CARNEIRO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 1ª Secretaria).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2590, de 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado José Nei Alberton Ascari **SALÉSIO LIMA**, servidor da Secretaria de Estado da Administração, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2089, de 8 de agosto de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2591, de 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **CAMILA COSTA KOERICH**, matrícula nº 5872, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de agosto de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2592, de 16 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **WANDO FURLAN CEOLIN**, matrícula nº 6878, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de agosto de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2593, de 18 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MAGNO FERNANDO PAMPLONA**, matrícula nº 3514, na Liderança do Governo.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2594, de 18 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **CRISTINE SCHAEFER**, matrícula nº 5543, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de agosto de 2011 (Gab Dep Ana Paula
Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2595, de 18 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ERON JOSE KUSTER**, matrícula nº 3635, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de agosto de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2596, de 18 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ERON JOSE KUSTER, matrícula nº 3635, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 18 de agosto de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2597, de 18 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1241/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER a servidora **VILMA CARDOSO**, matrícula nº 1119, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao qüinqüênio compreendido entre 09 de julho de 1980 a 06 de setembro de 1981 e 02 de maio de 2006 a 03 de junho de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2598, de 18 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
0638	Armando José Muller	09/07/06	08/07/11	1239/2011
2123	Maria de Lourdes Nasário	04/08/06	03/08/11	1242/2011

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0009.7/2011

"Modifica o artigo 106 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que dispõe acerca da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina"

A mesa da Assembleia Legislativa nos termos do artigo 49 § 3º da Constituição do Estado de Santa Catarina promulga a seguinte emenda constitucional:

Art. 1º É acrescido do artigo 106 da Constituição do Estado a seguinte redação:

Art. 106. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, bacharel em direito, cuja carreira integra, para todos os fins, as carreiras jurídicas do Estado, subordina-se ao Chefe do Pode Executivo Estadual, cabendo-lhe:

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/11

JUSTIFICATIVA

O Brasil é um Estado Democrático de Direito, conforme preceitua o art. O 1º da Constituição, nos princípios fundamentais da República Federativa. Nesse sentido o país constitui o seu sistema de justiça, que é composto pelo Poder Judiciário, Ministério Público e Sistema Prisional.

Quanto ao sistema de segurança pública, a Constituição Federal estabelece, no art. 144, quais são as competências dos órgãos de segurança pública, dentre eles a Polícia Civil, a qual incumbe, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de apurações penais, exceto as militares, art. 144, § 4º, CF/88.

O próprio guardião da Constituição Federal, o STF, já reconheceu em julgamento recente a função exercida pelo Delegado de Polícia como integrante das carreiras jurídicas do Estado - RE 4012543, Relator: Min. Marco Aurélio, JULGADO EM 28/09/2010, publicado em DJe- 195 DIVULG 15/10/2010, pub. 18/10/2010.

De outro lado, foi por vontade do Poder Constituinte Originário que os Delegados de Polícia já fossem reconhecidos como integrante das carreiras jurídicas pela redação original da Carta Magna de 1988. Senão vejamos:

Com efeito, o art. 241 da CF alterado pela E.C. n. 19/98, estabelece o seguinte:

> **"Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondentes às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição."**

O acréscimo em questão vem resgatar reconhecimento histórico e justificado dos Delegados de Polícia pra lhes conceder o mesmo *status* das demais carreiras jurídicas supracitadas.

As atribuições do cargo de Delegado de Polícia são, sem sombra de dúvida, "Funções Essenciais à Justiça", sendo que o processo criminal, com raríssimas exceções, tem seu início a partir do trabalho de investigação, coleta de provas e execução, de atos de autoridade policial desenvolvidos pelo Delegado de Polícia, na sua função de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, como determina o art. 144 da CF.

Neste sentido, não se pode negar que a função inerente ao cargo de Delegado de Polícia, corresponde ao artigo 59, da Resolução n. 75 de 12 de maio de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

> "Art. 59. Considera-se **atividade jurídica**, para efeitos do art. 58, § 1º, alínea "i": grifei
>
> III - o exercício de cargos, empregos ou funções, inclusive de megistério superior, que exija **a utilização preponderante de conhecimento jurídico**; grifei

Imperioso acrescentar que o reconhecimento da carreira jurídica aos Delegados de Polícia, por si só, não tem o condão de gerar nenhum acréscimo de despesa ao poder público.

Como já assentou o STF em decisão de 2009, para equiparação de vencimentos entre delegados de polícia e qualquer outro segmento do rol das carreiras jurídicas, tais como, Procuradores do Estado e Defensores Públicos, é imprescindível a necessidade de existência prévia de lei ordinária regulamentando tal situação.

Por fim, oportuno salientar que a emenda em questão busca unicamente resgatar o prestígio e status inerentes ao cargo de Delegado de Polícia, haja vista, tratar-se de questão ontológica às suas próprias funções.

Essas as razões porque contamos com a aprovação dos nossos ilustres Pares a esta proposição.

Deputado Maurício Eskudlark

Autor

Deputado Antonio Aguiar
Deputada Luciane Maria Carminatti
Deputado Joares Ponticelli
Deputado José Nilton Scheffer
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Reno Caramori
Deputado Dirceu Dresch
Deputada Angela Albino
Deputada Angela Albino
Deputado Romilton Titon
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Marcos Vieira
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Jean kuhlmann
Deputado José Nei Ascari
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Silvio Drevk
Deputado Dado Cherem
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/11

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 321/11

Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de São João Batista.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de São João Batista, com sede no município de São João Batista.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dado Cherem

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/11

JUSTIFICATIVA

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de São João Batista, com sede naquele Município, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual por ser uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade dar apoio à prevenção e tratamento do câncer de mama e apoio às mulheres carentes daquela comunidade.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 322/11

Acrescenta o Capítulo VI no Título V da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica acrescentado o Capítulo VI, com os arts. 255-D e 255-E, no Título V da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO VI
DA PROTEÇÃO DE POLUIÇÃO VISUAL

Art. 255-D. A exploração ou utilização de veículos de comunicação que possam interferir na paisagem deverá observar aspectos estéticos, paisagísticos, culturais, históricos e geográficos, respeitados os padrões estabelecidos pelo Poder Público.

Parágrafo único. Considera-se paisagem, para fins de aplicação desta Lei, o espaço aéreo e a superfície externa de qualquer elemento natural ou construído.

Art.255-E. A ordenação das interferências na paisagem deverá assegurar:

I - bem-estar estético e ambiental;

II - segurança das edificações e da população;

III - valorização e visibilidade do ambiente natural e construído; e

IV - preservação do patrimônio cultural."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputado Jorge Teixeira
Lido no Expediente
Sessão de 17/08/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa acrescentar o Capítulo VI no Título V da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Infelizmente, o Código Estadual do Meio Ambiente não contemplou matéria tão importante ao meio ambiente, diferentemente de outros Estados da Federação.

Vale lembrar que a competência para legislar sobre o controle de poluição é concorrente, conforme dispositivo constitucional (art. 24, inciso VI), estando limitada a União a estabelecer normas gerais, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal a sua suplementação, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (sublinhei)

A Constituição Federal, ao tratar da política urbana, revelou essa preocupação em seu art. 182, o qual, em síntese, busca salvaguardar o bem-estar dos habitantes.

De outro modo, a Constituição, ao tratar da ordem econômica (art. 170), a qual está fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e tem por fim assegurar a todos uma existência digna, prescreveu a observância de alguns princípios, como o da utilização da propriedade privada (inciso II), o do cumprimento da função social da propriedade (inciso III), o da livre concorrência (inciso IV), o da defesa do consumidor (inciso V) e o da defesa do meio ambiente (inciso VI).

Segundo Celso Fiorillo

[...] esses preceitos supracitados estabelecem bases para o princípio do desenvolvimento sustentável que este tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.

A poluição visual, de maneira gradativa, permite que nos acostumemos com a desarmonia visual, afirma ainda o Professor Celso Fiorillo. E acrescenta: "[...] essa paulatina poluição dos espaços urbanos deve ser contida, sob a pena de inviabilizar-se às futuras gerações a oportunidade de desfrutarem um meio ambiente artificial harmônico".

Assim, a modificação ambiental não deve influir de maneira nociva ou inconveniente, direta ou indireta, na saúde, na segurança e no bem-estar da população, nas atividades sociais e econômicas da comunidade. Além disso, existem atividades necessárias à sociedade, de maneira que se tolera o seu desenvolvimento. Entretanto, essas alterações quando normais e toleráveis não merecem contenção e repressão, só exigindo combate quando se tornam intoleráveis e prejudicais à comunidade, caracterizando poluição reprimível.

A idéia de poluição visual remete a vários outros conceitos, que a precedem. Em primeiro lugar, o próprio conceito de poluição. Mas também às noções de patrimônio cultural, paisagem urbana, publicidade, espaço publicitário, anúncio, espaço público, propriedade privada.

A (Lei nº 6938, de 1981), em seu art. 3º, inciso III, define poluição como:

Art. 3º [...]

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a ;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Em consonância desse preceito, e tendo em vista que o meio ambiente artificial busca tutelar a sadia qualidade de vida nos espaços habitados pelo homem, temos que a poluição visual é qualquer alteração resultante de atividades que causem degradação da qualidade ambiental desses espaços, vindo a prejudicar, direta ou indiretamente, a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como criar condições adversas às atividades sociais e econômicas ou a afetar as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

A (Lei nº 9065, de 1998), em seu art. 54, tipifica o delito de poluição e atribui, ao autor, pena de reclusão e multa. Diz o artigo:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa;

§ 1º. Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Atualmente, a poluição visual no Brasil é combatida, basicamente, de forma indireta, ou seja, por meio de limitações administrativas estabelecidas para publicidade comercial, ou seja, Código de Posturas Municipais, regulamentos específicos sobre publicidade e Lei eleitoral. Tal fato dificulta a avaliação acerca de determinada conduta a ponto de se estabelecer se a atividade importa, ou não, em poluição visual.

Além disso, a responsabilização dos agentes que produzem a poluição visual é complexa, seja no aspecto civil, penal ou administrativo, uma vez que a configuração da poluição visual envolve, em grande parte dos casos, a avaliação de elementos caracterizados por expressivo grau de subjetividade, os quais variam de acordo com as concepções estéticas e costumes locais.

A poluição visual nas grandes metrópoles brasileiras tem avançado excessivamente nos últimos anos. Desta forma, é muito importante que sejam estabelecidos parâmetros objetivos para sua aferição - a serem fixadas em resoluções de Conselhos de Meio Ambiente, bem como nos disciplinamentos administrativos dos órgãos executores da política ambiental - a fim de facilitar o seu controle e a responsabilização dos infratores.

Sabe-se que a noção de paisagem urbana é bastante complexa, porque o termo paisagem pressupõe um critério estético e, portanto, subjetivo. Por outro lado, é evidente que a poluição (inclusive a visual) resulta, quase sempre, do exercício do direito de propriedade. O que significa dizer que o controle da poluição (seja ela de que natureza for) pelo Poder Público passa pelo policiamento do exercício de tal direito.

Neste afã, Excelências, solicito a acolhida da presente proposição, que estabelece normas gerais de proteção contra a poluição visual, como medida de justiça

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 323/11

Declara de utilidade pública o Instituto Porta do Sol de São Francisco do Sul.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Porta do Sol, com sede no Município de São Francisco do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº l5.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis

Deputado GELSON MERISIO

Lido no Expediente
Sessão de 17/08/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a o Instituto Porta do Sol, com sede e foro no Município de São Francisco do Sul.

Diante da relevância dos propósitos no qual se pauta o referido instituto, que tem por missão a promoção do desenvolvimento social com foco em jovens de baixa renda, por intermédio da prestação de assistência social, de capacitação educacional e técnico-profissional, de orientação profissional e de realização de eventos para angariar recursos destinados à implantação de projetos, conforme o disposto em seu estatuto, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto a apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 324/11

Dispõe sobre cadastro de compra, venda ou troca de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores para reciclagem no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os ferros-velhos e todos os locais onde se exerça a comercialização de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores para reciclagem no Estado de Santa Catarina deverão preencher cadastro específico de compra, venda ou troca, identificando o vendedor e o comprador, e contendo as seguintes informações:

I - nome, endereço, , identidade e CPF do vendedor e do comprador;

II - data da venda, da compra ou da troca;

III - detalhamento da quantidade e da origem do cabo de cobre, do alumínio, das baterias e dos transformadores comercializados; e

IV - especificação, em caso de troca, do material permutado pelo cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores.

Art. 2º Os cadastros deverão ser encaminhados, mensalmente, ao órgão estabelecido pelo Poder Executivo no decreto regulador desta Lei.

Art. 3º O estabelecimento que não cumprir o disposto na presente Lei fica sujeito, cumulativamente, as seguintes penalidades:

I - multa de 5.000,00 (cinco mil reais);

II - apreensão de todo material identificado como cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores; e

III - em caso de reincidência, o cancelamento da sua inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS.

Art. 4º O órgão controlador e fiscalizador das disposições contidas nesta Lei será definido pelo Poder Executivo quando da regulamentação da presente Lei.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis,

Deputado GELSON MERISIO

Lido no Expediente
Sessão de 17/08/11

JUSTIFICATIVA

O furto e a receptação indébita de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores tem sido um problema muito comum em todo o Estado de Santa Catarina, por esta razão proponho, por intermédio do presente projeto de lei, o cadastramento e o controle da compra e venda desses materiais, bem como a punição dos estabelecimentos que comercializarem estes materiais sem procedência.

O projeto de lei ora apresentado busca controlar o comércio ilegal, estabelecendo como primeiro passo a criação de cadastro de identificação dos vendedores e compradores, no qual constará de forma clara e expressa a procedência dos materiais e os respectivos fornecedores, bem como se destina a incrementar e consolidar os elos da reciclagem e a coibir, de forma constante, o furto e a receptação indébita de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores.

Outro fato positivo do cadastro é que os órgãos de segurança podem proceder a sua filtragem e por seu intermédio localizar infratores, como também a simples ação de preencher o cadastro pode levar o transgressor a desistir de seu furto.

O furto de cabos de energia e telefônico tem causado imensos transtornos à população e às empresas que precisam arcar com o custo de reinstalação imediata da fiação furtada, conforme é constantemente noticiado nos meios de comunicação, numa demonstração clara de que esta prática criminosa está cada vez mais disseminada em nossas grandes cidades e no interior do Estado.

Nesta mesma esteira de acontecimentos, o furto de alumínio, baterias e transformadores tem causado imensos prejuízos às prestadoras de serviços públicos essenciais ao cidadão como fornecimento de água, luz e telefonia, bem como às pessoas civis que tem de arcar com os prejuízos causados aos seus bens patrimoniais.

Com o cadastramento dos compradores e vendedores e com a exigência de documentação em todas as negociações envolvendo cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores, as autoridades constituídas terão amplo conhecimento do universo de pessoas que trabalham com este tipo de material e qual a procedência dos produtos adquiridos, fato este que, de forma bastante eficaz, atuará como fator de coibição desta prática delituosa e na identificação dos responsáveis.

O projeto de lei apresentado, ora submetido à apreciação dessa colenda Casa Legislativa, que "Dispõe sobre cadastro de compra, venda ou troca de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores no Estado", e para o qual solicito a aprovação dos nobres pares, por apresentar conformidade com os ditames constitucionais e, de forma incontestável, as características de relevância e de utilidade pública.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 325/11

Reconhece o Município de Palmeira como Capital Catarinense do Entrevero.

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Palmeira como "Capital Catarinense do Entrevero".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente
Sessão de 17/08/11

JUSTIFICATIVA

Palmeira "Capital do Entrevero"

Este prato é típico das regiões montanhosas do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), adaptando-se muito bem ao clima frio. Fica muito bonito, especialmente, se for feito em fogão à lenha tipo caipira (de taipa), no disco de arado e num galpão bastante rústico, com boa música gaúcha, dança e boa bebida.

Seu nome entrevero é devido à mistura de várias iguarias, que na realidade combinam muito bem e dão ao prato um visual colorido e bonito, além de ser muito apetitoso.

A Festa do Entrevero de Palmeira surgiu em virtude de ser um dos pratos à base de pinhão mais tradicionais da Serra Catarinense e um dos mais procurados pelo público durante a tradicional Festa Pinhão, em Lages.

Por esta mesma razão o senhor Osni Francisco de Sousa, Prefeito Municipal de Palmeira, criou no exercício de 2010, a ***FESTA DO ENTREVERO***, sendo realizada a primeira edição nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2011, que por sua vez foi um grande sucesso, tendo participação de mais de 15.000 pessoas no Parque Eventos do Município de Palmeira.

E, via de conseqüência o Município já está em trabalho para a realização da 2ª edição que se realizará no próximo ano.

Em se tratando de merecimento, nada mais justo que o Município de Palmeira seja reconhecido como: CAPITAL ESTADUAL DO ENTREVERO, pelo que solicito aos nobres pares a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 326/11

Torna obrigatória a disposição de estrutura que menciona, nos Cartórios Extrajudiciais, aos idosos e aos deficientes físicos durante o atendimento e dá outras providências.

Art. 1º É obrigatória a disposição de estrutura nos Cartórios Extrajudiciais aos idosos e aos deficientes físicos durante o atendimento destes.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se estrutura dos Cartórios Extrajudiciais o suporte para as necessidades básicas e rotineiras, tais como a produção de cópias, acesso a canetas, aquisição de folhas, impressão de documentos e digitação de documentos de pequeno porte, além de outros recursos estruturais dispostos em regulamentação.

§ 2º A disposição de estrutura se limita à formalidade direcionada para satisfação buscada na serventia extrajudicial que realiza o atendimento.

Art. 2º O Poder Judiciário promoverá a regulamentação desta Lei no prazo de até sessenta dias, contados a partir da data da publicação, prescrevendo, entre outros aspectos, os critérios a serem preenchidos e comprovados pelos idosos e deficientes para habilitação ao beneficio, o rol dos recursos estruturais dos Cartórios a serem disponibilizados, os limites de disposição, os valores a serem cobrados por esses serviços ou fornecimentos, as condições de fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade e as sanções cabíveis em caso de descumprimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente
Sessão de 17/08/11

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresento à consideração dos Pares deste Parlamento tem a intenção de tornar obrigatória a disposição de estrutura nos Cartórios Extrajudiciais aos idosos e aos deficientes físicos durante o atendimento.

Com efeito, o atendimento preferencial a idosos e aos deficientes físicos nos Cartórios Extrajudiciais constitui-se em prerrogativa de destacada importância, especialmente para amenizar dificuldades, das mais variadas, dessas pessoas.

Tendo em vista a constante necessidade dos idosos e dos deficientes de alcançarem algumas pequenas formalidades não disponíveis à população em geral, tais como produção de cópias, acesso a canetas, aquisição de folhas, impressão de documentos, digitação de documentos, entre outras necessidades básicas e rotineiras, esses são obrigados a sair das dependências cartoriais para buscar esses recursos fora, o que dificulta a satisfação das suas necessidades buscadas em cartório, bem como resulta em desconforto.

Ocorre que a medida em tela representará postura social de extrema envergadura e não resultará em prejuízos aos cartórios, enquanto se verifica que a permissão seria somente a essas pessoas e sobre os recursos disponíveis nesses estabelecimentos.

Ainda, cumpre enfatizar que urge a adoção de medidas institucionais que venham diminuir as carências dos catarinenses que por muitos anos empreenderam seus esforços para auxiliar no desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e que necessitam dos cartórios para realizar os seus afazeres, além de facilitar a vida das pessoas que possuem dificuldades físicas.

Assim, solicito aos Pares desta Casa a aprovação da iniciativa que ora apresento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 327/11

Declara de utilidade pública a entidade Obras Sociais da Paróquia São Paulo Apóstolo do município de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Obras Sociais da Paróquia São Paulo Apóstolo do município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do artigo 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 2011.

Deputado Manoel Mota

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 18/08/11

JUSTIFICAÇÃO

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a instituição Obras Sociais da Paróquia São Paulo Apóstolo, com sede no município de Criciúma.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão de "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação de regência da espécie.

Trata-se de entidade que vem empreendendo no município de Criciúma, relevantes atividades. Não possui fins lucrativos ou econômicos, e visa, entre seus importantes objetivos, promover, patrocinar e apoiar atividades sociais, culturais e esportivas, buscando dessa forma a integração de toda a comunidade.

Através de seus objetivos, de elevada importância, destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunização da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/11

Dispõe sobre os critérios de distribuição de receita do ICMS para fins de criação do ICMS Ecológico com o objetivo de beneficiar municípios na proteção e melhoria do meio ambiente.

Art. 1º Fica instituído o ICMS Ecológico para contemplar os municípios que se destacarem na proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, nos termos desta Lei e de seu regulamento.

§ 1º O recurso do ICMS Ecológico será distribuído ao município conforme categoria definida no § 2º, não ficando excluído o município da repartição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na forma preconizada pelas Leis nº 4.257, de 6 de janeiro de 1989, e 5.001, de 14 de janeiro de 1998.

§ 2º Para ser contemplado com o ICMS Ecológico o município será classificado em: Categoria A, Categoria B ou Categoria C, que será conferida conforme o nível de gestão dos recursos naturais e meio ambiente:

I - Categoria A: gestão ambiental de acordo com os padrões de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, aproximando-se do que seria ideal quanto ao abordado nas alíneas abaixo, com efetivas providências para, pelo menos, seis delas:

a) ações de saneamento ambiental referente a resíduos sólidos, inclusive lixo hospitalar - coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos sólidos - aterro sanitário, incineração, reciclagem e compostagem;

b) ações efetivas de educação ambiental, na zona urbana e rural, nas escolas (educação não formal) e grupos da sociedade organizada;

c) redução do desmatamento, recuperação de áreas degradadas - reflorestamento;

d) conservação do solo, da água e da biodiversidade;

e) proteção de mananciais de abastecimento público;

f) identificação e controle de fontes de poluição atmosférica, sonora e visual, procurando minimizá-las;

g) edificações irregulares - inadequação às normas de uso e ocupação do solo;

h) disposições legais sobre unidades de conservação ambiental - comunidades indígenas, estações ecológicas, parques, reservas florestais, hortos florestais, áreas de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, existentes no município; e

i) elaboração de plano sobre política municipal de meio ambiente, obedecidas as peculiaridades locais, respeitada a legislação federal e estadual sobre o assunto.

II - Categoria B: em relação ao grupo da Categoria A, o município está caminhando para uma gestão ambiental adequada, já tendo regulamentado e estando em funcionamento, pelo menos, quatro providências elencadas nas alíneas do inciso I do § 2º deste artigo; e

III - Categoria C: o município está iniciando a implementação de uma política ambiental adequada, que garanta seu desenvolvimento sustentável com, no mínimo, três das providências elencadas nas alíneas do inciso I do § 2º deste artigo, que já mereceram atenção municipal.

Art. 2º A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS - órgão responsável pelo gerenciamento dos recursos ambientais no Estado de Santa Catarina, responsabilizar-se-á pelo controle, fiscalização, administração em nível estadual e fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 3º Dos 100% (cem por cento) constitucionais, do produto de arrecadação do ICMS, bem como de seus acréscimos legais, 3% (três por cento) constituirá o ICMS Ecológico e deverá ser repartido entre os municípios que satisfizerem as condições do art. 1º desta Lei, mediante aplicação progressiva de índice percentual - 1% (um por cento) no primeiro ano, 2% (dois por cento) no segundo ano e 3% (três por cento) no terceiro ano de distribuição do ICMS Ecológico, como dispõe esta Lei e seu regulamento.

Parágrafo único. Desde o primeiro ano de distribuição no ICMS Ecológico - ano seguinte ao da entrada em vigor desta Lei - aplicar-se-ão os seguintes índices percentuais, conforme o desempenho dos municípios que se engajarem em defesa do meio ambiente, conforme avaliação do SDS, como dispõe o § 2º do art. 4º desta Lei, e do seu regulamento:

a) Categoria A: 50% (cinquenta por cento);

b) Categoria B: 30% (trinta por cento); e

c) Categoria C: 20% (vinte por cento).

Art. 4º Anualmente, a partir da entrada em vigor desta Lei, a SDS elaborará questionário a ser aprovado pelo Conselho Estadual de

Meio Ambiente - Consema, abordando questões relacionadas às alíneas "a" a "i" do inciso I do § 2º do art. 1º, que será respondido pela administração municipal, sobre as providências e resultados obtidos na proteção ao meio ambiente e recursos naturais.

§1º Recebidos os questionários devidamente respondidos, a SDS poderá, a critério do Secretário, designar equipe de técnicos para verificar *in loco* a veracidade das informações.

§ 2º A partir da avaliação das respostas do questionário, a SDS, com aprovação do Consema, atribuirá, ou não, ao município a classificação em Categoria A, B, ou C, dependendo do desempenho deste no trato das questões ambientais e dos recursos naturais.

§ 3º Mesmo após o terceiro ano de distribuição do ICMS Ecológico, quando se fixa em 3% (três por cento), a avaliação anual de todos os municípios permanece, podendo estes subirem ou descerem de categoria.

§ 4º Após o terceiro ano de distribuição do ICMS Ecológico, os municípios que ainda não obtiveram classificação, por não apresentarem os requisitos conforme alíneas "a", "b" e "c" do § 2º, poderão, mediante preenchimento do questionário elaborado pela SDS, e mediante aprovação do Consema, entrar na classificação.

Art. 5º Para o município participar do ICMS Ecológico é essencial a existência, ou que seja criado, o Conselho Municipal de Meio Ambiente que, entre outras atribuições, deverá, em conjunto com o município, regulamentar sobre a política municipal de meio ambiente, obedecidas as peculiaridades locais e respeitadas a legislação federal e estadual sobre o assunto.

§ 1º O Plano Municipal deve dispor capítulo sobre a política e ações ambientais, com objetivos a serem perseguidos.

§ 2º Independente da política municipal de meio ambiente e recursos naturais, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do ICMS Ecológico destinado ao município deverá ser aplicado em ações efetivas de educação ambiental, nas zonas urbana e rural, e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º O percentual restante deverá ser aplicado em ações de preservação, manutenção e recuperação do meio ambiente.

Art. 6º Se nenhum município classificar-se em determinada categoria, o recurso do ICMS Ecológico daquela categoria retornará ao montante de recursos do ICMS a ser distribuído aos municípios, na forma das Leis ns. 4.257, de 1989, e 5.001, de 1998.

Art. 7º Para os efeitos desta Lei entende-se como:

I - Aterro Sanitário - local utilizado para disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, por meio de confinamento em camadas cobertas com material inerte, segundo normas específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde e à segurança, mantendo distância de centro urbano, de rodovias, de cursos de água, principalmente mananciais de abastecimento público e lagoas, minimizando os impactos ambientais.

II - Educação Ambiental - processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes, comportamento e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, da forma prevista na Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

III - Unidade de Conservação - espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; e

IV - Plano Municipal - instrumento de política urbana utilizado para planejar o desenvolvimento das cidades, a distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Art. 8º O município poderá solicitar apoio e orientação técnica e educacional à Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS - e à Fundação de Apoio Tecnológico ao Meio Ambiente - Fatma.

Art. 9º A repartição do ICMS Ecológico entre os municípios que fizerem jus ocorrerá no ano seguinte à entrada em vigor da presente Lei, tempo suficiente para as providências a cargo da SDS e os municípios desenvolverem ações preparando-se para concorrer ao benefício.

Art. 10. Após a entrada em vigor da presente Lei, os municípios criados, desmembrados, fundidos ou incorporados passarão a concorrer ao rateio do ICMS Ecológico a partir do ano seguinte ao da efetiva instalação do município.

Art. 11. Os recursos do ICMS não direcionados ao cumprimento da presente Lei, obedecido o disposto no art. 6º, permanecem distribuídos aos municípios nos termos das Leis ns. 4.257, de 1989, e 5.001, de 1998.

Art. 12. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, - SDS - fica autorizada a firmar convênios com órgãos estaduais e municipais, visando à consecução dos objetivos da presente Lei, principalmente treinamento aos munícipes, se julgado necessário.

Parágrafo único. O repasse do valor referente ao ICMS Ecológico dar-se-á mediante convênio a ser firmado entre o Governo Estadual, por meio de sua Secretaria, e o órgão ambiental municipal, obedecendo-se a legislação sobre o assunto.

Art.13. Os cálculos, a distribuição e os créditos do ICMS Ecológico obedecem ao disposto nesta Lei e ao que dispõe a Constituição Estadual.

Art.14. As despesas com a implementação e manutenção do ICMS Ecológico previsto nesta Lei serão suportados com recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Art.15. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo em até sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 17/08/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei complementar que "Dispõe sobre os critérios de distribuição de receita do ICMS para fins de criação do ICMS Ecológico com o objetivo de beneficiar municípios na proteção e melhoria do meio ambiente."

Inicialmente, importante destacar que a competência para legislar sobre a defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição é concorrente, conforme dispositivo constitucional (art. 24, inciso VI), estando limitada a União a estabelecer normas gerais, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal a sua suplementação, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (sublinhei)

Desta forma, ao determinar uma melhor repartição de receitas tributárias, o ICMS Ecológico representa uma ação governamental objetiva, na luta por uma melhor qualidade de vida a todos os catarinenses.

Na verdade, não se trata de uma nova modalidade de tributo ou uma espécie de ICMS, parecendo mesmo que a denominação é imprópria para identificar o seu verdadeiro significado, de vez que não há qualquer vinculação do fato gerador do ICMS a atividades de cunho ambiental. Da mesma forma, como não poderia deixar de ser, não há vinculação específica da receita do tributo para financiar atividades ambientais.

Não obstante, a expressão já popularizada ICMS ECOLÓGICO está a indicar uma maior destinação de parcela do ICMS aos municípios em razão de sua adequação a níveis legalmente estabelecidos de preservação ambiental e de melhoria da qualidade de vida, observados os limites constitucionais de distribuição de receitas tributárias e os critérios técnicos definidos em lei.

Neste afã, Excelências, solicito a acolhida da presente proposição, que estabelece norma que visa à defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 005, de 18 de agosto de 2011

Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput,* da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica redefinido para R$ 361,26 (trezentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos), observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011. "(NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa, observados o relatório de gestão fiscal, o limite prudencial e as vedações do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2011.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 003, de 06 de abril de 2011.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio
Presidente

*** X X X ***